

◆ Número 0

AL-JALILIYAH

Revista para Assuntos Árabes e Árabe-Diaspóricos

2025

الجالية

Al Jaliah
Revista de Assuntos Árabes e Árabe-Diaspóricos

Número 0.

2025.

COMITÊ EDITORIAL

Joaquim C. Racy (PUC-SP)

Safa Jubran (USP)

Salam Rassi (Universidade de Edimburgo)

Talal bou-Kheder

Direção:

Gustavo Racy e Yara Osman

Capa e logo:

Yara Osman

Diagramação:

Gustavo Racy & Yara Osman

Revisão da edição em português:

Joaquim C. Racy & Paula M. P. D. B. Racy

Todas as imagens são de uso público, exceto quando devidamente creditadas com link incorporado.

Imagens de Sara Qaed e Yan Boechat gentilmente cedidas para uso.

Imagens dos periódicos árabes retiradas dos arquivos do [Moïse Khayrallah Center](#).

Para colaborar conosco, clique **[aqui](#)**

Al Jaliah, Revista de Assunto Árabes e Árabe-Disapóricos.
Distribuição online gratuita.
Sem fins comerciais.

ÍNDICE

EDITORIAL

8

MANIFESTO

12

HISTÓRIA-POLÍTICA-SOCIEDADE

O livro das incumbências

Sami J. Racy.

18

A imprensa dos imigrantes árabes no Brasil

Samira A. Osman

24

A ordem e os subversivos – A dimensão do apoio à causa palestina no regime militar brasileiro

Luciana García

34

Necropolítica Brasileira, com um toque sionista

Natalia Calfat

42

Orientalismo, Imperialismo e a Cobertura Ocidental sobre a Palestina

Joseph Daher

54

A Palestina é o Mundo

Gustavo Racy

66

Manifestações Literárias em Piadas Políticas: O contexto Sírio

Eithar Daher

72

CULTURA-ARTES-LETRAS

O colar da pomba damasceno

Mahmoud Darwish traduzido por Saja Jubran

88

Exposição Al Jaliah

Yan Boechat

95

Sara Qaed

103

Com uma Visão Panorâmica: Três Territórios das Canções sobre a Causa Palestina

Ali Moraly

120

RESENHAS

Um livro contra os bons vizinhos de Dachau

Wander Wilson

128

ANEDOTA

“Que pena que não permaneceu pequeno”. História de Uma Situação

Amin Affandi Nasser al-Din

134

SOBRE OS AUTORES

137

EDITORIAL

Após um hiato de 100 anos, retorna à ativa a Al Jaliah. Criada e dirigida por Sami J. Racy, editada por Beny J. Racy, a Al Jaliah foi uma das inúmeras revistas árabes publicadas no continente que chamamos “América”. Em nossa retomada, mais do que falar, pretendemos mostrar: aquilo que a Al Jaliah foi, o que é e aquilo em que pode se tornar. Hesitamos, num momento em que este termo é tão problematicamente usado, em dizer que sentimos em nossa empreitada uma homenagem aos ancestrais. Entretanto, é difícil negar que há muito, os ancestrais endinheirados, como falsos ídolos, superaram nossos ancestrais preocupados: aqueles que olharam e pensaram situações, tarefas e problemas presentes. Rendemos homenagem, assim, àqueles que vieram antes de nós e permaneceram esquecidos, apagados da história, jogados às traças nas velhas estantes capengas de clubes e associações. Esforçamo-nos pela construção de uma nova memória coletiva: rememoramos. Nossa tarefa é manifesta.

Antes de tudo, só temos a agradecer pela colaboração de todos os autores, que se dispuseram a compartilhar conosco seus pensamentos, análises e artes apoiando este projeto colaborativo e independente. Junto a estes, nós, editores, nos esforçamos para compilar um volume que pudesse espelhar as diretrizes daquilo que entendemos ter sido a Al Jaliah original em consonância com o que queremos para a atual. Reúnem-se, assim, ideias variadas voltadas à realidade principalmente do Levante, cuja situação atual, com o genocídio palestino promovido pela Entidade Sionista, a invasão do sul do Líbano e a derrocada do regime sírio, impulsionou, sem dúvida a escolha dos temas abordados pelos textos recebidos. Com o intuito de estreitar laços e aproximar audiências, consideramos uma tarefa fundamental fornecermos nossa produção nas duas línguas principais concernentes ao projeto (português e árabe), mais a língua inglesa, ainda a língua franca para muitos. Verão os leitores, assim, que teremos três versões semelhantes, mas não inteiramente iguais, por vezes contando uma versão com um texto como a tradução inédita de Mahmoud Darwich por Safa Jubran, para o português e, por outras, com um micro-conto premiado sobre o Sudão, de autoria de Nione, em versão árabe e inglesa.

Iniciamos esta edição com nosso *Manifesto* que, cremos, não demanda delongas. Quanto a seus artigos, o volume começa com a tradução de um capítulo de “O Livro das Incumbências”, de autoria de nosso fundador, Sami Racy, escrito em 1911 e que trata especificamente da tarefa social do escritor, oferecendo um vislumbre dos pensamentos políticos e estéticos da época na defesa de Sami em ver no escritor o dever de trabalhar em prol da comunicação clara, da transmissão dos saberes e da edificação social contra a facilidade do sucesso e a difusão de ideias viciosas. Em seguida, mantendo a trajetória histórica, Samira Adel Osman ajuda a combater a figura - hegemônica no Brasil - do árabe mascate, do *self-made man* oriental, em nome da produção intelectual de origem árabe no país. Sem negar o papel dos comerciantes, posição à qual os árabes foram submetidos por questões sociais, Samira Osman demonstra como a comunidade árabe produziu muito mais do que dinheiro com as inúmeras publicações que punham em questão os problemas mais atuais de sua época, criando uma rede internacional de circulação de ideias.

Do passado distante para um mais atual, Luciana García nos apresenta o contexto da organização política palestina no Brasil durante os últimos anos do regime civil-militar brasileiro e, passando para um presente mais que presente, Natalia Calfat debate as relações entre o bolsonarismo, o neopentecostalismo e o sionismo, investigando as relações ideológicas que retroalimentam uma máquina genocida. Não por acaso, o artigo de Joseph Daher que se segue, publicado originalmente na Al Jazeera, nos apresenta um panorama da cobertura midiática ocidental sobre o genocídio palestino. Com a expertise própria de Joseph Daher, temos, porém, não somente uma contextualização, mas indicações precisas de onde, e quando, começaram os problemas, e por qual meio se sustentam. Sobre a Palestina, também, é o ensaio de Gustavo Racy, originalmente publicado no blog da Editora Tabla, mas reproduzido, aqui, em versão integral. Partindo do pensamento de Walter Benjamin, Gustavo Racy explora filosoficamente a situação palestina como uma situação paradigmática da contemporaneidade, próxima ao Holocausto. O último artigo se direciona um pouco acima da Palestina, na Síria, e é assinado por Eithar Daher, que discute o conteúdo manifestamente literário de sátiras políticas no país. Coincidindo com a queda do regime Assad, o texto de Daher apresenta, principalmente aos brasileiros, cremos, um contexto desconhecido, analisado à luz da teoria bakhtiniana e, ainda por cima, com boas piadas que bem caberiam à realidade brasileira.

Passando para a seção “Cultura-Artes-Letras”, além de tradução inédita de Darwish por Safa Jubran e do conto premiado assinado por Nione, temos uma exposição de fotografias da Síria tiradas por Yan Boechat, jornalista e correspondente de guerra, amigo da Al Jaliah que gentilmente nos cedeu sua produção, além das ilustrações de Sara Qaed, artista bareinita residente no Reino Unido, cuja acidez e perspicácia promovem um retrato mordaz da realidade contemporânea. Apresentamos, também, um breve ensaio musical redigido pelo musicista e crítico sírio baseado em Berlim, Ali Moraly, que discute três terrenos de canções pró-Palestina, fornecendo às audiências não-árabes, principalmente, uma introdução à musicologia árabe com uma playlist contendo três canções icônicas da resistência palestina. Seguem-se à contribuição de Ali Moraly, a resenha do livro *Palestina, Mon Amour*, de Alfredo Bonanno, redigida por Wander Wilson e, por último, numa aparente descontração de nossa seção “Anedota”, uma tradução inédita de texto de Amin Affandi Nasser el-Din sobre o Líbano. Textos como o de Amin el-Din eram constantes na *Al Jaliah* original, consistindo em breves histórias, em tom de contos orais, alguns graves e outros engraçados, que transmitiam uma espécie de saber que hoje já perdemos. Esta é a primeira das traduções que pretendemos publicar ao longo de nossa retomada.

Todos os artigos passaram por revisões e, quando possível, por um trabalho editorial junto aos autores, e expressam opiniões balizadas sem pretensões totalizantes e focados na abertura de diálogo e contato, ao invés de em verdades absolutas; são artigos que procuram difundir referências e ideias, pautados na especialidade dos autores e na experiência de cada um, que se abre aos leitores.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar brevemente as dificuldades enfrentadas ao longo desta jornada que se inicia. Independente e sem financiamento, a concretização da Al Jaliah recaiu, na maior parte do tempo, sobre duas pessoas que se dividiram em tarefas diversas: tradução, revisão, diagramação, criação do site, redes sociais, além de horas de reuniões. Num mundo que raramente nos dá o privilégio da dedicação integral ao trabalho cultural e intelectual, balancear a sobrevivência econômica com a atuação política é um grande desafio. Por vezes, esta atuação incorre em deslizos e insuficiências, mas o esforço se concretiza, finalmente, nesta coletânea de artigos e pensamentos que dedicamos aos nossos fundadores: que possam nos acompanhar ao longo desta trajetória; e que possamos honrá-los.

MANIFESTO

[...] aqueles que destruíram povos ou exterminaram tribos não foram mais cruéis à espécie humana, ou mais prejudiciais à deterioração das cidades, do que os autores de livros vulgares ou editores de opiniões baixas

Sami Joaquim Racy, 1911

São Paulo,
2024


No começo do século XX, São Paulo era uma cidade em franca expansão econômica e cultural. MetrÓpole internacional, repleta de contradições e violências, São Paulo era uma confusão de línguas e comunidades. Entre os bairros proletários como o Brás e a Moóca, o Belénzinho e o Pari, o Cambuci e o Canindé, a Barra Funda e as vilas operárias da Pompeia e da Vila Romana, os quilombos urbanos como a Saracura, os barracos da Casa Verde, e a zona de (r)existência preta das Cinco esquinas, árabes do Levante preenchiavam as cercanias do triângulo histórico com tecidos importados ou perambulando as ruas periféricas vendendo produtos cotidianos. Mas nem só de mascates a imigração árabe foi construída. Para além do mito do self-made man, intelectuais que viam os negócios como uma inevitabilidade dos tempos produziam, também, pensamento.



Em Piratininga, e no Brasil e nas Américas da Belle Époque, pululavam periódicos em árabe. Entre diversas correntes políticas a colônia se dividia entre intelectuais e demagogos: alguns formados pelas tradições mais liberais da época, outros fixados no nascente discurso nacionalista. Hoje, essa memória é amplamente desconhecida, quando não deliberadamente ignorada. E não fosse por aqueles - muitos, inclusive, não-árabes - que buscam um traço de existência intelectual passada, talvez não nos chegasse, hoje, a possibilidade de reavivar uma tradição que começa, a pequenos passos, a contra-atacar as narrativas hegemônicas que, não raro, fazem um desfavor àqueles comprometidos com este processo.

Dentre as inúmeras publicações do começo do século XX, a Al Jaliah foi uma que deixou um legado tímido: não muitos a conhecem, mas quem a conhece lhe devota grande admiração.

Atualmente, parte de suas cópias podem ser conferidas na biblioteca Jafet da Universidade Americana de Beirute. De algum modo, a Al Jaliah parecia ter algo de diferente. Não se tratava apenas de uma revista de novidades e notícias, mas, antes, uma revista reflexiva, bem-humorada e combativa. Participaram da Al Jaliah nomes como Daoud e Taufic Kurban, Mustafa Lutfi al-Manfaluti.



Fundada em 1922 por Sami J. Racy, nascido em 1880 em Saida, a Al Jaliah perdurou por 7 anos, encerrando-se dois anos após a morte de seu fundador.

No contexto da época, educado no Colégio Sírio, posteriormente Universidade Americana de Beirute, Sami e seus irmãos traziam consigo a carga de uma formação de elite, a par e em meio aos debates e referências mais contemporâneas da época. Provavelmente pela vivência de Sami e seus irmãos, casando-se fora da comunidade, abrindo mão das pressões culturais e comunitárias e por certa manutenção da particularidade árabe, a revista problematizou as questões presentes da época: o advento de uma sociedade nova, a relação e os deveres dos árabes do Levante a partir de um referencial comum; a demanda por uma nova concepção de cultura árabe a partir da perspectiva diaspórica.

Essa verve confrontativa de Sami e seus irmãos é o ponto de partida desta nova Al Jaliah. Por ela, não buscaremos explicar. No mundo contemporâneo conectado, abundam fontes e acesso às mais diversas informações. Temos a dizer àqueles que nos queiram ler, ver e escutar. Não queremos reforçar os estereótipos, justificar as particularidades ou escusar os problemas. Queremos, antes, expor, seja o que for, que forneça a todos o potencial para se aproximar de questões prementes do mundo contemporâneo a partir de uma região que, por motivos infelizes, tornou-se xadrez sem fim da política internacional. Fica claro que o desafio é grande. Não basta a tarefa, cumpri-la-emos a partir de perspectivas complementares não raro distorcidas, aqui ou lá: o local e o diaspórico. Retomando as bases dos periódicos árabes brasileiros, construiremos a Al Jaliah abordando os mais diversos aspectos da realidade árabe a partir dos países que a compõem e daqueles que herdaram na memória viva as histórias desse mundo.

Estamos aqui para expandir referências, criar conexões e redes e levantar questões.

Assumimos, assim, nossos compromissos, árabes e árabe-diaspóricos, da mesma forma e com a mesma intensidade que muitos de nossos antepassados. Convidamos todos a trilharem conosco essa senda, por caminhos que nós mesmos apenas começamos a abrir. A todos e a todas, expressamos nosso sincero manifesto. Entendam-no como quiserem, mas não digam que não avisamos.

1

A Al Jaliah é uma iniciativa independente voltada para todos aqueles que veem na arte e no pensamento formas de expressão críticas que nos posicionam no mundo de forma reflexiva, responsável e combativa.

2

Nada, absolutamente nada, justifica o autoritarismo ou, pior, desejá-lo. É possível compreender processos sociohistóricos e, ao mesmo tempo, ter uma posição autônoma perante os mesmos, sem justificar o exercício do poder coercitivo como um mal menor.

3

Combateremos o orientalismo como uma expressão parelha a qualquer forma de discriminação e racismo. Representações exóticas dos povos árabes serão não somente negadas como denunciadas, caso seus autores não aproveitem a chance de se retratar.

4

Não entraremos em disputa com grupos que buscam protagonismos representativos por desejo de exercício de poder, seja na academia, no meio cultural ou qualquer outro meio institucional.

Entendemos o mundo árabe como uma região criada na longa duração a partir da difusão da língua e expressões advindas da península arábica por meio da conquista das regiões que hoje compreendem os chamados Oriente Médio e Norte da África. Nisto, incluem-se as contradições e os problemas advindos de relações étnicas, socioculturais e históricas que permitem o uso da noção de “mundo árabe” como uma categoria de pensamento que, assim sendo, não é capaz de resumir a complexidade e o sentido das múltiplas realidades de gênero, sexualidade, etnia, racialização, religião, língua e classe na região.

5

A Al Jaliah servirá ao desenvolvimento e difusão de conhecimento a respeito da(s) realidade(s) árabe(s) em três idiomas, criando redes e mirando a suficiência de recursos para continuidade e expansão de sua produção.

6

A Al Jaliah está aberta à incorporação de indivíduos prontos ao auxílio de tarefas editoriais, sempre a partir de uma negociação aberta e consoante as possibilidades materiais do projeto

7

Finalmente, a Al Jaliah conclama para que todos aqueles, árabes, descendentes, diaspóricos ou nenhuma dessas categorias, que se sintam ignorados, sub-representados, silenciados ou explorados, entrem em contato e divulguem suas experiências, trabalhos e pensamentos.

8

HISTÓRIA

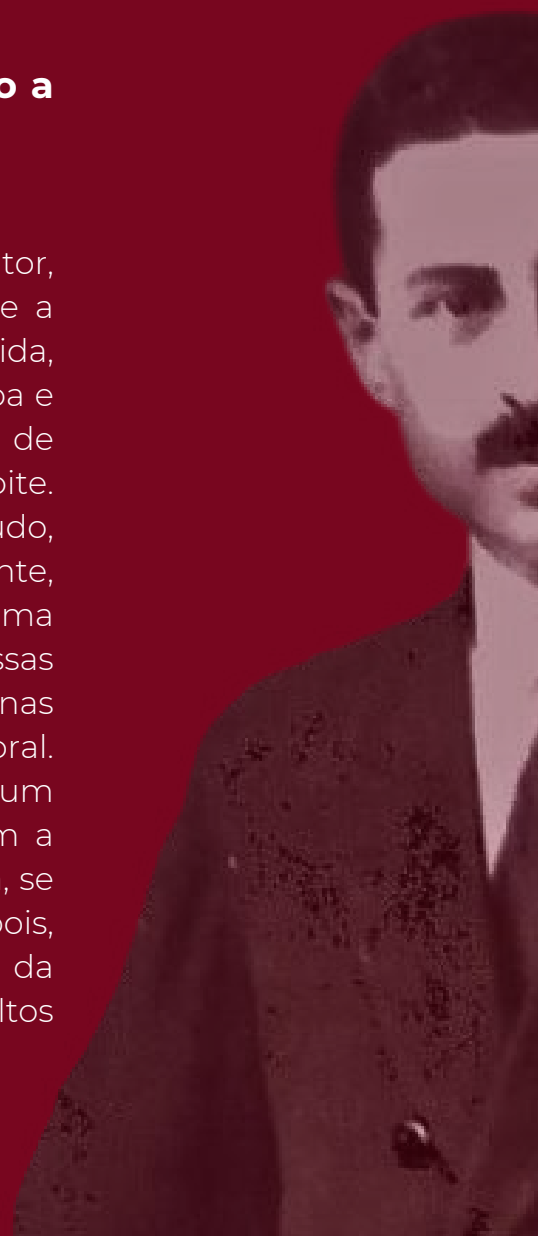
POLÍTICA

SOCIEDADE

O LIVRO DAS ID

As incumbências dos autores para com a nação a que escrevem

Não existe trabalho sem um objetivo que implique seu autor, e que não se diversifique de acordo com os princípios e a moral dos sujeitos. O objetivo principal da luta da vida, destarte, é obter as necessidades básicas: a comida, a roupa e a morada. Ainda que parássemos neste limite simples de aspiração, mesmo assim teríamos que trabalhar dia e noite. Com o passar das gerações e dos anos, contudo, ultrapassamos o limite necessário básico do ente, direcionando-nos ao luxo, até que este se tornou uma necessidade e, o ganho mínimo, demasiado para todas essas requisições. A fonte desta busca para além do básico é apenas por amor ao privilégio demandado pelo capricho e pela moral. Em algum ponto, enquanto comia um pouco de carne e um pouco de fruta, o ser humano se tornou insatisfeito com a série de cores de seus alimentos à mesa; da mesma forma, se satisfez somente vestindo roupa de seda e cetim e, depois, desprezou a choupana, que o protegia do calor do sol e da brutalidade do frio, passando a buscar nada mais senão altos palácios e edifícios.



INCUMBÊNCIAS

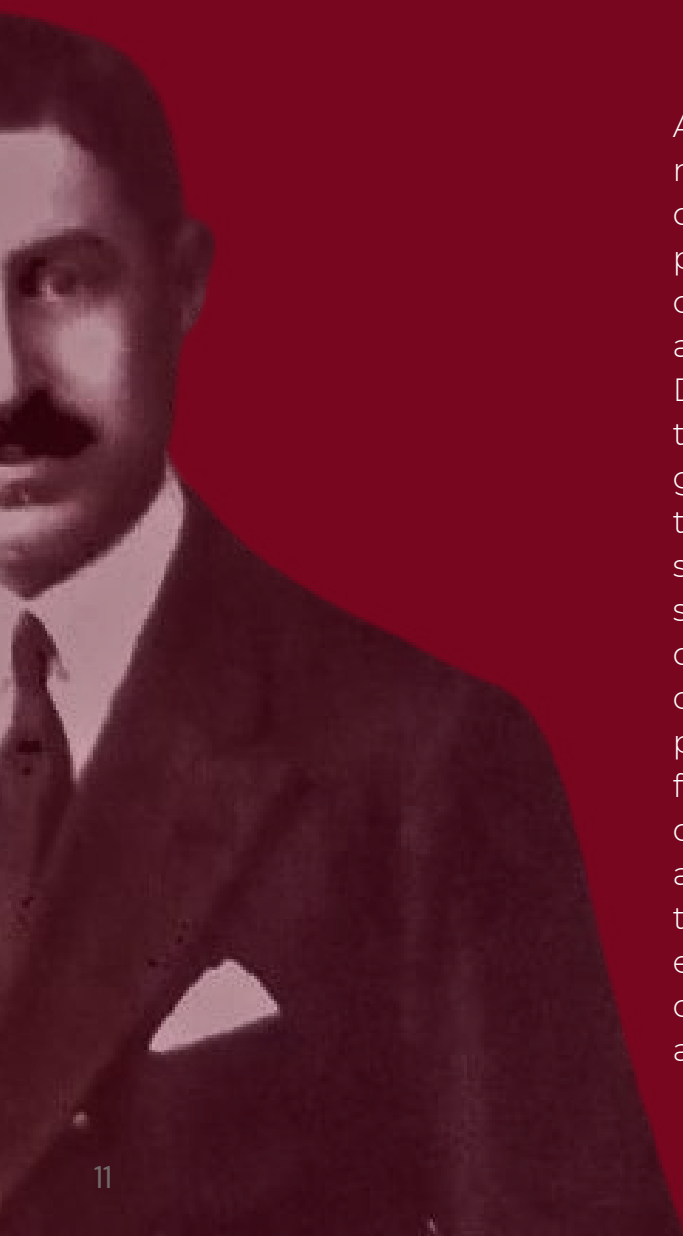
Sami Joaquim Racy

Tradução de Yara Osman e edição de Gustavo Racy

Trecho originalmente publicado em:

Revista al Hilal, n. 9, 01/06/1911.

Editor, Jirji Zeidan.



Assim, o objetivo do trabalho, que era obter o necessário para o ser, tornou-se a satisfação dos desejos da alma. Foi demais acharmos um limite para nossas aspirações e desejos, e, a partir disso, o objetivo de nossos trabalhos se dividiu entre aquilo que é benéfico e aquilo que é pernicioso. Da busca pela sobrevivência, o objetivo do trabalho se tornou a aspiração pela fama e pela glória. Você, trabalhador, não faz um bom trabalho gastando suas energias somente para ser pago e viver de tais ganhos. Caso consiga o suficiente de pão, entretanto, você se transforma de alguém que o conquista para alguém que conquista a glória para si mesmo, sua nação, seu povo. E isto porque seu “eu” tem em si dois fatores: o privilégio e a fama. Nas forças e talentos do eu, há aquilo que te impulsiona e te faz sentir admiração e glória. Se estas forças e talentos são transformadas em maldade, ao invés de bondade, então se está em busca de uma glória vã que causa benefício próprio, mesmo se prejudicando aos outros.

As pirâmides do Egito,

Amar e buscar a glória em prol do bem e da virtude sempre levou a grandes projetos benéficos a todos. Da mesma forma, amar e buscar a glória em prol do mal e do vício sempre levou à dissolução das comunidades, envenenando a ética da sociedade humana. Por isso, não é uma desonra buscar a glória e a fama, contanto que isto seja feito no caminho do bem geral. Dado que a arte, em geral, é a medida da grandiosidade da fama e da elevação da glória, e a nobreza dos trabalhos é o quanto a arte se mantém e quanto seu benefício se expande, a arte de escrever é uma das artes mais honradas, pois é uma indústria infinita, que liga o passado ao futuro e a imaginação à verdade.

As pirâmides do Egito, a Muralha da China, os Jardins da Babilônia, as ruínas tão longo dos dias mais do que os Mandamentos de Moisés, os Analectos de Confúcio e Cícero. Do mesmo modo, aqueles que destruíram povos ou exterminaram povos são prejudiciais à deterioração das cidades, do que os autores de livros viciados são desonra para um autor buscar a glória e os ganhos materiais, contanto que não há glória para aquele que busca a verdade escrevendo em serviço a ninguém, bom, ou não, a alguém. O primeiro, assim, representa a caneta do bem, da humanidade, enquanto que o segundo é a caneta do vício, e sua mão maldosa.

Por isso, vejo que a primeira e mais importante incumbência dos autores é recusamos a levar para casa, pois envenenam a ética da sociedade se não a busca de seus próprios benefícios, escrevendo aquilo que desejam essa baixeza, incentivando-a, e o mínimo a ser dito para suas autorias artísticas, literárias e científicas, testemunha-se o declínio da cultura fazendo-se rica por autores torpes, atesta a decadência de uma nação e então é seu dever cuidar de seus autores, incentivando os bons e punindo os sujeiras. O dever da nação é elevar os autores para os padrões de excelência mesmo se esse objetivo venha acompanhado por um desejo de glória.

Quanto ao autor, este também precisa levar em conta os interesses populares, um de seus deveres é a simplicidade, pois os livros raramente beneficiaram a alguém, e que aqueles que se preocupam com os fatores restritos a uma categoria muito pequena de pessoas são os fatores em conta causa muito mais mal do que benefícios. A frugalidade e não pelas origens, ou pelo invólucro.

Todos os livros de cientistas sociais e filósofos escrevem como se olhassem a verdade e não a entendê-la. Com isso, antes de servir à verdade, o escritor é servir à verdade, pois o escritor que escreve a verdade como quer, e não como ela é, não chega ao mérito de ser um escritor.

etos
ício,
ade
seja
ade
tém
sas,

ruínas de Atenas e as construções romanas não perduraram ao
os de Confúcio, a filosofia de Aristóteles ou a Eloquência de
ram tribos não foram mais cruéis à espécie humana, ou mais
ulgares ou editores de opiniões baixas. Por isso, não é uma
que escreva a serviço da verdade e do bem geral. Igualmente,
absoluto de si, sem se dar conta de que aquilo que escreveu é
o bem, que merece ser banhada a ouro, pois é fonte de
merece ser decepada, pois ele é um insulto para todos.

ncia do autor, é mirar o bem geral. Muitas vezes caem em nossas mãos livros que nos
família com a vileza de seus princípios. E em seus autores não vemos outro objetivo
quilo que é mais próximo do gosto do grupo mais baixo da espécie humana; com isso,
o destes autores é que são ladrões de fama e de lucro. Sendo uma nação rica por suas
que esta nação é elevada, com ciência e literatura. Por outro lado, uma nação que,
e suas éticas e moral. E se as autorias de uma nação testemunham sobre o que ela é,
elevados, ajudando a publicar suas obras, e desprezando os vulgares e proibindo suas
camares sociais mais altos, caso o objetivo de sua autoria seja um serviço verdadeiro,
ejo de fama e ganhos materiais.

na consideração em sua escrita a classe para a qual escreve. Se escreve para as frações
pois sabemos muito bem que aqueles que escrevem para mostrar suas habilidades literária
es livros que demandam astrólogos e dicionários para análise das palavras e frases são
oas. Sendo o objetivo principal da escrita o benefício geral, cada livro que não leva estes
m. Igualmente, quem se interessa por tais livros é semelhante àquele que se interessa por
o, pela essência.

s indicam uma simplicidade na expressão, pois os autores
lade de frente, ao mesmo tempo tentando fazer o público
rem a si mesmos, servem à verdade. E um dos deveres do
ritor que se deixa cegar pelas tendências e futilidades narra a
e, e interpreta as pesquisas como vê, e não como são. Este tipo
r levado ao trono da filosofia e da ciência.

mais prejudiciais

Você, trabalhador, não faz um bom trabalho gastando sua

Servir à verdade é um dos deveres mais importantes dentre as incumbências do autor. E este dever demanda a força do autocontrole, a determinação e o reconhecimento do favor dos inimigos quando este for factual. E isto porque muitas vezes lemos livros de um autor que se esconde por trás da verdade, tendo em foco apenas suas próprias metas e ressentimentos - que não interessam a ninguém - escrevendo de modo ofensivo, mesmo se sua pesquisa é médica ou científica. Tal autor prova que é mais um vingador do que um autor, dado que nos entrega um comprovante do recalque do amadurecimento de seus pensamentos, e seus livros não merecem a procura e a admiração das pessoas.

O autor deve içar as pessoas, elevando suas emoções e sua ética, e não ajudá-los a fortalecer suas pulsões animais - é preciso que o autor amplie a gentileza dos sentimentos e a delicadeza da sensibilidade dos leitores, e não aguçar o vulcão da maldade e dos rancores contidos em seus sentimentos, principalmente se for um músico ou poeta. O autor deve reduzir a miséria e a malevolência da entidade social, e não incentivar os sentimentos ruins a aparecerem e serem postos em movimento.

s energias somente para ser pago e viver de tais ganhos.

Caso se proponha à autoria, saiba antes de tudo da importância de sua subjetividade e a dimensão da responsabilidade sobre suas costas; e saiba o quanto sua obra afeta a moral geral. Vá em busca do bem geral antes do bem pessoal e da fama; procure a verdade na pesquisa e a simplicidade na expressão, pois as autorias literárias, sociais, médicas e científicas são provas da ética das comunidades, bem como da dimensão de sua elevação. As comunidades, por sua vez, devem apoiar o bem e rejeitar o mal, para que os beneficentes tenham a glória e a coragem para enfrentar as dificuldades da autoria, e para que os autores que olham para baixo saibam que são mais baixos que as comunidades a quem querem envenenar e, com isso, se abstenham da autoria, decepcionados e humilhados.

A IMPRENSA DOS IMI NO

Faz parte do senso comum associar a imigração árabe, oriunda do que hoje são a Síria, o Líbano e a Palestina, à figura do mascate. Não é um equívoco, mas ao limitar essa imagem, inclusive com intenção de criar uma memória dessa imigração pela visão de sucesso – o *self-made man*, intrépido, destemido e corajoso mascate que chegou pobre e enriqueceu às custas de seu suado trabalho, deixamos de lado facetas importantes desses imigrantes e dessa imigração.

Uma delas, se refere a uma classe, se podemos chamar assim, de intelectuais ou ao menos de pessoas com um nível de escolarização superior, que permitiu a esse grupo inserir-se na colônia por outra via. Médicos, professores, filólogos, poetas, escritores, livreiros e mesmo jornalistas, como Taufik Duoun, encontraram-se no Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, e conviveram com os bem sucedidos membros da colônia, industriais e comerciantes, que ainda carregam a propaganda dominante do mito do mascate bem sucedido. De alguma forma, esses intelectuais dependiam do apoio desses mecenas, ainda que nem sempre essa convivência tenha sido agradável.

Enquanto Salomão Jorge, em *Álbum da Colônia Sírio-Libanesa no Brasil* relata seu projeto de coletar informações, dados e história desses pioneiros como resultado de um sonho de um jovem amador e que teve o apoio de figuras como de Nami Jafet, a quem a obra está dedicada, Wadih Safady, em *Cenas e Cenários dos Caminhos da Minha Vida* apontava o fracasso da formação do “Centro Brasileiro de Cultura Árabe” ao fato de estar composta, ao menos em termos administrativos, por comerciantes mais preocupados em exhibir seus feitos e tirar proveito de um projeto cultural que pouca importância tinha para eles.

GRANTES ÁRABES

BRASIL

Samira Adel Osman

Apesar desses percalços, essa intelectualidade conviveu com os membros mais abastados da colônia e, em muitos casos, dependeu dela para garantir o exercício de suas atividades. Enquanto o sucesso econômico, a valorização do trabalho árduo, a acumulação de riquezas era valorizada por um lado, de outro surgia o interesse em criar movimentos associativos, formar sociedades literárias, organizar centros de estudos da língua árabe, fundar editoras e tipografias, e criar inúmeros jornais, com a intenção de manter, divulgar e informar sobre a cultura árabe no Brasil.

Pode-se quase afirmar que a imprensa árabe surgiu concomitantemente aos primeiros anos dessa imigração. Para Wadih Safady (1966), a imprensa era um registro vivo da presença imigrante árabe no Brasil, e poderíamos acrescentar de suas posições políticas e das disputas de projetos para as nações que surgiriam da libertação do poder turco-otomano, do desejo ou da luta contra o domínio francês, assim como o lugar para propalar notícias, tratar de acontecimentos sociais, fazer propaganda e divulgar anúncios dos inúmeros negócios e atividades dessa colônia ativa em falar de si mesma em termos positivos. Numa relação simbiótica, por meio da imprensa, a uns permitia-se a sobrevivência; a outros mais uma forma de reconhecimento e prestígio social.



Capas das revistas *Al Jaliah* ("A Colônia"), acima, e *Al-Carmat*, abaixo

Em sua tese de doutorado em História defendida na Universidade de São Paulo em 1972, Jorge Safady apresenta uma longa relação e informações sobre os jornais árabes que circularam em todo território nacional, algumas delas mais breves, como o nome do periódico, outras mais extensas com dados sobre proprietários, editores, jornalistas; números, tiragem, período, preço; criação, circulação, fusão, extinção. Certamente, é um catálogo valioso para os estudos sobre o tema. São os Safady (Wadih, Jamil e Jorge) que informaram sobre a publicação do primeiro jornal árabe editado no Brasil: o *Al-Faiha*, dos irmãos Salim e Duaibes Balech, cujo primeiro número circulou em 28 de outubro de 1895 na cidade de Campinas. O nome do jornal, *Al-Faiha*, cujo significado é "amplo", ou "espaçoso", era uma referência à forma como as cidades de Trípoli, Damasco e Basra eram conhecidas. Com a mudança de Salim Balech para a cidade de Santos, o jornal passou a ser conhecido como *Al-Barasil* a partir de 2 de abril de 1896, incorporando outros editores e redatores, entre eles Antun Najar que adquiriu o jornal e mudou a sede para a cidade de São Paulo em 1897, devido ao falecimento do primeiro fundador. Esse jornal ainda passaria entre 1898 e 1902 para a propriedade de Kaiser Ibrahim Maluf que, por sua vez, o vendeu para Said Abu Jamra, passando o jornal a ser denominado *Al-Afkar* ("O pensamento") tendo circulado até 1941.



Os jornais de São Paulo, além de estarem entre os pioneiros, foram tão numerosos quanto efêmeros. Surgiam, se fundiam, fechavam; mudavam de mão e de penas, mas mantiveram sua orientação política inicial. Somando os jornais de editores privados, com edições de associações culturais, esportivas e religiosas, chega-se a uma centena de títulos. Entre 1900 e 1930 editaram-se *Al-Huariát* de José Badaui, *Al-Rumuz* de Rachid Khuri, *Al-Mizán* de Estéfano Ghalbuni, *Al-Watan* de Ibrahim e Elias Farah, *Al Kalam al Jadidi* de Jorge Haddad, *Fata Lubnan* de Rachid Atiah, *O Brasil* de Jorge Massarah, *Al-Itihad al-Arabi* de Jorge Atlas, *Al-Jaridat* de Khalil Sasdah, *Al-Siassat* de Salim Akl, *Al-Jaliah* de Sami Racy, *Síria*, de Elias Massarah e *Al-Watan al-Hur*, de Assad Bechara.

Assim como São Paulo, o Rio de Janeiro sediou os pioneiros da imprensa árabe. *Al-Raguib* (“O Observador”) circulou entre 1896 e 1898 tendo como editor Naum Labaki, que também publicava *Al-Munazir* em São Paulo. *As-Sauab* (“A Razão”), de Mikhail Murad, Habib Khuri e Kabalán Dimian, circulou entre 1900 e 1920; *Al-‘Adl* (“A Justiça”), de Chucrí Jorge Antún e Afonso Chucrí Antún, circulou entre 1901 e 1941; *Al-Barid* (“O Correio”) de José Nassif Daher, circulou entre 1908-1941, e dezenas de outros que tiveram uma existência efêmera. Quase sessenta periódicos foram editados no Rio de Janeiro, incluindo outras cidades como Campos e Niterói.

Outras cidades brasileiras sediaram jornais árabes, o que demonstra a dispersão geográfica dessa imigração pelo território nacional, e como o engajamento político, partidário e acontecimentos ligados à terra natal continuavam sendo um fator de coesão ou de disputa entre os conterrâneos. Belo Horizonte viu nascer a *Al-Istiklál* (“A Independência”) fundada em 1910 pela Sociedade Árabe. *As-Siham* (“As Flechas”), de Jorge Ishac Iárid, foi editado em Manaus entre 1912 e 1917,



Ad-Dalil



À direita, o jornal Ar-Raed e, à esquerda, o jornal Homs



Os nomes dos jornais são reveladores dos posicionamentos políticos e das intenções dessas publicações, o que também pode ser verificado no fato de, inicialmente, terem sido publicados apenas em árabe, portanto com leituras restritas aos que dominavam o idioma e eram alfabetizados, como também pela sua ampla circulação tendo chegado à terra natal e se inserido nos debates que por lá aconteciam, sobretudo em virtude do momento histórico em vivência nessa época. Os imigrantes pioneiros partiam mas continuavam ligados aos acontecimentos regionais, locais e mundiais, que incluíam a Primeira Guerra (1914-1918), o esfacelamento do Império Turco-Otomano (que termina em 1923), as disputas e divisões coloniais realizadas pela França e Inglaterra no Oriente Médio, o posicionamento pela independência e pela liberdade de qualquer jugo. Aos poucos, esses jornais foram se tornando em termos bilíngues, árabe-português, e variados em temas abordados, cobrindo também a vida, as ações, os negócios, a sociabilidade dos grupos que iam se fixando de forma cada vez mais definitiva à nova pátria.



União Árabe, década de 1920.

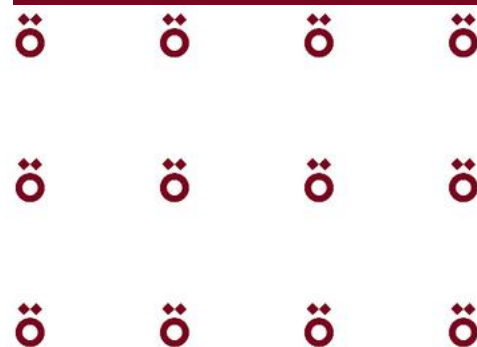
Alguns nomes desses jornais, principalmente os mais antigos, são mais genéricos e, porque não, poéticos: “A Pena Nova” (*Al-Kalam Al-Hadidi*), “A Escola” (*Al-Madrasat*), “O Minarete” (*Al-Manarat*), “A Vinha” (*Al-Karmat*), “As Estrelas” (*An-Nujum*), “A Lua” (*Al-Qamar*), “Os Lírios” (*Az-Zanabik*), “A Aurora” (*Al-Fajr*), “As Pérolas” (*Al-Fara'id*), “O Novo” (*Al-Jadid*), “os astros” (*Al-Kuakib*), “As Folhas” (*As-Sahaif*), “A Natureza” (*At-Tabiat*), “A Abelha” (*Al-Nahla*), “As Flores” (*Az-Zuhur*), “A Recordação” (*Az-Zikrat*), “A Horta” (*Ar-Raudat*), “A Lima” (*Al-Mibrad*). Outros externavam posicionamentos político-filosóficos como “O Pensamento” (*Al-Afkar*), “A Razão” (*Al-Saub*), “A Tolerância” (*At-Tasáhu*), “A Verdade” (*Al-Hakikat*), “O Saber” (*Al-Ma'arri*), “os benefícios” (*Al-faua'id*), “A Curiosidade” (*At-Taraif*), “O Amigo” (*Al-Anis*), “A Cooperação” (*At-Taaun*), “O Guia” (*Ad-Dalil*), “A Palavra Livre” (*Al Kalimat Al-Hurrat*), “A Liberdade” (*Al-Hurriat*), “A Independência” (*Al-Istiklal*).

Também foram usadas referências ao próprio veículo de comunicação ou ao ofício do profissional, de forma direta ou metafórica: “O Jornal” (*Al-Jarida*), “A Revista” (*Al-Majallat*), “O Observador” (*Ar-Rakib*), “O Preceptor” (*Al-Muadib*), “O Alerta” (*Al-Mirçad*), “A Tribuna” (*Al-Mahcamat*). Outros pretendiam caracterizar precisão em suas críticas e sátiras como em “A Marreta” (*Al-Mitrakat*), “O Serrote” (*Al-Mincharo*), “O Inferno” (*Al-Jahim*), “O Vulcão” (*Al-Burcán*), “A Dinamite” (*Ad-Dinamit*), “O Trovão” (*Ar-Rad*), “O Raio” (*As-Saikat*). Alguns títulos são curiosos e, sem outras informações, só podemos reproduzi-las: “O Garrote Amarelo” (*Al Hirauah As-Safra*), “A Lanterna” (*Al-Fanus*), “Os Símbolos” (*Ar-Rumuz*), “A Balança” (*Al-Mizán*), “O Livro Verde” (*Al-Kitab Al-Akhdar*). Alguns poucos faziam referência ao processo migratório como “A Asna de Nossa Terra” (*Himárat Baladna*), “O Tropeiro” (*Sáik al Himárat*), “Colóquio do Imigrante” (*Muçumarat Al-Muhagir*), “A Colônia” (*Al-Jaliah*), “A Terra da Imigração” (*Al-Mahjar*), “Lar da Colônia” (*Bait Al-Jaliat*), e ao estabelecimento na nova terra, como *Al Barasil*, o “Brasil ilustrado” (*Al Brasil Al Mussauarat*) e *América*.

As questões nacionais e os debates sobre nações e nacionalismos também estiveram presentes nesses jornais, que se expressaram em relação aos projetos em terra natal, havendo um posicionamento em prol da independência e do futuro político do país. Oscilando entre o otomanismo e a manutenção da vinculação com o Império Turco, como o *Al-Uthmani*, “O Otomano”, e *Al Micra’at* “A Chibata” de dois irmãos Labaki (Salim e Kais), uma concepção de Oriente imaginado (com “O Jovem do Oriente” [*Fata al-Chark*], o “Correio do Oriente”, e “Oriente” de Mussa Kuraiem) e um Oriente idealizado (com *Al Andalus Al Jadidat*, “A nova Andaluzia” e *Al Usbat*, “Liga Andaluza de Letras”), também se criaram vinculações ao arabismo, libanismo e sirianismo. Os que defendiam a ideia de uma nação e uma identidade árabes, como uma concepção histórica-cultural-linguística, se reuniram em torno de jornais como “A Liga Árabe” (*Ar-Rabidat Al-‘Arabíat*) e “O Oriente Árabe” e “Notícias do Mundo Árabe”, ambos veiculadas pela delegação da Liga Árabe no Brasil, assim como em volta de “Notícias Árabes” de Assad Zaidan, “A Voz dos Árabes” (*Saut Al-arab*), “A Voz do Mundo Árabe” (*Saut Al-Alam Al-Arabi*) editado exclusivamente em português, “A União Árabe” (*Al-Itahad Al-Arabi*) de George Atlas, “A Pátria Árabe” (*Al-Uatan Al-Arabi*), “A Coletividade Árabe”, “Notícias Árabes” (*Akhbar Al-Arab*), “O Clarim árabe” (*An-Nafir Al-Arabi*), “O Mundo Árabe” (*Al-Alam Al-Arabi*), além de “O Arabismo” (*Al Urubat*), que começou como “A Recordação” (*Az-Zikrat*), e mudou de nome em 1958, sendo editado pela Sociedade Beneficente Muçulmana.

A defesa da independência e autonomia da Síria e do Líbano também foi tema de intenso debate na colônia, cujas ideias chegaram aos jornais que discutiram temas e defenderam posicionamentos. Alguns ainda se mantiveram ligados pelos laços locais, tribais e religiosos, como pode ser percebido por aqueles que se intitulavam de acordo com a localidade de origem e pelos que as ultrapassaram, apelando para elementos mais amplos e genéricos.

“Faz parte do senso comum oriunda do que hoje são a Síria e o Líbano, essa imagem, inclusive com a memória dessa imigração, deixamos de lado facetas imbricadas e dessa imigração”



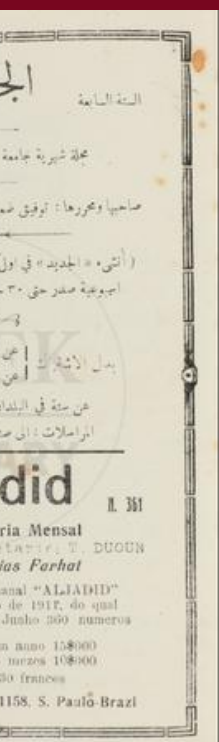
Capa do *Al Jadid*, década de 1920.

associar a imigração árabe, Síria, o Líbano e a Palestina, à um equívoco, mas ao limitar com intenção de criar uma visão de sucesso [...] importantes desses imigrantes imigração”.

Entre os pró-Síria estavam “Al-Mimás”, “Alepo”, “Homs”, “A capital” (*Al-Asimat*), “A Juventude Síria” (*Ach-Chabibat As-Suriat*), “A Nova Síria” (*Suría Al-Jadidat*), “O Jornal Sírio” (*Al-Jaridat As-Suriat*), “A Pátria” (*Al-Watan*), “A Pátria Livre” (*Al-Watan Al-Hurr*) dedicada ao Partido Nacional Sírio, “A Estrela da Síria” (*An-Najmat Al-Suriat*), “Suria”, “A Liga” (*Ar-Rabitat*), da Liga Política Síria. Entre os pró-Líbano estavam “O Cedro” (*Al Arzat*), “O Cedro do Líbano” (*Al Arzart Lubnán*), “O Grão Líbano” (*Lubnan Al-Kabir*), “Cedro do Líbano” (*Arzat Lubnan*), “A Comunidade Libanesa” (*Al-Jami’at Al-Lubnaniat*), “Lubnán”, “A União Libanesa” (*Al-Itihad Al-Lubnani*), “O Renascimento Libanês” (*An-Nahdat Al-Lubnaniyat*), “Jovem Líbano” (*Fata Lubnán*).

Depois das primeiras décadas de grande profusão de títulos, editores, debates, ideias e controvérsias, alcançando centenas de jornais e revistas editados de forma monolíngue e bilíngue, duas questões levaram à diminuição dessa efervescência cultural e política e, por consequência, da quantidade de impressos em circulação. Uma delas foi de cunho nacional e se refere à proibição da publicação em línguas estrangeiras durante a Era Vargas, que vigorou entre 1941 e 1945, como ação direta sobre os imigrantes.

A outra foi o final da Segunda Guerra Mundial e as independências ocorridas no Líbano e na Síria, findando o debate acalorado e apaixonado sobre o futuro que acabara de se tornar presente. Os títulos, que resistiram ou foram surgindo, assumiram um caráter menos político, e ainda que preocupados em noticiar sobre os acontecimentos do mundo árabe o fizeram de forma menos comprometida e sem maiores posicionamentos. No lugar desse caráter político inicial, os jornais e revistas tornaram-se espaço para temas de sociabilidades, acontecimentos sociais, celebrações, temas culturais e religiosos, apartando-se de uma ideia de unidade pátria e engajamento identitário para se tornar uma coluna social dos abastados, que festejavam, casavam, morriam, faziam benemerência e filantropia e que se promoviam, dessa vez para angariar votos na política nacional.





SALUA ATLAS

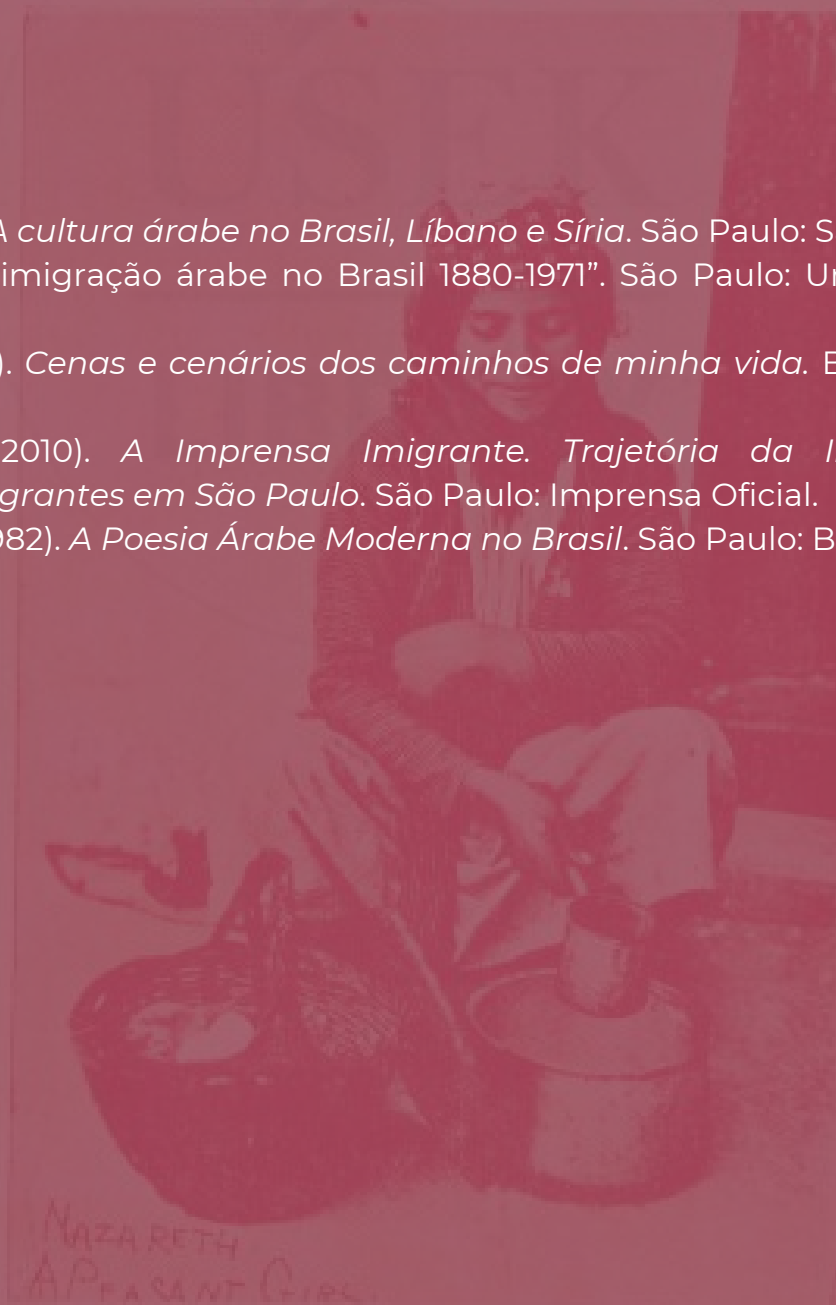
fundadora da *Al Carmat*

Um destaque merece ser dado sobre essa imprensa árabe: os jornais e revistas femininas. “A Vinha” (*Al-Karmat*) é considerada a primeira revista feminina árabe do Brasil e das Américas e foi fundada em 1914 por Salua Salameh Atlas, casada com George Mikhail Atlas que foi o fundador de *Al-Itahad Al-Arabi*. Salua nasceu na Síria em 1883, formou-se professora pela Escola Feminina de Homs, cidade onde lecionou, assim como em Zahlé. No Brasil, onde chegou em 1914 recém-casada, atuou como escritora, poetisa e oradora, além de dirigir o jornal entre 1914 e 1949, ano de seu falecimento. Mais recente foi a fundação da “Revista Etapas” (*Marahel*), em 1954, por iniciativa de Mariana Dabul, de Fajuri. Nascida em 1889 no Líbano, viúva aos 26 anos, emigrou com três filhos para Cuba, mudou-se para a Argentina onde conheceu o marido Elias Mussa Fajuri, posteriormente estabelecendo-se no Brasil em 1940. Freqüentadora de salões literários e preocupada com a veiculação da cultura árabe no Mahjar, tocou a Revista até 1984, que se tornou a *Chams* (Sol), uma das poucas que se mantiveram, juntamente com a *Al-Urubat*. Poucas décadas antes, as teclas das máquinas de escrever foram silenciadas nos remanescentes “O Clarim”, “O Telex”, “O Oriente”, “Al-Arz”, “Brasil-Líbano” e “Layazul”.

Muitos jornais não deixaram nenhuma prova material de sua existência; poucos foram preservados em seu conjunto, uma parte sobreviveu guardado junto à poeira do tempo e carcomido pelas traças que se alimentaram tranquilamente de palavras, ideais, sonhos e esperanças. Uns mais privilegiados sobreviveram na memória familiar e, em busca dos laços com o passado, ressurgem. De outra forma, por outro suporte, com outras intenções, mas com o desejo de ser memória, celebração e novidade. A *Al-Jaliah* circulou de 1922 a 1929, e foi fundado pelos irmãos Beny e Sami Racy, idealizador do projeto. Sami nasceu em 1880, estudou na Universidade Americana de Beirute, emigrou para o Brasil em 1900, tocou o jornal até 1927, ano de sua morte, tendo sido sucedido pelo irmão Beny. Em 1929 o jornal foi vendido para os irmãos Taufik e Daoud Kurban que suspenderam a publicação do jornal dois meses depois da aquisição. A prolífica existência é homenageada com o projeto atual, que tem a intenção de modernizar os meios de veicular a cultura árabe no Brasil não só entre a colônia e seus patrícios, como também entre aqueles que desejam conhecer, contribuir e divulgar o legado que já é parte do país.

REFERÊNCIAS

- SAFADY, J. (1971). *A cultura árabe no Brasil, Líbano e Síria*. São Paulo: Safady.
- _____. (1972). "A imigração árabe no Brasil 1880-1971". São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SAFADY, W. (1966). *Cenas e cenários dos caminhos de minha vida*. Belo Horizonte: Santa Maria.
- SOUZA, M. C. (2010). *A Imprensa Imigrante. Trajetória da Imprensa das Comunidades Imigrantes em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- ZEGHIDOUR, S. (1982). *A Poesia Árabe Moderna no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.



A ORDEM E OS SUBVER

UM RELATO HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE

Não tenho dúvida de que todo palestino pensante, ou aquele que, como eu, foram poupados pela sorte e pelo privilégio, sabe que qualquer paralelo real entre Israel e África do Sul fica gravemente abalado em sua consciência quando ele reflete sobre a diferença entre colonizadores brancos que desembarcaram na África e os judeus que fugiram do antissemitismo na Europa. Mas as vítimas na África e na Palestina têm feridas e cicatrizes muito parecidas, ainda que seus algozes sejam diferentes.
[Said, 2011, p. 137]

As manifestações em apoio à causa palestina ao redor do mundo costumam estar associadas aos regimes democráticos, aos partidos de esquerda e aos movimentos anti-imperialistas. Governos e populações de Estados situados em territórios colonizados da África, Ásia e América Latina costumam simpatizar com a luta palestina por soberania e autodeterminação. De acordo com Edward Said (2011: 77), “há uma clara coincidência entre as experiências dos árabes-palestinos nas mãos do sionismo e as experiências de negros, amarelos e pardos que os imperialistas do século XIX descreveram como inferiores e subumanos”. Embora os movimentos anticoloniais tenham emergido no mesmo período de alastramento do antissemitismo na Europa, de tempos em tempos, o mesmo Ocidente capitalista é obrigado a revisitar a memória de algumas atrocidades constantemente recalçadas, entre elas a escravização africana, o genocídio de povos originários nas Américas e o martírio do povo palestino nos territórios ocupados e nos campos de refugiados nos últimos 76 anos.

Apesar de a fundação do Estado de Israel estar intimamente ligada ao fim da Segunda Guerra Mundial, prevaleceu uma postura racista na divisão entre judeus e outros povos, classificados como inimigos. Tal postura, dominante na visão de Hannah Arendt (2016), não se comprometeria com a conquista de seus protagonistas, mas com o seu suicídio. Ademais, desde a sua criação, o Estado de Israel recebe subsídios e ajudas enviadas por governantes dos Estados Unidos para o desenvolvimento da nação e sua defesa.

SIVOS.


SOLIDARIEDADE BRASILEIRO-PALESTINO

Luciana Garcia de Oliveira

O sionismo se caracterizou por uma expressão inequívoca: “uma terra sem povo para um povo sem terra”, assumindo uma ideologia clássica da tradição colonial, ao afirmar a autoridade sobre um território. No caso específico da Palestina, o controle territorial iniciou-se através de uma propaganda perniciosa. Ao descrever o território palestino como uma terra vazia, inabitada, Israel conseqüentemente considerou a população local como insignificante e, quando líderes sionistas reproduzem táticas de discriminação e opressão, o sionismo se mostra como plenamente associado ao colonialismo e ao racismo.


Apesar disso, a causa palestina, enquanto causa humanitária, nem sempre foi considerada uma unanimidade. E, ainda não é. Contudo, atualmente, é possível nos depararmos com múltiplas formas de manifestações em defesa da causa palestina no Brasil e no mundo. As atrocidades cometidas em Gaza no tempo presente vêm impulsionando diversas manifestações nas ruas e nas universidades em países que historicamente apoiam Israel e suas Forças Armadas. Desde os eventos de 7 de outubro, grandes manifestações pela causa palestina ocorrem, no Ocidente, nos Estados Unidos, no Reino Unido, na França e na Bélgica

No Brasil, desde a data em questão, muitas manifestações de rua têm ocorrido em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, acompanhando a intensificação e os desdobramentos das ações sionistas.



A despeito da tendência em se apoiar Palestina ou Israel consoante a posição governamental no espectro político, no Brasil, o apoio à causa palestina foi invariavelmente constante, exceção feita ao recente governo de Jair Bolsonaro. Já na década de 1970, durante o regime civil-militar, o governo brasileiro votou favoravelmente pela Resolução no. 3379/1975, que qualificava o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial.

Em decorrência do apoio brasileiro à moção antissionista de 1975, que refletia a postura terceiro-mundista do país, que havia fundado o Grupo dos 77 na ONU revelando um desalinhamento militante para ampliação das possibilidades de comércio internacional, o Brasil passou a se tornar alvo da militância norte-americana em defesa dos Direitos Humanos. Nessa altura, a imprensa internacional denunciava enfaticamente as torturas, as prisões administrativas e o desaparecimento de pessoas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. A morte do jornalista Vladimir Herzog teve uma grande repercussão internacional e foi considerada um grande símbolo do autoritarismo e das violações de Direitos Humanos no Brasil.



Por outra parte, a continuidade do projeto desenvolvimentista, com ênfase na modernização industrial, dependia fortemente da importação de petróleo do Oriente Médio. O receio por uma eventual suspensão no fornecimento de combustível fez com que o governo brasileiro não participasse do boicote contra o Iraque em 1972, em decorrência da nacionalização da *Iraq Petroleum Company*, até então controlada por petroleiras estrangeiras (Santos, 2000).

Durante a crise internacional do petróleo de 1973, acirrada com a guerra do *Yom Kippur*, segundo Norma Breda dos Santos (2000), os Estados que apoiassem Portugal, África do Sul e/ou Israel arriscavam ter o fornecimento de petróleo suspenso.

A partir de então, a diplomacia brasileira passou a defender ainda mais explicitamente o direito do povo palestino a autodeterminação. Em 1974, o Ministro das Relações Exteriores do governo Geisel, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, reafirmou publicamente o apoio do Brasil à independência da África portuguesa, condenou veemente o regime de *apartheid* na África do Sul e se manifestou contra a ocupação violenta e arbitrária dos territórios palestinos.

Em 1979, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a inaugurar uma representação da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) em seu território, num momento em que muitos países ocidentais ainda consideravam a OLP como uma entidade terrorista.

Em meados dos anos de 1970 e início dos anos 1980, ainda durante o regime militar, a comunidade palestina-brasileira se sentia confortável a ponto de fundar a primeira instituição representativa da diáspora palestina, a Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL).

Além disso, e em meio à efervescência política do movimento das *Diretas Já!*, o contínuo processo de formação política da juventude árabe - formado por jovens da segunda geração de imigrantes sírios, libaneses e palestinos - impulsionou um grupo de mais de 200 jovens a se reunirem aos domingos na sede da Sociedade Palestina do Brasil, fundada por eles mesmos, situada à Avenida Senador Queiróz, no centro da capital paulista. Com isso, a mobilização da juventude árabe-palestina tornou-se bastante intensa. A maioria dos integrantes desse grupo, que foi chamado de *Sanaúd*, tinham a intenção de transformá-lo em uma associação formal regida sob as diretrizes da OLP.

Na década de 1970, durante o regime militar, o governo brasileiro votou favoravelmente pela Resolução nº 3379/1975 que qualificava o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial.

Vale lembrar que a FEPAL, juntamente com a juventude *Sanaúd*, convocaram, em setembro de 1982, a primeira grande manifestação pública na Avenida Paulista em protesto frente aos massacres nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, no contexto da guerra civil no Líbano. Além da diáspora palestina do Brasil e da comunidade árabe, a manifestação contou com o apoio de diversos grupos da sociedade civil e de partidos políticos brasileiros, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse contexto, a militância política exercida pelos integrantes da FEPAL e da *Sanaúd*, conjuntamente, aproveitou o ensejo da grande repercussão internacional dos massacres de Sabra e Chatila e o clamor do movimento pelas *Diretas Já!* para divulgar a causa palestina em língua portuguesa para o público brasileiro.

Por ocasião do III Congresso da Federação Palestina no hotel Hilton, em São Paulo, algumas lideranças da diáspora palestina conseguiram, por fim, formalizar a Associação Cultural *Sanaúd*. Para isso, foi entregue uma carta solene ao representante da Autoridade Palestina que estava no congresso, o embaixador da Palestina no Kuwait. A formalização da *Sanaúd* propiciou a fundação de mais 14 sucursais, em várias cidades brasileiras, entre elas, Maringá (PR), Foz do Iguaçu (PR), Cuiabá (MS), Recife (PE), Porto Alegre (RS), entre outras.

De acordo com depoimentos de alguns organizadores do III Congresso da COPLAC em São Paulo, apesar da vigência da moção antissionista da ONU, a organização de um evento palestino em um período de exceção requereu uma certa habilidade para reunir lideranças palestinas e partidos políticos de esquerda, considerados “subversivos” pelo regime militar. Os responsáveis pelo congresso declararam terem sido obrigados a convidar alguns representantes do regime militar na cerimônia de abertura sob o repúdio do público presente (OLIVEIRA, 2017). Do contrário, seria praticamente impossível o III Congresso da COPLAC acontecer em caráter oficial.

Apesar da presença vigilante, o III Congresso da COPLAC reuniu a diáspora palestina do Brasil e da América Latina em São Paulo, em uma vasta programação cultural, com apresentação de *dabke*, muitos debates, além de manifestações em torno da causa palestina.

Assim como o III Congresso da COPLAC, mais adiante, em fevereiro de 1985, a Juventude *Sanaúd* promoveu o seu I Encontro da Juventude Árabe Palestina da América Latina e Caribe no campus da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). O evento foi dedicado à memória do ex-prefeito de Al Khalil, Fahed Kawasmeh, assassinado na Jordânia por um dissidente da OLP e, ao reitor da UNIMEP, Elias Boaventura que resistiu às pressões, garantindo que o encontro acontecesse nas dependências da universidade. Ao final, foi emitida na “Declaração de Piracicaba” um apelo aos governos árabes para que assumissem seus compromissos com a OLP e com a causa palestina.

Apesar da intensidade política e cultural da diáspora palestina, a mobilização pela causa palestina existiu até o fim da década de 1980. A Associação Cultural *Sanaúd*, deixou de existir em 1987, início da Primeira Intifada na Palestina.

A interrupção do movimento palestino coincidiu, ironicamente, com o período de redemocratização do Brasil. A moção antissionista de 1975 foi revogada com o fim da Guerra Fria, em 1991. Além do clima de desânimo, a assinatura dos Acordos de Paz de Oslo em 1993 foi precedida por eventos de violência extrema: o massacre na mesquita Ibrahimi, em Al Khalil, em 1994; o assassinato do Primeiro-Ministro de Israel, Yitzhak Rabin, em 1995 e o avanço de uma dramática expansão dos assentamentos em territórios palestinos ocupados. Até o fim dos anos de 1990 a FEPAL diminuiu drasticamente suas atividades e atuações políticas.

Até meados dos anos 2010 não houve programação relevante dedicada exclusivamente à causa palestina no Brasil. O movimento político palestino foi retomado décadas mais tarde, em uma nova realidade político-social e, sobretudo, em outras esferas institucionais.

Diferentemente da década de 1980, o movimento palestino-brasileiro tornou-se mais amplo, atualmente, reunindo grupos políticos até então oponentes na Palestina. E, assim como no passado, as manifestações no Brasil continuam a contar com a presença árabe e palestina e, com diversos setores da sociedade civil brasileira: partidos políticos, movimentos sociais e grupos identitários.

À medida que o movimento palestino organizado adquiriu interlocução no governo brasileiro, muitas demandas referentes à política internacional foram e, ainda são atendidas. Algumas, inclusive, levaram recentemente o presidente brasileiro a ser considerado *persona non grata* em Israel. Entretanto, além da causa palestina, o movimento palestino-brasileiro, ao longo da história, foi e, ainda é, muito atuante nas causas políticas e sociais brasileiras. A FEPAL apoiou o movimento pelas *Diretas Já!* e, até os dias de hoje, realiza ações conjuntas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Muitos palestinos e descendentes são filiados a partidos políticos brasileiros e, alguns, já exerceram cargos políticos.

O movimento da diáspora palestina do Brasil compõe a história da formação da sociedade brasileira. Embora palestinos e descendentes se manifestem politicamente em defesa da terra natal, esta postura não é incongruente com sua atuação e identificação, também, enquanto brasileiros.



REFERÊNCIAS:

- ARENDR, H. (2016). *Escritos Judaicos*. São Paulo: Amaryllis.
- OLIVEIRA, L. G. (2017). “A diáspora palestina no Brasil – A FEPAL: Trajetórias, reivindicações e desdobramentos (2000-2012)”. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Estudos Judaicos e Árabes.
- SAID, E. (2011). *A questão da Palestina*. São Paulo: UNESP.
- SANTOS, N. B (Org.). (2000). *Brasil e Israel – Diplomacia e Sociedades*. Brasília: Editora UNB.
- VIZENTINI, P. F. (1998). *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRS.



"O Terceiro Ano da Intifada" - Pôster do Secretariado Geral da Liga Árabe, 1991.
Coleção Ali Kazak - The Palestinian Museum Digital Archive.



NECROPOLÍTICA BRASILEIRA,

O seguinte texto foi originalmente escrito em 28 de maio de 2020, durante a pandemia de COVID-19. Ainda não publicado, o artigo da Dra. Calfat retrata uma questão cada vez mais importante no cenário político e social brasileiro, principalmente a nossa audiência estrangeira, a saber, a ascensão da extrema-direita no Brasil e sua conexão com o sionismo através das igrejas neopentecostais, lideradas, entre outros, pelo então presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva.

Em maio de 2020, o Brasil havia ultrapassado 25.000 mortes devido à pandemia de Coronavírus, com uma taxa diária de óbitos próxima de mil e com o *lockdown* total sendo estudado nas grandes cidades. Ainda assim, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que em um mês já havia demitido dois ministros da Saúde, era frequentemente exibido apoiando manifestações pró-governo, apertando as mãos de seguidores fanáticos e ignorando os repetidos apelos para o distanciamento social. Enquanto alguns países já conseguiam lentamente reabrir suas economias e retomar algum senso de normalidade, os brasileiros tinham que dar um jeito de entender a necropolítica anormal com a qual foram deixados.

Protestos minoritários, de direita, contra a imprensa estabelecida, pró-intervenção militar e contra o Congresso e o Judiciário lentamente se tornaram parte do cenário político do país. Alimentando uma retórica negacionista, tais grupos pediam a destituição de prefeitos e governadores pró-distanciamento social e pró-vacina. Além disso, em manifestações e comícios, o chamado Messias [Jair Messias Bolsonaro] era cortejado nada menos do que com bandeiras dos EUA e de Israel. Essas manifestações exigiam que seu 'mito' detivesse o poder executivo discricionário supremo para limpar o país da corrupção, restabelecer valores morais e familiares e colocar o Brasil "de volta nos trilhos certos". Não por acaso, Marx já havia observado que a história se repete - primeiro como tragédia, depois como farsa.



COM UM TOQUE SIONISTA

Natalia Nahas Carneiro Maia Calfat

Inúmeras vezes desde o início de seu governo, Bolsonaro destacou a importância de Israel para o Brasil, argumentando que os dois países deveriam se reconectar. O primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu fez questão de estar presente pessoalmente quando Bolsonaro tomou posse no início de 2019. Naquela ocasião, Netanyahu recebeu a mais alta comenda do Brasil concedida a cidadãos estrangeiros, a Ordem do Cruzeiro do Sul, um prêmio nacional anteriormente concedido a Nelson Mandela, Rainha Elizabeth II, Che Guevara e o ex-presidente dos EUA Dwight Eisenhower.

O então embaixador israelense no Brasil, Yossi Shelley, era um dos diplomatas com maior trânsito dentro do governo brasileiro, aparecendo ao lado do presidente em vários eventos públicos. Comercial e diplomaticamente, entretanto, Israel nunca esteve entre os países mais próximos do Brasil. No entanto, lar da segunda maior comunidade judaica da América Latina (atrás da Argentina), o Brasil foi um dos primeiros países a apoiar formalmente o reconhecimento do Estado de Israel após sua criação. Foi um brasileiro, Oswaldo Aranha, quem presidiu a Assembleia Geral das Nações Unidas quando o plano de partição foi aprovado em 1947.

Bolsonaro vinha flertando com Israel, bem como com símbolos judaicos, desde bastante cedo em sua campanha eleitoral. Mirando na nova direita conservadora evangélica brasileira, a aproximação extremista e pró-armamentista com Israel faz sentido, dado que os sionistas cristãos acreditam que o retorno dos judeus à 'terra de Israel' está de acordo com a profecia e é necessário para a segunda vinda de Jesus Cristo. Além disso, tal segmento de evangélicos brasileiros e colonos judeus compartilham uma agenda social conservadora, bem como uma profunda hostilidade em relação ao Islã, como explica o antropólogo brasileiro David Nemer.

Por pelo menos duas décadas, a iconografia, rituais, vestimentas e símbolos judaicos têm sido incorporados nos cultos evangélicos protestantes brasileiros, principalmente os neopentecostais. De acordo com Marta Francisca Topel, antropóloga do Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo, isso é feito através do dispensacionalismo - enfatizando a continuidade entre a Igreja e o Judaísmo - sincretismo, bricolagem e globalização do religioso. As igrejas messiânicas brasileiras, que se multiplicaram nos últimos anos, possuem uma arquitetura particular com nomes escritos em hebraico na entrada dos templos. Apesar das críticas de rabinos ortodoxos, o presidente da Confederação Israelita do Brasil (Conib), Claudio Lottenberg, chegou a comparecer e elogiar a inauguração do Templo de Salomão.

Além disso, quase todas as igrejas evangélicas frequentemente organizam viagens a Israel para visitar lugares sagrados cristãos e judaicos. Embora essas viagens à Terra Santa por pastores evangélicos brasileiros tenham começado já na década de 1950, o turismo evangélico em massa aumentou significativamente nas últimas duas décadas.

Curiosamente, como aponta Magno Paganelli (2019), embora essas viagens sirvam como instrumentos para fomentar apoiadores e embaixadores que potencialmente reforcem uma narrativa a favor dos interesses do Estado de Israel, dados de entrevistas coletados nessas viagens mostram o contrário.

Muitos exemplos dessa forma de sionismo cristão podem ser coletados. Segundo o jornal brasileiro Folha de São Paulo, em 2014, durante uma entrevista à Federação Israelita do Rio de Janeiro, o Pastor Silas Malafaia ressaltou que "Para nós, o Deus de Israel é o nosso Deus. Não há absolutamente nenhuma diferença." Em 2017, durante a "Marcha para Jesus", Dori Goren, o Cônsul Geral de Israel em São Paulo, subiu em um trio elétrico marcado com a frase "Jerusalém, a capital eterna de Israel". De acordo com o rabino Michel Schlesinger, da Congregação Israelita Paulista, "A chave para entender a aproximação é a 'conexão profunda com Israel.' Eles reconhecem a legitimidade da soberania israelense sobre a terra prometida, o que significa que pode haver uma agenda comum.



Então, quando Bolsonaro afirmou que estava comprometido em nomear um Ministro “terrivelmente evangélico” para o Supremo Tribunal Federal - o que de fato aconteceu com a nomeação de André Mendonça para o Tribunal -, o que ele realmente estava fazendo era se alinhando de forma contínua e incremental com a extrema-direita evangélica transnacional: a base do eleitorado de Trump. Segundo o Pew Research Center, nos Estados Unidos, duas vezes mais protestantes evangélicos brancos do que judeus dizem que Israel foi dado ao povo judeu por Deus (82% contra 40%) - no mesmo patamar dos judeus ortodoxos que acreditam nisso (84%). Em uma pesquisa de 2014, entre os protestantes evangélicos brancos, quase metade (46%) disse que os EUA não estão oferecendo apoio suficiente a Israel. Quando questionados se simpatizam com algum dos lados, 72% dos evangélicos brancos apoiaram Israel na disputa, enquanto 4% escolheram os palestinos.



Imagem:
Carta
Capital

A relação especial entre evangélicos e o movimento sionista é antiga, e Bolsonaro se aproveita de suas táticas diversionistas para manter seu núcleo duro de apoiadores. A forma de populismo do ex-presidente era - e ainda é - alimentada por crises, apostando na política de confronto e divisão para manter sua base de eleitores leais mobilizada. Ele literalmente disse que “não queria mais negociar com os outros poderes da República” em 24 de abril de 2020. Sua narrativa mostra claramente desprezo pelas instituições democráticas, pelo estado de direito, pelos princípios democráticos e pela construção consensual. Não é de se estranhar suas escolhas de aliados próximos.

No início de maio de 2020, a Conib (Confederação Israelita do Brasil) emitiu um comunicado declarando que “o uso constante de bandeiras de Israel [em manifestações e declarações como as de Bolsonaro] pode enviar a mensagem errada sobre a composição pluralista da comunidade judaica brasileira.” Também afirmou que “a Conib tem um firme compromisso com a democracia e as liberdades públicas” lamentando a presença de bandeiras de Israel - o que chama de “uma vibrante democracia” - em atos onde ocorrem ataques às instituições democráticas. A organização Judeus pela Democracia declarou efusivamente em sua conta no [Twitter](#): “A bandeira de Israel em uma manifestação contra a democracia NÃO representa os valores judaicos!! Que patriotismo é esse que agita bandeiras e ignora milhares de mortos? Chega de sequestro de símbolos!” Mas Luiz Mairovitch, presidente do Clube A Hebraica, no Rio de Janeiro, parecia discordar:

“Não vejo razão para que seja prejudicial (o uso da bandeira). Pelo contrário. [...] Para um judeu, é sempre bem-vindo, motivo de alegria saber que há pessoas conosco, nos apoiando.” Foi nesse mesmo clube, em 2017, que Bolsonaro criticou a presença de refugiados no país e fez declarações misóginas e racistas durante uma palestra privada.

É verdade que, em grande medida, a imagem de Israel por Bolsonaro dialoga com um “Israel imaginado”, um que exclui judeus de esquerda ou antissionistas no Brasil, como argumenta [Michel Gherman](#), historiador do Centro Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo Gherman, o uso de símbolos judaicos é resultado de uma perspectiva civilizatória judaico-cristã, uma produção e reinterpretação do fundamentalismo cristão, com pouca semelhança com o elemento judaico real. Assim, esse “Israel Imaginário” com o qual Bolsonaro estaria flertando teria a ver com demandas específicas de uma nova extrema direita que olha para um lugar mítico, mágico - ou um não-lugar - um Israel conectado com um tempo imaginário, que responde às suas demandas políticas.

Mas esse silenciamento do Israel real não significa que o Israel conectado à história seja libertário - nem que esteja desconectado da linguagem do apartheid. Não se pode negar a presença de judeus anti-ocupação em Israel, mas a insígnia que une a nova extrema direita é baseada na opressão, na rejeição da autodeterminação palestina e estabelecida em legislações, políticas e práticas que constituem o crime de apartheid segundo a ONU, e que atualmente se desenrola como um genocídio perpetrado contra o povo palestino.

Em fevereiro de 2017, Bolsonaro declarou:

Não existe essa historinha de Estado Laico. O Estado é cristão, e a minoria que é contra isso que se muda. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias ou se adequam ou simplesmente desaparecem.

Tenho certeza de que sua declaração mostra um completo desprezo pela regra das minorias de Nassim Nicholas Taleb, segundo a qual a minoria intolerante é quem define a autoridade – o que significa que Bolsonaro entendeu exatamente ao contrário. Bastante sintomático, eu diria.

Um espírito análogo é encontrado na lei de 2018 de Israel, que declara o país um Estado-nação oficialmente judaico e reserva exclusivamente ao povo judeu o direito à autodeterminação – algo que os palestinos conhecem na prática há décadas. A lei do Estado-nação afirma que: "o direito de exercer a autodeterminação nacional" em Israel é "único do povo judeu"; estabelece o hebraico como língua oficial de Israel, rebaixando o árabe a um "status especial"; e estabelece "o desenvolvimento de assentamentos judaicos como um valor nacional," normalizando a ocupação, já que o Estado "deve atuar para incentivar e promover seu estabelecimento e fortalecimento." Em 2019, Netanyahu chegou a chamar a Lista Conjunta, uma aliança de partidos políticos árabes, de "quinta coluna que apoia o terrorismo".

Além da frequente apropriação da bandeira israelense, o presidente brasileiro abusou de linguagem escabrosa, chamando o Coronavírus de "histeria", "um resfriadinho ou uma gripezinha" durante um pronunciamento oficial em 24 de março de 2020, e de "fantasia." O estilo brasileiro de 2020 do "L'État c'est moi" foi o "Eu sou a Constituição" de Bolsonaro em 20 de abril. A gramática nazista e as referências também abundaram. Em 16 de janeiro de 2020, o então Secretário Especial de Cultura, Roberto Alvim, foi demitido após postar um vídeo em suas redes sociais no qual parafraseou trechos de um discurso de 1933 de Joseph Goebbels na Alemanha nazista ao som de Richard Wagner. Em 22 de abril, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, comparou o isolamento social aos campos de concentração nazistas. Ele também escreveu em sua página pessoal que a pandemia de coronavírus estava sendo usada para implementar um plano comunista, que ele chamou de "comunavírus". Em 9 de maio, Felipe Cruz Pedri, trabalhando no gabinete de Flávio Bolsonaro e autor do manifesto fundador da Aliança Pelo Brasil - um partido lançado por Jair Bolsonaro - publicou em suas redes sociais: "Fique em casa' é o novo Heil Hitler!". No dia seguinte, a Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) do governo federal publicou uma mensagem em suas redes sociais afirmando: "o trabalho, a união e a verdade vos libertarão", semelhante ao lema de Auschwitz "*Arbeit macht frei*".

A crescente maré de demonstrações de intolerância, incluindo declarações nazistas, não parece incomodar Netanyahu. Não surpreendentemente, pois os sionistas cristãos compartilham com Israel o interesse no movimento de colonização e apoiam financeiramente projetos de assentamento e anexação israelense na chamada "Terra Bíblica" na Cisjordânia.

Buscando maior alinhamento com a política externa dos EUA, em agosto de 2019 o presidente Jair Bolsonaro e seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro, declararam que pretendiam classificar o Hezbollah, a Jihad Islâmica e o Hamas como organizações terroristas, além de abandonar a participação brasileira na operação de manutenção da paz no Líbano - as Forças Armadas Brasileiras estavam à frente da missão da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL desde 2011. O posicionamento, assim como a promessa de campanha de transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, também se distanciou da tradição doméstica de uma política externa autônoma.

Historicamente, o Brasil tem lutado para construir uma agenda estatal baseada no pacifismo, no diálogo e na independência, bem como no respeito e prevalência dos direitos humanos e do direito internacional. A neutralidade, o respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, assim como o reforço das resoluções da ONU, têm orientado a política externa brasileira em relação ao Oriente Médio e outras regiões.

A construção de consenso, o equilíbrio, a independência nacional, a autodeterminação dos povos e a não intervenção historicamente orientaram a postura e a diplomacia internacional brasileira - não o unilateralismo repulsivo e a no respeito e prevalência dos direitos humanos e do direito internacional. A neutralidade, o respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, assim como o reforço das resoluções da ONU, têm orientado a política externa brasileira em relação ao Oriente Médio e outras regiões.

O estilo brasileiro de 2020 do L'État c'est moi foi o "Eu sou a Constituição" de Bolsonaro em 20 de abril.





Réplica da cabeça de Bolsonaro utilizada em performance do coletivo Indecline: [FOLHA DE SP.](#)

O alinhamento automático do governo Bolsonaro com os Estados Unidos e Israel foi altamente prejudicial em termos de legitimidade do país no mundo, desmoronando nossos esforços diplomáticos e credibilidade externa – sem mencionar as perdas comerciais e de investimentos com parceiros árabes e islâmicos.

Em uma declaração conjunta, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ex-ministros das Relações Exteriores como Celso Amorim e José Serra, junto com Hussein Kalout, ex-secretário especial de Assuntos Estratégicos do governo brasileiro, argumentaram que a atual política externa viola sistematicamente os princípios orientadores das relações internacionais do Brasil definidos na Constituição de 1988. No artigo, publicado no jornal brasileiro O Estado de São Paulo, eles afirmaram que a nova política externa “contradiz os princípios constitucionais em letra e espírito” e que o Brasil deveria se engajar em uma política de Estado, não em uma “ação faccional destinada a despertar os ânimos e exacerbar os preconceitos de uma minoria obscurantista e reacionária”.

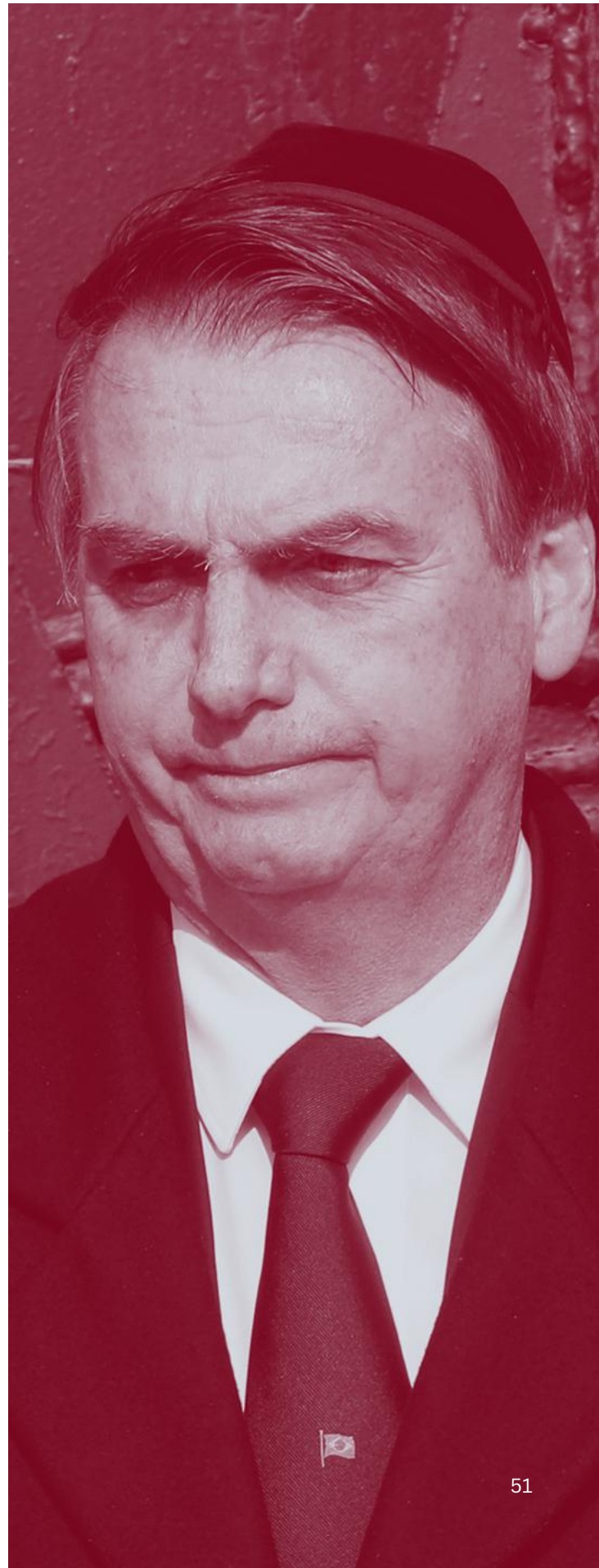
A semelhança marcante e as referências diretas ao modus operandi nazi-fascista podem enganar o observador a pensar que há uma linha tênue entre o antissemitismo e a oposição ao sionismo. Afinal, esta é uma estratégia de desvio comumente usada. Mas não se deixe enganar: o alinhamento da nova direita brasileira com Israel e outros governos ultra-direitistas ao redor do mundo faz parte de uma agenda ideológica transnacional maior. Intencionalmente, confundir a linha entre judaísmo e Israel também atende aos interesses de Netanyahu.

Atualmente, o governo israelense não apenas impõe um estado militar, mas também perpetua um genocídio contra o povo palestino, abertamente declarado após os ataques do Hamas em 7 de outubro de 2023. O regime desviou o foco secundário para o sul do Líbano, promovendo ataques contínuos, cuja invasão é uma agenda estratégica para as autoridades da extrema direita.

Como fenômeno mais amplo, o bolsonarismo captura diferentes demandas da sociedade brasileira e certamente não responde apenas ao sionismo cristão. A direita tem muitas faces, extremas ou não, e abrange muitos elementos como posturas anti-Partido dos Trabalhadores (PT), crises econômicas e políticas anteriores e a ameaça de decadência moral.

No entanto, a aliança entre a extrema direita israelense, Trump, Bolsonaro e muitos outros autocratas ocorre sob um eixo transnacional mais amplo de autocratização. Em detrimento dos palestinos, esses líderes alavancam suas próprias agendas políticas e constituintes domésticas reforçando a aliança global e apoiando Israel como um farol de democracia e progresso. Tal empreendimento normaliza a violência por meio da desumanização da alteridade.

Enquanto judeus de esquerda brasileiros e evangélicos progressistas tentaram desvincular sua imagem de Bolsonaro e sua agenda de extrema direita, para o governo israelense essas manifestações de apoio apenas convenientemente promoveram a normalização da ocupação. Negócios sionistas como de costume, com um bônus latino adicional.



Referências

- ADGHIRNI, S. (2019). Governo Brasileiro Estuda Classificar Grupo Libanês Hezbollah como Terrorista.. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/governo-brasileiro-estuda-classificar-o-grupo-libanes-hizbullah-como-terrorista.shtml>>
- BAEZA, L. (2018). Israel se Define como “Estado-Nação Judeu” e Minoria Árabe Protesta contra “Apartheid”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/19/actualidad/1531973268_687632.html>
- BALLOUSSIER, A. V. (2018). “Conexão com Israel” explica estranha ligação entre judeus e evangélicos”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1948632-conexao-com-israel-explica-estranha-ligacao-entre-religioes.shtml>>
- BARRUCHO, L. (2020). Por que a bandeira de Israel em atos pró-Bolsonaro ‘racha’ comunidade judaica. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52579809>>
- CALGARO, F.; MAZUI, G. (2019). Bolsonaro diz que vai indicar ministro “Terrivelmente evangélico” para o STF. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>>
- CARTA CAPITAL (2018). Bolsonaro em 25 Frases Polêmicas. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>
- CARVALHO, D. (2020). Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>>
- COLLETTA, R. D. (2019). Brasil deve Abandonar Força de Paz no Líbano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/brasil-deve-abandonar-forca-de-paz-no-libano.shtml>>
- ESTADO DE SÃO PAULO (2020). A Reconstrução da Política Externa Brasileira. <<https://www.estadao.com.br/politica/a-reconstrucao-da-politica-externa-brasileira/>>
- FORUM (2020). Autor de manifesto do partido de Bolsonaro compara "Fica em casa" com saudação a Hitler. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2020/5/9/autor-de-manifesto-do-partido-de-bolsonaro-compara-fica-em-casa-com-saudao-hitler-74713.html>>
- G1. (2019) Netanyahu e mais 10 chefes de Estado ou de governo participam da posse de Bolsonaro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/benjamin-netanyahu-e-outros-chefes-de-estado-participam-da-posse-de-bolsonaro-em-brasilia.ghtml>>
- HARKOV, L. (2019). Right-Wing Block Assails “Dangerous” Arab Jint List-Backed gov’t. Disponível em: <<https://www.jpost.com/Breaking-News/Netanyahu-Arab-backed-government-is-Irans-Hezbollahs-and-Hamas-dream-608207>>
- LIPKA, M. (2014). Strong Support for Israeli in U.S. cuts across Religious Lines.

Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/short-reads/2014/02/27/strong-support-for-israel-in-u-s-cuts-across-religious-lines/>>

_____. (2013). More white Evangelicals than American Jews say God gave Israel to the Jewish People. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/short-reads/2013/10/03/more-white-evangelicals-than-american-jews-say-god-gave-israel-to-the-jewish-people/>>

MAZUI, G.; BARBIÉRI, L. F. (2019). Bolsonaro condecora Netanyahu com Ordem do Cruzeiro do Sul. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/18/bolsonaro-condecora-netanyahu-com-ordem-do-cruzeiro-do-sul.ghtml>>

NEMER, D. (2020). O Brasil de Bolsonaro e Israel de Netanyahu: o perigoso uso dos evangélicos e da extrema-direita. Disponível em: <<https://medium.com/@davidnemer/o-brasil-de-bolsonaro-e-israel-de-netanyahu-o-perigoso-uso-dos-evang%C3%A9licos-e-da-extrema-direta-494af498cd7e>> O GLOBO

(2020). Referência ao nazista Goebbels derruba secretário da Cultura de Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6l-99HUGbAs>>

ROUBICEK, M. (2020). “A Israel Imaginária do Bolsonarismo está Longe da Realidade”. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/05/24/%E2%80%98A-Israel-imagin%C3%A1ria-do-bolsonarismo-est%C3%A1-longo-da-realidade%E2%80%99>>

R7. (2014). Templo de Salomão é marco histórico para SP e para o País. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/templo-de-salomao-e-marco-historico-para-sp-e-para-o-pais-dizem-autoridades-presentes-em-inauguracao-01082014/>>

SOUZA, M. P. A História Recente do Turismo Religioso Brasileiro e seu Papel no Conflito Israel-Palestina. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

TALEB, N. N. (2016). The Most Intolerant Wins: The Dictatorship of the Small Minority. Disponível em: <<https://medium.com/incerto/the-most-intolerant-wins-the-dictatorship-of-the-small-minority-3f1f83ce4e15>>

TOPEL, M. F. (2011). “A Inusitada Incorporação do Judaísmo em Vertentes Cristãs Brasileiras: Algumas Reflexões”. Revista Brasileira de História das Religiões, 4(10). doi.org/10.4025/rbhranpuh.v4i10.30382

WHITE, B. (2017). UN Report: Israel has Established an “Apartheid Regime”. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2017/3/18/un-report-israel-has-established-an-apartheid-regime>>

X. (2020). @jpdoficial1, 03/05/2020. Disponível em:

<<https://x.com/jpdoficial1/status/1257031625877131268>>]_. (2020).

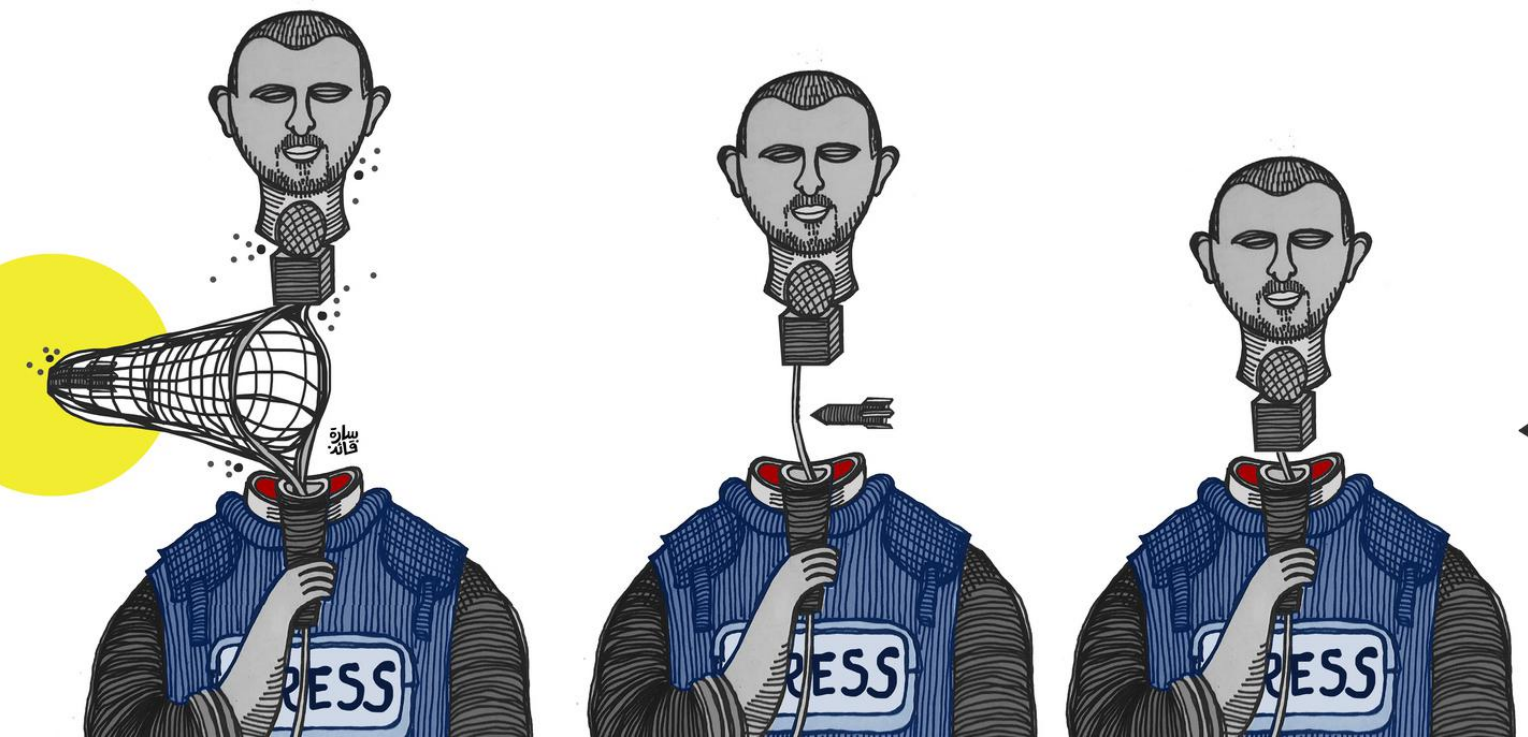
_____. @SecomVc. 11/05/2020. Disponível em:

<<https://x.com/secomvc/status/1259680347962380290>>

ORIENTALISMO,

Texto originalmente publicado em 1 de abril de 2024
<https://institute.aljazeera.net/en/ajr/article/2619>

Uma guerra genocida contra a população da Faixa de Gaza está sendo promovida pela ocupação das Forças Armadas israelenses. Os 2,4 milhões de habitantes da região vivem sob constante bombardeio israelense e enfrentam uma violência sem precedentes. Mais de 2 milhões de palestinos foram deslocados dentro da Faixa de Gaza, o que representa mais de 90% de sua população total, enquanto o número de palestinos assassinados excede 34,000, incluindo aproximadamente 14,000 crianças. O número de crianças mortas nos primeiros 4 meses já era mais alto do que a cifra de crianças mortas em 4 anos de guerra ao redor do mundo conjuntamente.



IMPERIALISMO

E A COBERTURA OCIDENTAL SOBRE A PALESTINA

Joseph Daher

Adicionalmente, há relatos de que Joe Biden tenha fechado um acordo com Israel, dando carta branca para uma ofensiva em Rafah, onde mais de 1,5 milhão de pessoas se refugiaram, em troca da limitação da represália israelense ao ataque iraniano. Israel aglomerou dúzias de carros de combate no sul do país em preparação aparente para uma invasão de Rafah, e é provável que mantenha sua guerra genocida contra os palestinos em Gaza antes de conduzir maiores e mais intensas operações militares contra o Irã e o Hezbollah.

Suas forças de ocupação e colonização também escalaram a violência contra palestinos na Cisjordânia, assassinando mais de 480 pessoas desde o dia 7 de outubro de 2023. Juntos, tomaram 1,100 hectares de terra, declarando-os propriedade estatal, e dando direito exclusivo de uso a judeus israelenses. De muitas formas, esse processo representa uma nova Nakba (catástrofe), seguida à de 1948, quando mais de 700.000 palestinos foram expulsos de suas casas, tornando-se refugiados.

A mídia ocidental mainstream, entretanto, ainda se foca exclusivamente no “sofrimento” e na “autodefesa” israelense, em consequência aos ataques promovidos pelo Hamas em 7 de outubro, que levaram à morte de 1,139 pessoas, incluindo 695 civis israelenses, 373 membros das forças de segurança e 71 estrangeiros. Deve-se notar que muitos civis israelenses foram mortos, neste dia, pelas próprias forças de ocupação israelenses, por meio, inclusive, de baterias de artilharia direcionadas a casas em que eram mantidos. Majoritariamente, estas informações permaneceram

mormente ignoradas pela mídia ocidental. Nos últimos meses, entretanto, alguns artigos começaram a desmentir inúmeras informações falsas produzidas, sem qualquer verificação da mídia ocidental, pela mídia israelense... Tais informações incluíam a de que 40 crianças israelenses teriam sido decapitadas durante o ataque do Hamas. Essas acusações fabricadas foram inicialmente endossadas e repetidas pela mídia ocidental mainstream e por muitos políticos, incluindo o presidente estadunidense Joe Biden. Adicionalmente, diversos estudos demonstraram um viés midiático contra palestinos em diversos países ocidentais.

Acima de tudo, o jornalismo de campo alternativo se tornou praticamente impossível já que as forças de ocupação tem mirado sistematicamente os jornalistas palestinos na Faixa de Gaza. Mais de 133 jornalistas palestinos foram mortos por Israel desde o dia 7 de outubro.

Ao mesmo tempo, a realidade da guerra genocida em curso de Israel contra Gaza é geralmente ignorada pela mídia tradicional. Palestinos são desumanizados, assim como sua agência política. Na mídia mainstream ocidental, a história começa em 7 de outubro, e tentativas de explicar porque chegamos a este ponto não são permitidas, especialmente se advindas dos próprios palestinos. Como explicou Motaz Azaiza em tweet recente sobre as questões relativas ao 7 de outubro nas mídias ocidentais, “Eu respondi a

esta questão inúmeras vezes, mas eles nunca a mantiveram ou compartilharam, porque gravam minha entrevista, primeiro, e depois cortam aquilo que serve às suas agendas”.

De fato, a natureza do estado de Israel como uma entidade de colonização de ocupação, e suas políticas, criaram as condições para os eventos de 7 de outubro e depois, do mesmo modo que ocorreu com qualquer ator colonial ou ocupante ao longo da história. Até hoje, o dia 7 de outubro é referido como um dia de um “ataque terrorista”, sem qualquer contextualização histórica, enquanto a resposta de Israel a Gaza é descrita como um ato de “autodefesa”...

Mas por que a maioria da mídia ocidental mainstream continua a adotar e defender a narrativa israelense? Por que a desumanização de palestinos, e sua culpabilização, pelos eventos atuais? Quais os interesses da mídia ocidental em tal cobertura?

As raízes às respostas a estas questões devem ser encontradas no orientalismo, no racismo e no imperialismo, todos conectados. As imagens e propagandas promovidas pela mídia ocidental mainstream não estão separadas dos interesses das elites políticas e econômicas do ocidente.

ORIENTALISMO, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, MAS PROPÓSITOS IGUAIS.

O orientalismo é uma ideologia essencialista, um método de análise profundamente enraizado no idealismo filosófico e metodológico, na filosofia Hegeliana, que promove a ideia de que o destino de um povo é determinado por sua assim chamada cultura “eterna”, e, acima de tudo, sua religião. O termo “orientalista” surgiu em inglês por volta de 1779, e em francês por volta de 1799. Ainda que, antes do século XI, o termo se focasse no estudo das línguas orientais, o posterior desenvolvimento do orientalismo como uma ciência foi aliado ao desenvolvimento do imperialismo e colonialismo ocidental sobre o Oriente e alhures. O conceito do “homem doente da Europa”, apareceu, por exemplo, na segunda metade do século XIX para descrever o Império Otomano, que sofria crescentemente com intervenções e influências europeias imperiais. Ao mesmo tempo, surgiu o termo “Homo Islamicus”; a ideia de uma essência específica árabe/islâmica ainda é muito relevante em análises tradicionais e neo-orientalistas.

A superioridade econômica, técnica, militar, política e cultural crescente da Europa face ao Império Otomano e, de maneira geral, ao “Oriente”, foi associada neste período à religião cristã (em sua aceção e prática ocidentais), e ao atraso do mundo Muçulmano. A cristandade foi apresentada como favorável ao progresso, enquanto o Islã era, ao contrário, descrito como avesso a ele. Qualquer resistência à Europa e à sua influência era apresentada como fanatismo religioso e rejeição à civilização.

Este tipo de discurso nunca desapareceu totalmente do cenário político e da mídia tradicional ocidentais, com sua intensidade variando em certos períodos. O discurso feito mais de um ano atrás, em outubro de 2022, por Josep Borell, vice-presidente da Comissão Europeia e Alto Representante da União Europeia para Assuntos Estrangeiros, na nova Academia Diplomática Europeia em Bruges, ilustra essa perspectiva orientalista. Ele explica que a “Europa é um jardim” em que “tudo funciona”, combinando “liberdade política, prosperidade econômica e coesão social que a humanidade foi capaz de construir”, enquanto se preocupa que “a maior parte do restante do mundo é uma selva, e a selva pode tomar conta do jardim... os jardineiros devem ir até a selva. Os europeus devem se engajar muito mais com o resto do mundo. Caso contrário, o resto do mundo há de nos invadir, de diferentes modos e por diferentes meios”. Este discurso ignora, é claro, a contínua emergência da extrema-direita através da Europa, o aumento do racismo e dos ataques aos direitos democráticos de imigrantes, etc...

Não surpreende, assim, que autoridades e mídias tradicionais, tanto de Israel quanto do Ocidente, usem tal retórica para descrever as ações do Hamas em 7 de outubro como bárbaras, justificando uma guerra genocida em Gaza. Um colunista israelense do Jerusalem Post, por exemplo, declarou que “No dia 7 de outubro, a civilização perdeu para os bárbaros... O ocidente moderno contra a jihad assassina”, enquanto a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou: “É um mal antigo que nos lembra de nosso mais obscuro passado, chocando-nos em nosso íntimo... Israel tem o direito de se defender contra tal ataque atroz”.



O Vice-Presidente da Comissão Europeia,
Josep Borrell.
Foto oficial

Nesta estratégia, comparações entre o Daesh (ISIS) e o Hamas se multiplicaram entre autoridades e mídias israelenses e Ocidentais, tais como por parte do secretário de defesa dos EUA, Lloyd Austin, que descreve o Hamas como “pior que o ISIS”. Tentativas israelenses e do governo dos EUA em retratar o Hamas, e os palestinos de modo geral, como terroristas semelhantes aos de organizações jihadistas não são novas. Na sequência dos ataques de 11 de setembro de 2001, a classe dominante israelense descreveu sua guerra contra os palestinos durante a Segunda Intifada como sua própria “Guerra ao Terror”. Isto a despeito da Autoridade Palestina e do Hamas terem, à altura, condenado o ataque da al-Qaeda. Ações suicidas do Hamas em Jerusalém e outros lugares na Palestina histórica, foram apresentados como “sintoma de um terrorismo Islâmico global”. Antes disso, a OLP e suas facções também foram comparadas pelas autoridades israelenses como sendo semelhantes aos nazistas.

De forma geral, tentativas das autoridades israelenses e ocidentais em igualar o Hamas a grupos jihadistas como o ISIS ou a al-Qaeda, são parte de uma estratégia mais ampla em confiar crescentemente na islamofobia para justificar sua assim chamada Guerra ao Terror. No começo dos anos 2000, a administração Bush defendeu o direito de autodefesa israelense contra o “terrorismo islâmico”, assim como a atual administração estadunidense e os países ocidentais continuam a fazer.

Nesta perspectiva, o objetivo de eliminar o Hamas justifica a guerra de Israel a Gaza, como explicado por um colunista do The New York Times: “A causa central da miséria de Gaza é o Hamas. Somente ele tem a culpa pelo sofrimento infligido em Israel e conscientemente provocado contra os palestinos. O melhor modo de acabar com a miséria de Gaza é remover a causa e não cortar a mão de quem a remove”. Assim, autoridades israelenses e comentaristas pró-Israel podem dizer agir em autodefesa e mesmo, em alguns casos, de modo a ajudar os palestinos, cometendo um genocídio contra eles...

O viés racista da mídia ocidental está enraizado numa visão orientalista do mundo e mais particularmente da região. Este orientalismo está entrincheirado na dinâmica política moderna, incluindo o imperialismo, a colonização, a luta de classe, as dinâmicas de gênero e raça, etc... Este entendimento é, portanto, diferente do famoso pensador palestino, Edward Said, autor de *Orientalismo*. Said não criticou o idealismo histórico como a matriz do essencialismo cultural, e há uma forma de continuidade histórica homogênea em suas críticas ao orientalismo que vão da Grécia Antiga até a atualidade. Como argumentou Aijaz Ahmad, não há consideração de dinâmicas de classe, de gênero, nem mesmo de história; não há locus de resistência, projetos de liberação humana, etc...



Em outras palavras, o orientalismo não é realmente um fenômeno profundamente moderno, como explicamos, mas o produto natural quase irresistível de um espírito europeu em distorcer as realidade de outras culturas, povos e línguas a favor de uma autoafirmação e dominação ocidental. Juntando críticas construtivas de outros autores orientais, como Sadiq Jalal al-Azm, Mehdi Amel, Samir Amin e Aijaz Ahmad, há um risco na compreensão de orientalismo de Said: a de cair em suas próprias denúncias do essencialismo europeu numa forma de “orientalismo reverso, ou invertido”, como explicado por al-Azm.

Como explicar a defesa das políticas assassinas de Israel pela mídia tradicional ocidental, senão pela proteção de seus próprios interesses políticos? Isto deve ser feito por uma lente orientalista.



ISRAEL, ATIVO IMPORTANTE DAS ELITES DOMINANTES OCIDENTAIS

Durante décadas, num panorama orientalista típico, Israel foi apresentado por seus aliados ocidentais e pela mídia tradicional como um farol de democracia e progresso numa região hostil habitada por bárbaros.

Esta propaganda também foi promovida por líderes do movimento Sionista antes da criação de Israel, e permanece até hoje por autoridades israelenses. Antes da Nakba e da fundação de Israel em 1948, Theodor Herzl, principal ideólogo do movimento sionista, escreveu que o futuro estado judeu seria “a vanguarda da civilização contra a barbárie”. Ele advogava, de fato, por um projeto colonial que pretendia instalar uma população predominantemente europeia, de origem judia, em uma terra populada por árabes, neste caso, a Palestina.

Tal discurso é sustentado por autoridades israelenses na atualidade. O primeiro-ministro atual, Binyamin Netanyahu, afirmou inúmeras vezes após 7 de outubro que “Israel está lutando não somente suas guerras, mas a guerra da humanidade contra bárbaros...”, “Nossos aliados no mundo ocidental, e nossos parceiros do mundo árabe, sabem que, se não vencermos, serão os próximos da fila na campanha de conquista e assassinato do eixo do mal”... Da mesma forma, o Presidente israelense Isaac Herzog, afirmou que a guerra contra Gaza “tem por intenção... salvar a civilização ocidental”, já que Israel estava sendo “atacado por uma rede jihadista”, e “não fosse por nós, a Europa seria a próxima e, depois, os EUA”.

Autoridades e mídias tradicionais ocidentais têm dado apoio a esta propaganda. As palavras “genocídio”, ou “guerra genocida”, quase nunca são mencionadas por estes atores, mas são veementemente rejeitadas quando pronunciadas por críticos de Israel. Esta impunidade do Estado de Israel não começou após 7 de outubro, ela tem se dado por décadas. Mesmo grupos mainstream reconhecem a natureza violenta e reacionária do Estado de Israel. Tanto o Human Rights Watch quanto o israelense B'Tselem, por exemplo, denunciaram a tomada de terras palestinas. Ambos documentaram como Israel tem violado a lei internacional para apoiar mais de 700 mil colonos na construção de ocupações nos territórios ocupados da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental. Eles também concluíram que Israel é um estado de apartheid, que dá a judeus privilégios especiais, reduzindo palestinos a cidadãos de segunda classe.

Isto demonstra mais uma vez que os assim chamados princípios dos estados europeus e dos EUA a respeito da democracia e do respeito aos direitos humanos são usados somente para propaganda retórica, procurando encobrir políticas enraizadas na proteção de seus próprios interesses políticos e econômicos. Neste quadro, a declaração do pastor palestino Munther Isaac, de Belém, é totalmente correta ao afirmar: “Aos nossos amigos europeus, eu nunca, nunca, quero escutar um sermão sobre direitos humanos ou lei internacional novamente”.

Como mencionado acima, de sua origem europeia à fundação do Estado de Israel, e ao deslocamento forçado de palestinos hoje, o movimento sionista tem sido um projeto colonial de ocupação. Para estabelecer, manter e expandir seu território, o Estado israelense teve que limpar a Palestina etnicamente de suas terras, lares e trabalhos. Para isto, ele precisou de apoio estrangeiro. De fato, ao longo deste processo, e junto a ele, daí conseguindo patrocínio, Israel se juntou a poderes imperialistas; primeiro o império britânico e, depois, os EUA, que usaram Israel como seu agente na luta contra seus inimigos, ou aqueles percebidos como tais, na região.

Inicialmente, os britânicos apoiaram o projeto sionista para criar uma nação aliada na região de grande importância política e estratégica: um “pequeno e leal Ulster”, nas palavras de Ronald

**Sir Ronald
Henry
Amherst
Storrs**



Storrs, um servidor civil sênior do Escritório Estrangeiro e Colonial Britânico.

Washington, então, particularmente após a Guerra dos Seis Dias de 1967, tornou-se o principal apoio de Israel, que também agiu como uma força de polícia local contra ações consideradas ameaças aos EUA na região, e no caso de qualquer desafio ao controle de suas reservas de energia estratégicas. Desde então, os EUA apoiam Israel. Washington injetou em média 4 bilhões de dólares anuais aos cofres de Tel Aviv, bancando a colonização da Palestina e as guerras de agressão a diferentes governos e movimentos na região. De acordo com relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso, de março de 2023, os EUA forneceram assistência bilateral e mísseis de defesa no valor de 158 bilhões de dólares desde 1948, o que constitui o maior recipiente cumulativo global de assistência estadunidense desde a Segunda Guerra Mundial.

Enquanto autoridades dos EUA usam constantemente seu cartão de veto contra propostas de cessar-fogo, a atual guerra de Israel contra Gaza teria sido impossível em termos militares sem o apoio contínuo dos EUA. A atual administração do país forneceu a Israel aeronaves de combate F-35, mais de 1800 bombas MK84 (que não são mais usadas por países europeus em áreas densamente populadas para evitar danos colaterais), e 500 bombas MK82. A administração Biden desviou autorização do Congresso para envio das armas ao invocar poderes emergenciais, e fez mais de cem transferências de armas a Israel sem qualquer debate público ao limitar a quantia de dólar específica de cada venda abaixo do limite em que é mandatária a notificação ao Congresso. O jornal israelense Haaretz documentou ao menos 140 aviões-cargueiros de peso com destino a Israel a partir de bases militares dos EUA desde 7 de outubro, transportando equipamento primariamente para a Base Aérea Netavim, no sul de Israel. Em meados de abril, Biden também invocou uma votação do Congresso a favor da alocação de 26,4 bilhões de dólares de apoio a Israel.

Durante décadas, num panorama orientalista típico, Israel foi apresentado por seus aliados ocidentais e pela mídia tradicional como um farol de democracia e progresso numa região hostil habitada por bárbaros.

A estratégia de Washington em garantir a vantagem militar qualitativa (QME, em inglês), de Israel, tem sido a espinha conceitual do auxílio militar a Israel durante décadas, e foi tornada lei federal em 2008. Ela compromete o governo dos EUA a manter a habilidade israelense “de derrotar qualquer ameaça militar convencional crível de qualquer Estado ou possível coalizão de Estados, ou de atores não estatais, sustentando dano e casualidades mínimas”.

Semelhantemente, em novembro de 2023, o governo alemão aprovou a exportação de cerca de 303 milhões de euros para equipamentos de defesa a Israel. Comparativamente, no ano inteiro de 2022, foram aprovados 32 milhões de euros para exportações relativas à defesa.

A razão para isso é que Israel ainda é percebido como um ator-chave para a preservação de interesses ocidentais na região. O processo de normalização entre Israel e países árabes iniciado pelo presidente Donald Trump e continuado por Biden, tinha por objetivo consolidar os interesses estadunidenses na região, incluindo em sua rivalidade com a China. Um dos principais objetivos do ataque do Hamas a Israel em 7 de outubro era minar este processo, e isso foi temporariamente bem sucedido. Logo após a irrupção da guerra de Israel contra Gaza, a Arábia Saudita respondeu suspendendo todo o progresso em acordos bilaterais entre ela mesma e Israel, e anunciou que nenhum processo de normalização ocorrerá entre os países até o claro estabelecimento de um plano para a criação de um Estado Palestino lado-a-lado com Israel.

Não só, muitos Estados europeus, e os EUA, têm tentado amalgamar antissemitismo e anti-sionismo para criminalizar a solidariedade com a luta palestina e o apoio à campanha BDS (boicote, desinvestimento e sanção). Essas ações devem ser entendidas com o objetivo maior de mirar políticas progressivas e de esquerda, como vimos no Reino Unido, França, Alemanha e EUA, e tentativas de restringir direitos democráticos nestas sociedades por parte das elites.

Neste panorama, teorias conspiratórias que dizem que os judeus mandam no mundo não desafiam a perspectiva orientalista, mas, ao contrário, a reforçam. De fato, diferentes formas de racismo nutrem-se mutuamente, como o pensador anticolonial Frantz Fanon observou; “Quando você escutar coisas ruins sobre judeus, apure os ouvidos, as pessoas estão falando de você”. Além do mais, este tipo de explicação mina parcialmente a responsabilidade das elites ocidentais na tragédia palestina. Sem esquecermos que o apoio ocidental a Israel nunca preveniu o antissemitismo de suas próprias elites. De Balfour a Trump todos apoiaram políticas ou dinâmicas antissemitas. Balfour foi de fato o autor da carta afirmando que “O Governo de Sua Majestade vê favoravelmente o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina”, mas também o promotor do Aliens Act de 1905, que fechou as fronteiras britânicas a judeus imigrantes fugindo dos pogroms russos. Ao mesmo tempo, apoiadores de Trump marcharam em Charlottesville em 2017 gritando “os judeus não nos substituirão”. Igualmente, na França, Emmanuel Macron tem sido criticado por reabilitar o Marechal Pétain e por colocar o teórico antissemita Charles Maurras sob o holofote.

DESAFIANDO O ORIENTALISMO E O IMPERIALISMO, UMA LUTA COMUM DESDE BAIXO.

O desafio a perspectivas orientalistas e racistas sobre a Palestina e palestinos, assim como sobre outras populações não-brancas, é conectado às lutas desde baixo em todo o mundo, e particularmente nas sociedades ocidentais, cujas instituições dominantes são as principais produtoras de tais ideias racistas. Como mencionado acima, a causa palestina influencia dinâmicas políticas muito além do Oriente Médio.

A primeira crítica do orientalismo e dos estudos orientalistas no ocidente emergiu durante o período de descolonização após a Segunda Guerra Mundial, por autores das regiões colonizadas, não raro vivendo em países ocidentais, como Anouar Abdel Al-Malek e Edward Said. Estudos e orientações orientalistas mainstream na academia começaram a ser desafiadas após a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918, pela Revolução Russa, mas ainda mais pela crescente e emergente resistência dos movimentos anticoloniais face ao imperialismo ocidental no “oriente”, da Ásia ao Oriente-médio e África. Mais tarde, movimentos feministas e antirracistas também desempenharam um papel importante no desafio a tais ideias nos países ocidentais.

Igualmente, hoje, a multiplicidade de lutas ocorrendo em várias sociedades, academia, trabalho, mídia alternativa, etc, ao pressionar as autoridades e governos dominantes para agir na prevenção da contínua guerra genocida de Israel contra a população palestina de Gaza, ilumina o contexto histórico da Palestina, a natureza colonial de Israel e seu sistema de poder de Apartheid. De forma mais importante, elas agem solidariamente aos palestinos, desafiando a perspectiva oriental da mídia mainstream ocidental que age como um escudo (um de vários), na proteção dos interesses das elites dominantes.

Referências

- NUQUL, S. (s/d.). “Western media are partners in Israel's genocide in Gaza”. The New Arab. <https://www.newarab.com/opinion/western-media-are-partners-israels-genocide-gaza>
- AKUNIS, B. O. (2023, November 25). “Israel-Hamas war is a clash of civilizations for a new Middle East”. The Jerusalem Post | JPost.com. <https://www.jpost.com/opinion/article-774843>
- POLLET, M. (2023). “EU Condemns Hamas Attack on Israel as ‘Terrorism in Its Most Despicable Form’” POLITICO, October 10, 2023. <https://www.politico.eu/article/israel-ursulva-von-der-leyen-hamas-pale...>
- SHARP, R. (2023). “Lloyd Austin Says ‘Evil’ Hamas Are ‘Worse Than Isis’ as He Meets Netanyahu in Israel.” The Independent, October 13, 2023. <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/lloyd-aus...>
- STEPHENS, B. (2023). “Opinion | Hamas Bears the Blame for Every Death in This War.” The New York Times, October 17, 2023. <https://www.nytimes.com/2023/10/15/opinion/columnists/hamas-war-israel-...>
- AHMAD, A. (1992). “Orientalism and After: Ambivalence and Cosmopolitan Location in the Work of Edward Said.” *Economic and Political Weekly* 27 (30). <https://www.jstor.org/stable/4398691>.
- _____; “Orientalism and Orientalism in Reverse - Sadik Jalal Al-'Azm.” n.d. Libcom.Org. <https://libcom.org/article/orientalism-and-orientalism-reverse-sadik-ja...>
- BERMAN, L. (2023). “PM: ‘Never Again Is Now,’ Israel Fighting ‘humanity’s War Against the Barbarians’ | the Times of Israel.” The Times of Israel (blog). October 28, 2023. https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/netanyahu-never-again-is-n...
- Admin. 2023. “‘Jesus Would Be Born Under Gaza Rubble’ – Palestinian Pastor.” Palestine Chronicle. December 24, 2023. <https://www.palestinechronicle.com/gaza-is-moral-compass-of-the-world-p...>
- ROSENBERG, Y. (2021). “‘Jews Will Not Replace Us’: Why White Supremacists Go After Jews.” Washington Post, October 27, 2021. <https://www.washingtonpost.com/news/acts-of-faith/wp/2017/08/1>



A PALESTINA

É

O MUNDO

Gustavo Racy

Quando Walter Benjamin empreendeu a análise do fascismo, esse regime, fenômeno, ou qual seja o nome que lhe possamos dar, ainda não havia chegado ao ápice de seu potencial destrutivo. Poupado de ver o que aconteceria com sua Berlim nativa, poupado de vir a conhecer o Telegrama 71 e a condena de morte de toda uma nação, Benjamin deixou-nos com as proféticas teses *Sobre o Conceito de História*. Não estranha que um autor como ele seja, hoje, repetidamente citado no tecer sem fim de argumentos que clamam pelo fim do atual estado das coisas. Que as coisas continuem como estão – diria ele – eis a verdadeira catástrofe. Como discordar?

Para pessoas que, divididas entre as demandas do dia a dia (cada vez mais opressoras), as ínfimas possibilidades de se expressar politicamente e a tentativa de movimentar ideias e afetos baseados em princípios mínimos de decência e honestidade, é pouco, muito pouco, olharmos para o atual estado das coisas do ponto de vista da cultura, que é a transmissibilidade de nossa tradição. Hoje, como ontem, vivemos a morte da transmissão dos componentes verdadeiramente humanos que traziam à vida social um sentido comum: o trabalho, nossa relação, por ele, com a natureza, o delineamento de indentida-

des construídas por uma diferença não livre de conflitos, é claro, mas não sinônima de negatividade, a possibilidade de torná-las estórias em em fluxo com a totalidade. O que vivemos é, antes, qualquer coisa como a morte dessa mesma cultura; programática e friamente calculada. Como na época de Benjamin preparamo-nos para sobreviver à cultura. Que não seja impressionante o que diremos: a cultura tornou-se a morte de si mesma; tornou-se o que fere, contabiliza, normatiza e anormaliza. Nisso, nenhum de nós é inocente. Mas alguns são, sim vítimas.

“Somos uma almazinha levando um cadáver”, dizia o estoico Epitecto. Traduzida em nossos dias, essa observação é levada à enésima potência por uma política que, ultrapassando sua fome de cadáveres, se foca em arruinar, também, a alma. Pois se essa observação era, para os estoicos, o que motivava a busca pela vida feliz, ela se torna, hoje, o mote para que busquemos, com grande investimento libidinal, nossa própria ruína, com um sorriso no rosto. Afinal tudo sempre foi assim. As receitas estoicas para a vida, a ciência da morte, o caráter passageiro da dor, tanto quanto da alegria, não eram elementos de resignação, mas, ao contrário, o motivo pelo qual uma vida justa, bela e ética deveriam ser seguidas. Não à toa foram estes, dentre os grandes da Antiguidade, os filósofos que mais legaram espantosas histórias de vida e beleza poética. Que o mundo moderno só consiga imaginar outra história possível a partir da dissimulação, é algo que espantaria de Epiteto a Sêneca e a Marco Aurélio que entendiam, tal qual La Boétie séculos depois, que a humanidade é nascida para viver livre.

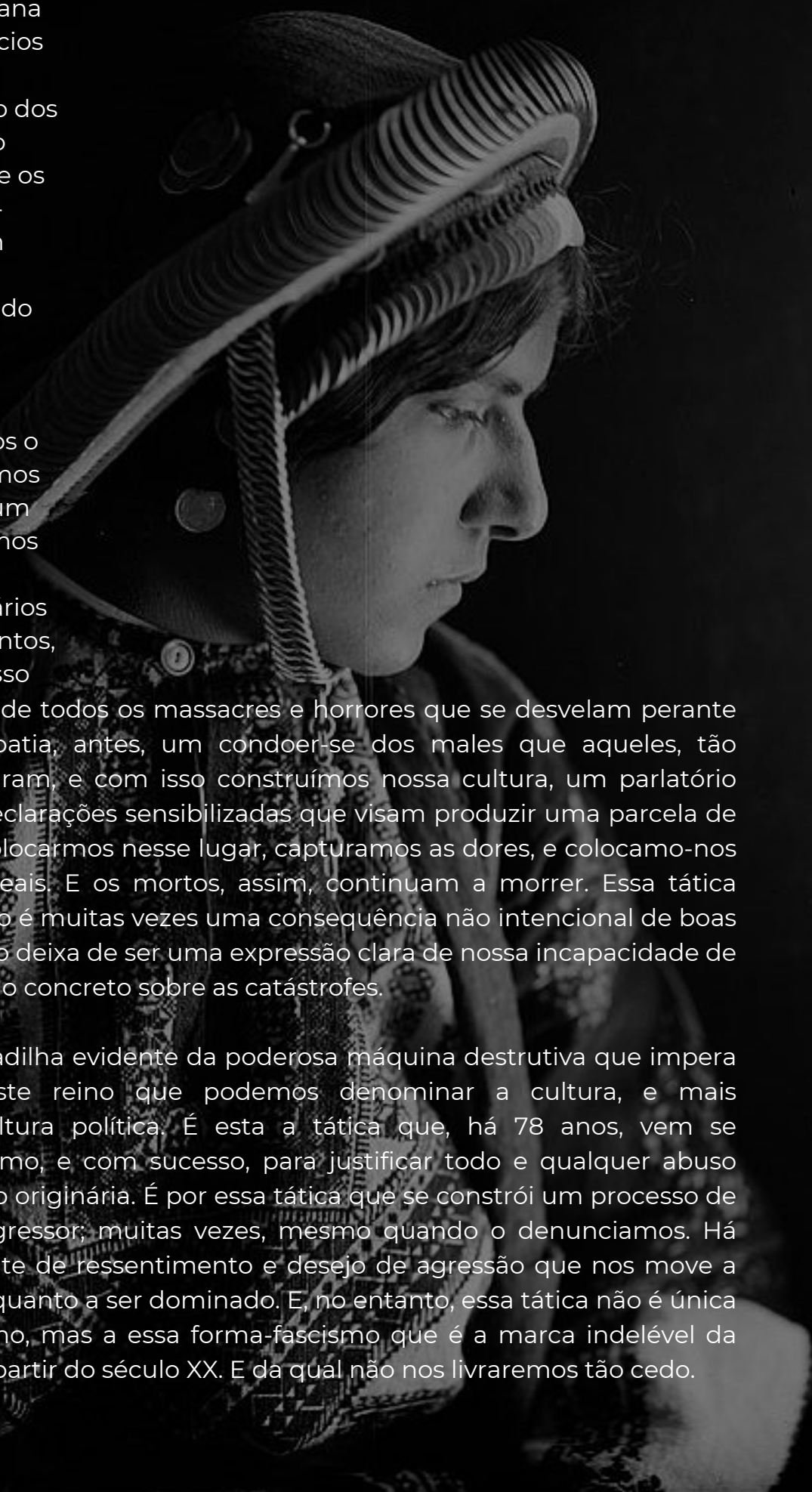
Se há um século aprendemos que qualquer forma de transmissão se perdia, com a experiência da guerra de trincheiras pelo “frágil e minúsculo corpo humano” (Benjamin, 1996, p. 115), vivemos hoje a perda da experiência, quiçá, do próprio corpo, físico e social. A transmissão tornou-se morte, e a morte é a morte da transmissão. Isso não significa que não contemos estórias, que não nos debrucemos com afinco sobre os fatos e suas manipulações para trazermos à luz aquilo que não se deve duvidar: que o racismo, o colonialismo, a manipulação e dominações econômicas, o essencialismo, são inerentemente incompatíveis com a vida de um mundo livre. Nisso falhamos profundamente.



A Palestina, a Síria e o Iraque, a realidade africana subsaariana e os resquícios da França no norte do continente, a destruição dos sistemas tradicionais do subcontinente asiático e os males de origem latino-americanos; 90% de um mundo cuja história é contada, mas cujo sentido não é revelado.

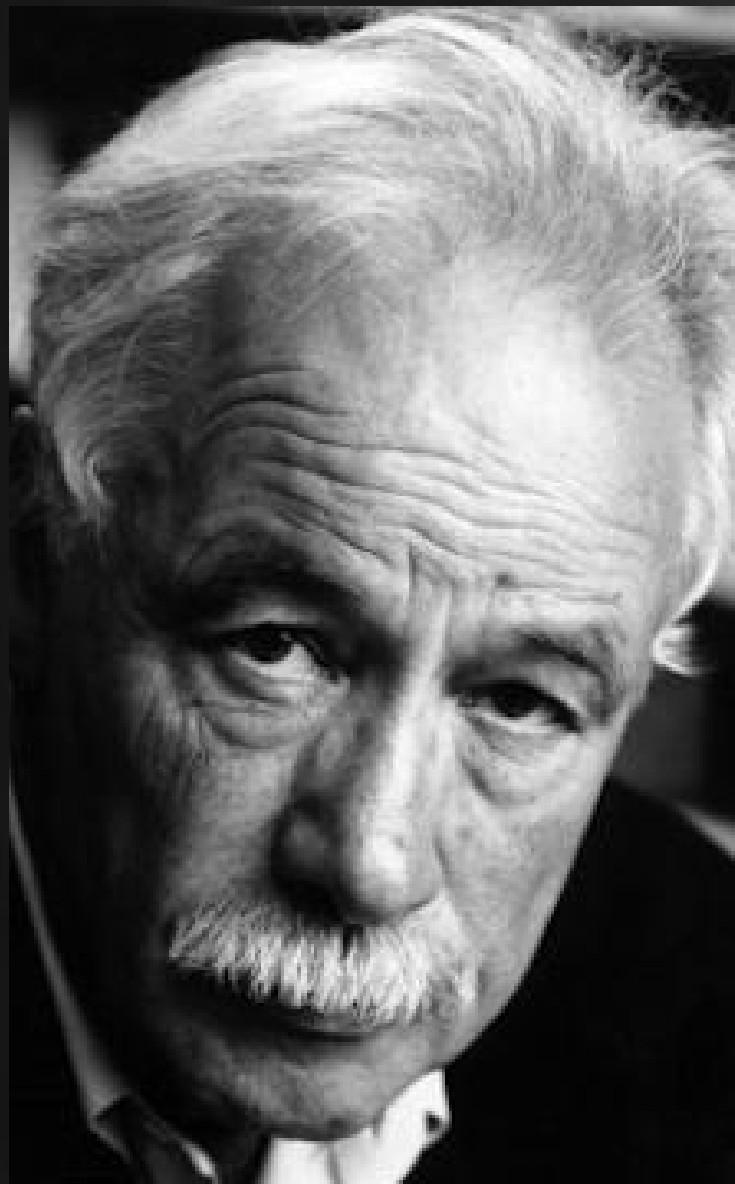
Permanecem obtusos, intransmissíveis. Como colonizados, ressentimos o passado, mas não ouvimos àqueles que propõem um outro presente. Ignoramos que seja possível “um mundo onde caibam vários mundos”. Olhamos, atentos, mas não ocupamos nosso papel de testemunhas de todos os massacres e horrores que se desvelam perante nós. Buscamos a empatia, antes, um condoer-se dos males que aqueles, tão distante de nós, perduram, e com isso construímos nossa cultura, um parlatório infinito de análises e declarações sensibilizadas que visam produzir uma parcela de identificação. Ao nos colocarmos nesse lugar, capturamos as dores, e colocamo-nos no lugar das vítimas reais. E os mortos, assim, continuam a morrer. Essa tática decorrente do parlatório é muitas vezes uma consequência não intencional de boas ações, mas nem por isso deixa de ser uma expressão clara de nossa incapacidade de transmitir algum sentido concreto sobre as catástrofes.

Não só, ela é uma armadilha evidente da poderosa máquina destrutiva que impera no mundo atual, neste reino que podemos denominar a cultura, e mais especificamente, a cultura política. É esta a tática que, há 78 anos, vem se desvelando pelo sionismo, e com sucesso, para justificar todo e qualquer abuso perante uma população originária. É por essa tática que se constrói um processo de identificação com o agressor; muitas vezes, mesmo quando o denunciemos. Há sempre um componente de ressentimento e desejo de agressão que nos move a querer dominar, tanto quanto a ser dominado. E, no entanto, essa tática não é única ou exclusiva ao sionismo, mas a essa forma-fascismo que é a marca indelével da experiência humana a partir do século XX. E da qual não nos livraremos tão cedo.



Não obstante, é o sionismo que se impõe como a principal força a ser combatida, mobilizando tantas outras a seu favor – o maior poder global e seus aliados, bem como seus oponentes, cujas intenções tampouco são cândidas – e com uma capacidade espúria de reverter sua denúncia em crime. Numa escala global.

Logo no começo da atual incursão sionista a Gaza, Naftali Bennett disse em entrevista a uma rede britânica, que ninguém se dedicou a tratar dos ataques aeronáuticos da RAF à Alemanha durante a Segunda Guerra. Quis com isso, provavelmente, deixar em cheque a posição do entrevistador enquanto britânico, como se o que apontasse fosse uma acusação hipócrita, dado que ele mesmo pertencia a uma nação que promovera algo semelhante e que isso não devia ser questionado dado que combatiam nazistas, algo que, segundo Naftali, Israel também está por fazer. Sua acusação não seria de todo errada não fosse pelo simples fato de que é totalmente mentirosa. W.G. Sebald, um alemão, professor na Inglaterra, seu país de adoção, dedicou ao tema um estudo estrondoso e basilar sobre o sentido da memória, do luto e do sofrimento em situações limites. Sua reflexão sobre a guerra aérea é não só um estudo do massacre de alemães perpetrado pelos ingleses, mas uma crítica ao próprio princípio de formação da realidade moderna e de sua memória como uma em que o testemunho, a experiência do vivido, se recusa a habitar. Diagnostica:



W. G. Sebald

a realidade não pode mais ser apresentada em termos compreensíveis.

Sua conclusão, e aquilo contra o qual empreenderá toda sua literatura, será que a insensibilidade se tornou o princípio operante de nossa cultura totalitária, impedindo a tomada de posição real diante dos dados de horror que se desenrolam perante nossos olhos.

Insensibilidade, dizemos, e não empatia, pois esta pode ser insensível, também, e o é na medida em que se volta para esse ego absoluto que impera em nossa sociedade narcísica. Condo-me, emociono-me, logo, sou empático, portanto, sinto a dor do outro como se fosse minha. E se é minha, tenho precedência. Essa é uma lógica e um dispositivo comum pelos quais a branquitude, por exemplo, acaba capturando as pautas de minorias, sobrepondo sua voz. Não. Antes, é da insensibilidade que Sebald trata, da incapacidade de se posicionar enquanto terceiro, enquanto alguém de fora que, perante um ato de horror precisa escolher entre fugir e fechar os olhos ou abri-los e observar, caso seja só isso o que resta a fazer. Isso é testemunhar; decidir por uma posição no momento em que a própria história corre perigo. Isso nos ensinaram Giorgio Agamben em seu livro (não surpreendentemente), dedicado a Auschwitz e Walter Benjamin, em seu testemunho sobre o conceito de história.

Aqui chegamos à questão que creio ser central para o que vemos hoje em Gaza. Há aqueles que testemunham e há aqueles que empatizam. Testemunham, no Brasil, pessoas (pensamos em pessoas com uma voz pública ampliada), que agora recebe ameaças constantes. Inúmeros e inúmeros intelectuais e ativistas testemunham, vociferando, mostrando seu rosto e elevando a voz em defesa daquilo que, inclusive do ponto vista das categorias jurídicas, há muito é considerado inexcusável. Mas nada no mundo concerne às categorias jurídicas tanto quanto às categorias éticas. E é esse o nó górdio da cultura contemporânea: o ataque constante visando o esvaziamento de toda ética possível perante os exacerbados preceitos morais advindos, dentre outras coisas, de uma guerra de memória fundamentada em uma mitologia que enrijece qualquer alternativa. A sociedade, como apontava Adorno (outro filósofo judeu alemão), é naturalizada, é aceita como uma força da natureza da qual, como as intempéries do clima, tempestades, nevascas, secas e inundações, não temos escapatória. Mas mesmo essas, sabemos hoje, são intimamente conectadas a nossas ações nesse espaço-mundo. E se nem mesmo a natureza resta, que dirá a cultura? Como justificar o injustificável: que certas vidas valham mais que outras porque respondem a certo desígnio “natural”, um destino manifesto, que faz de um povo escolhido entre outros?

Alongo-me. Essas reflexões são apenas um exercício na tentativa de compreender o que mais podemos fazer perante aquilo que se torna lógica e afetivamente absurdo. E a escolha que resta, perante aquilo sobre o qual não se pode dizer, é continuar dizendo, mas talvez em nova dimensão: a do testemunho. Fazer tudo o que podemos para que as vozes narrem os horrores, não importa quão impossível seja tornar tal horror transmissível.

Nesta tarefa, a Palestina é o mundo porque amplia a possibilidade de narrarmos o inenarrável, porque amplia as vozes daqueles que, como os palestinos, perduram anos e anos de destruição e apagamento sem a possibilidade da expressão concreta, do trabalho da transmissão. Mas há algo mais que torna os palestinos, e o Levante, uma imagem do contemporâneo: no jargão do campo de concentração nazista, o intestemunhável tinha nome, *der Muselmann*, o muçulmano. Essa coincidente nomenclatura era usada para aqueles que tinham abandonado toda a esperança, abandonados pelos companheiros, incapazes de discernir qualquer coisa, e que, dolorosamente, segundo Jean Améry, deveriam ser excluídos das considerações sobre o holocausto. Mas não segundo Primo Levi, esse homem-alegoria da sobrevivência ao nazismo, que moveu todos os seus esforços para tornar transmissível a transformação do prisioneiro em *Muselmann*. É essa figura que hoje irrompe do céu da política global: o muçulmano (religião majoritária do Levante, e que sofre as consequências do ódio racista anti-árabe de forma mais direta, lembremos), sintetiza a visão global dos países que deram à Europa e ao mundo a medicina, a álgebra, o algoritmo, a sobrevivência de Aristóteles e Platão, as primeiras universidades...

A Palestina, e com ela, o Levante, são o mundo porque nos dão a imagem inefável do *Muselmann*, da humanidade alocada ao umbral entre si mesma e o inumano. É o lugar do mundo em que, como com os povos da floresta, a exceção se torna o paradigma do cotidiano. E se torna, como o *Muselmann* do campo, aquilo que ninguém quer ver.

**Vejamos, entretanto.
Reparemos. Não há
desculpas. Tudo está dito. E
tudo está posto. Bem em
nossa frente.**

MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS EM PIADAS POLÍTICAS:

Piadas políticas, tão comuns e frequentes cotidianamente, podem ser abordadas sob dois aspectos: primeiro, o da piada em si, associada ao riso, ao humor e à sátira; o segundo é a política, aliada à gravidade e à seriedade. Mas qual seria a relação entre estes dois aspectos aparentemente contraditórios? Tal contradição cria interações e inversões de papel entre o político sério e a população que o confronta aos risos.

Ao analisar os elementos da piada política, há três componentes a serem considerados: o contador da piada, a audiência e o alvo da piada, que é geralmente a autoridade ou a narrativa dominante. Como, porém, o conceito de piada política passa de um sentido satírico a um literário?

Discutindo o humor em geral, Henri Bergson (1983: 61) notara que, dentre outros, Jean Paul definira o humorista como afã “dos termos concretos, pormenores técnicos, dos fatos rigorosos”. Isto aponta para a linguagem simbólica utilizada pelas piadas para se disfarçarem, da mesma forma que a retórica persuasiva ou influenciadora, caracterizada pela brevidade e multiplicidade de significados.

Uma piada é uma forma de arte oral que demanda que o piadista - que de algum modo se assemelha ao narrador de contos populares - tenha uma alta habilidade linguística, assim como a capacidade de influenciar a audiência. O humorista é um mestre da escolha de palavras, como descrito por Bergson (1983: 61): “algo como um anatomista que só faça dissecação para nos desagradar; e o humor, no sentido restrito que damos à palavra, é de fato uma transposição do moral em científico”. Assim, o piadista trabalha com a desconstrução e análise de palavras para, de forma espontânea e improvisacional, escolher as que mais impactam, ou para basear sua escolha em textos previamente escritos e hipóteses prontas.

O CONTEXTO SÍRIO

Eithar Daher

O objetivo deste texto é um breve estudo literário sobre a piada política em geral, um espaço apto a observar a repressão política e avaliar até que ponto as pessoas aceitam o status quo em sistemas políticos. Especificamente, ele se foca no humor político no contexto sírio, analisando a linguagem simbólica usada por piadas políticas como uma voz oculta contra as elites dominantes. O texto examina a textualidade e as ferramentas literárias de certas piadas, não como meio de retratar a realidade ou contribuir com ela diretamente, mas como instrumentos simbólicos e referenciais para a realidade vivida.

Os exemplos de piadas políticas neste texto não representam todos os pontos de vista sírios, dado que o povo sírio não compartilha de uma postura política única. Isto é evidente no paradoxo de um dos primeiros slogans dos levantes de 2011, por exemplo, quando os manifestantes cantavam “Um, um, um, o povo da Síria é um”, o que mais tarde, pelo reconhecimento das diferentes visões políticas entre sírios, se tornaria “Um, um, um, o povo da Síria é vinte e três milhões e um” (Camps-Febrer, 2012: 37-38). Por natureza, piadas políticas “lidam explicitamente com certas crenças tidas apenas por uma porção da sociedade” (Mulkey, 1988: 85-86). Igualmente, este texto não procura esgotar o contexto sírio, mas focar-se em alguns exemplo que serão abordados a partir da noção de “carnavalesco” cunhada por Mikhail Bakhtin, conceito este que, também, compreendemos não ser necessariamente aplicável ao complexo contexto sírio em geral.

Antes de mergulhar na literalidade das piadas políticas, é essencial considerá-las expressões orais capazes de se tornarem textuais a partir de suas relações com seus significados culturais, que moldam seus elementos textuais. Isto se separa da dominância de textos escritos, cuja textualidade está ligada ao escrever. Contrariamente, a textualidade da oralidade está ligada à sua presença duradoura na memória coletiva de uma dada cultura e seus significados dentro da mesma. Como Yu M. Lotman, A.M. Piatigorsky e Ann Shukman (1978: 234-235) observam, “em culturas orais, textos [...] eram necessariamente dotados de uma supraorganização na forma de provérbios, aforismos, com características estruturais definidas”. O que distingue um texto de um não-texto não é só seu nível linguístico, mas seu nível semântico, isto é, sua habilidade de fazer referência e sugerir sentido para além do texto em si, consoante a autoridade do emissor e o contexto em que as palavras são pronunciadas. “Um poema não é recebido como texto para a posição científica, religiosa ou legal, da comunidade, mas é tomado como texto na esfera da arte” (idem: 236).

Piadas políticas, ainda que não sejam uma herança oral no sentido tradicionalista, se tornam textos pela forma em que circulam e se espalham. Elas emergem em espaços específicos como protestos e levantes, ou em redes sociais, como formas de expressão de uma dissidência encoberta. Aí, piadas políticas oferecem um espaço para nos fazermos presentes sem repressão, agindo como forma de resistência simbólica experimentadas por um povo pela linguagem, respondendo rapidamente a eventos particulares. Seus autores, e a audiência que reproduz a piada, são geralmente uma entidade coletiva e anônima, e se engajam numa forma de resistência não-violenta cuja confrontação é desafiadora para as narrativas dominantes.

Assim, piadas políticas não podem ser lidas meramente como afirmações de humor, mas entendidas nos termos de suas reverberações revolucionárias em uma “cultura específica” (Kletu: 2006, 16). Disto, deduz-se que a sátira política é um texto porque pertence a uma cultura particular em um momento específico, distinguindo-a dos não-textos. Estes, por sua vez, são “meros arranjos linguísticos sem significância cultural inferida, diferentemente dos textos” (idem: 17).

Isso não nega a capacidade das piadas políticas de viajar por diferentes contextos, incorporando elementos de humor político atemporal que transcendem limites temporais e espaciais. Por exemplo, piadas políticas sobre mandatos prolongados de governantes e a transferência hereditária de poder são comuns em todo o contexto árabe.

Como o sociólogo germano-americano Hans Speier (1998: 1352) observa, formas similares de piadas políticas se repetem; “na verdade piadas idênticas, em diferentes épocas e entre diferentes povos”. Essa identidade literária “envolve repetir o que é reconhecido como 'o mesmo' enquanto está aberto a novos contextos e, portanto, aberto a mudanças” (Attridge, 2004: 75). Essa abertura define sua literariedade porque a literatura “pode ser um produto cultural, mas não pode ser simplesmente conteúdo cultural” (idem: 6).

As piadas políticas empregam ferramentas retóricas e linguísticas como armas para atingir seu propósito como produtos literários e culturais, em vez de mero conteúdo para uma cultura específica. Frequentemente, piadas políticas usam linguagem concisa, mas concentrada e impactante, como visto no exemplo a seguir, citado por Blanca Camps-Febrer (2012: 33).

“Uma criança pergunta ao pai:

‘Se eu mentir, irei para a vida após a morte?’

O pai responde:

‘Não, se você mentir, irá para Al-Dunya (A Vida)’”.

A piada acima começa com uma pergunta sobre o destino de um mentiroso em um contexto religioso, sugerindo a inevitabilidade de seu destino. No entanto, a pergunta não especifica se o resultado é o céu ou o inferno; em vez disso, ela menciona vagamente "a vida após a morte", retratando-a como inerentemente indesejável em ambos os casos. Estruturalmente, a piada consiste em uma pergunta e uma resposta. A resposta é definitiva, encerrando a piada política sem mais diálogo ou debate sobre a conexão entre mentir e "A Vida" (*Al-Dunya*), como se as consequências da mentira estivessem confinadas a esta vida neste mundo e não tivessem relação com a vida após a morte.

Para um estranho não familiarizado com o contexto sírio, o termo "al-dunya" refere-se a Al-Dunya, um canal de televisão afiliado ao regime sírio. Aqui, vem dentro de sua estrutura cultural. Esta piada nasce da existência deste canal de televisão. Mentir leva alguém a Al-Dunya: se você pretende mentir, vá para Al-Dunya, ou seja, para a vida após a morte. A vida após a morte em si permanece

O verbo "ir" adiciona outra camada de complexidade. O pai e o filho vão para a vida após a morte. Eles existem em um espaço liminar semelhante a um caminho final. Isso destaca a manipulação inteligente

O paradoxo aqui está na interação linguística: a piada é inteiramente em árabe formal porque faz referência ao nome do canal de televisão. Em sírio coloquial, ao pronunciar o nome do canal em árabe formal cria uma dissonância linguística. Este simbolismo da piada, ecoando o que Bakhtin chama de "carnavalesco"

Mas o que exatamente é o carnavalesco de acordo com Bakhtin?



(الدنيا) pode não revelar imediatamente seu significado secundário como uma nos a especificidade cultural da piada política, que a posiciona como um texto televisão em particular. Após um exame mais aprofundado, a piada sugere que se você mentir, você acabará em Al-Dunya, que é retratado como pior do que a ambígua — se é o céu ou o inferno é deixado indefinido.

lho na piada não estão nem em "A Vida" (Al-Dunya) nem na vida o barzakh (o reino intermediário), esperando para descobrir seu da linguagem e o uso simbólico da palavra "Al-Dunya".

be sírio coloquial, exceto pela palavra "Al-Dunya", que é pronunciada em árabe, "Al-Dunya" normalmente seria pronunciado "Al-Denyeh" (الدنيّه). A necessidade rística. Isso demonstra como a linguagem coloquial forma a pedra angular do tesco" em sua análise do léxico da praça pública no humor popular.

om Bakhtin, e qual é sua relação com piadas políticas?

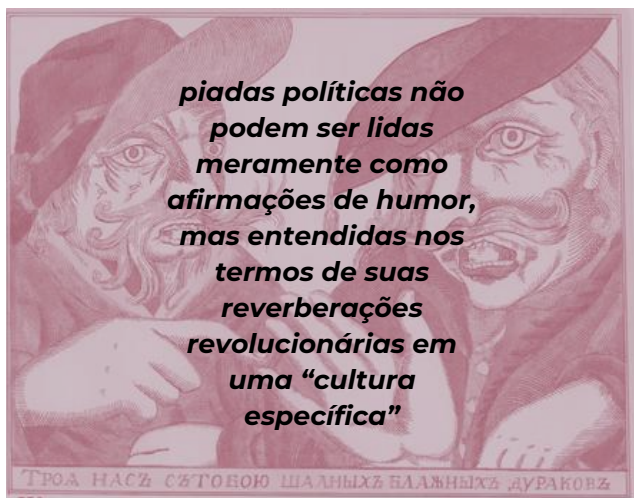


A teoria carnavalesca, conforme desenvolvida por Bakhtin, começou em seu livro *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Ele descreveu o carnaval como um estado onde todos os opostos perdem suas posições fixas: o centro se torna a margem, e a margem se torna o centro em um espaço humorístico e imaginário que retrata o mundo de cabeça para baixo, fora de sua ordem e controle usuais. Este conceito é "organicamente relacionada com a categoria do contato familiar; [...] permite que se revelem e se expressem – em forma concreto-sensorial – os aspectos ocultos da natureza humana" (Bakhtin, 2013:160). Bakhtin desenvolveu ainda mais essa ideia em seu livro *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, onde explorou a cultura popular e o carnavalesco. Para Bakhtin, o carnaval possui uma natureza inclusiva, o que significa que ninguém existe fora das leis de liberdade impostas pelo carnaval. É uma forma tangível da própria vida — vida realizada e interpretada sem atores ou espectadores. O carnaval representa uma forma pura de existência onde a brincadeira se transforma na própria vida: a segunda vida das pessoas. É uma libertação temporária das verdades prevaletentes e da ordem estabelecida, caracterizada pela oposição a qualquer tipo de afirmação. Isso é semelhante à definição de Bergson (1983: 61) para a piada: 'a oposição entre o que é e o que deveria ser'. O carnaval é um espaço onde todos são iguais, criando uma interação liberada entre indivíduos separados por várias distinções sociais na vida cotidiana. Da mesma forma, as piadas políticas operam trocando papéis entre políticos e o povo, facilitando a interação direta entre eles por meio do espaço imaginário da piada.

Estudar a metodologia carnavalesca em piadas políticas revela seus significados multifacetados. O carnavalesco surge em piadas políticas como uma expressão simbólica de dimensões políticas. Enquanto Bakhtin (2002: 74) teorizou sobre polifonia e carnavalesco no romance, descrevendo-o como um gênero literário dinâmico envolvendo "a diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes e línguas e de vozes individuais", este artigo reconhece que piadas políticas não equivalem a romances. No entanto, elas compartilham alguns elementos narrativos, particularmente em seu peso expressivo e métodos de contar histórias. Piadas políticas funcionam como declarações efêmeras, lançadas como uma forma de catarse, refletindo as vozes de um mundo marginalizado. Elas revelam a censura literária imposta às classes sociais mais baixas e simbolizam as máscaras, a ocultação e a linguagem satírica que amplificam a voz dos marginalizados.

Piadas políticas destacam o uso da linguagem coletiva contra o monólogo de autoridade, enfatizando a centralidade do ouvinte, orador ou público. Assim, piadas políticas criam um espaço onde diálogos ocultos se desenrolam entre o discurso marginalizado e o dominante. Nesse espaço, os limites do poder são borrados, e as vozes suprimidas daqueles na periferia ganham espaço para desafiar e parodiar a autoridade por meio da inteligência e da sátira.

O que distingue a abordagem carnavalesca não é apenas a máscara usada pelos participantes para criar uma inversão de papéis, mas também o que Bakhtin chama de realismo grotesco, caracterizado pela redução de tudo o que é alto e pela profanação de tudo o que é sagrado. Bakhtin expressou isso por meio do conceito de corpo, que está vinculado a todas as coisas inferiores e terrenas. Para Bakhtin (1987: 19), a “degradação cava o túmulo corporal para um novo nascimento. E por isso não tem somente um valor destrutivo, negativo, mas também um positivo, regenerador: é ambivalente, ao mesmo tempo negação e afirmação”.



Um exemplo disso pode ser visto em piadas políticas que têm como alvo os traços físicos de governantes ou aqueles no poder, como o pescoço longo do ex-presidente sírio Bashar al-Assad, que o levou a ser chamado de "a girafa". Na piada a seguir, uma imagem carnavalesca é criada na qual a imundície espiritual é condensada em imundície física, incorporando um realismo grotesco:

"Bashar al-Assad entrou em um dos antigos banhos em Damasco para tomar um banho. Ao sair, ele perguntou ao atendente do banho: 'Quanto devo?' O atendente respondeu: '200 liras.' Bashar disse: 'Por quê? Meu pai costumava vir e você só cobrava 100 liras!' O atendente respondeu: 'Bem, você é mais sujo que seu pai'" (Deeb, 2019).

A linguagem específica invocada por piadas políticas nasce dos eventos políticos vividos porque “nova forma de comunicação produziu novas formas linguísticas: gêneros inéditos, mudanças de sentido ou eliminação de certas formas desusadas, etc” (Bakhtin, 1987: 14). Da mesma forma, em espaços de levantes e revoluções — qualquer espaço onde as pessoas são oprimidas e marginalizadas — novas formas linguísticas emergem que permitem que as pessoas criem sua narrativa profanando a suposta divindade do governante. Isso pode ser feito por meio do uso de linguagem vulgar com o objetivo de caluniar o governante ou mirar em qualquer narrativa autoritária, como visto na teoria carnavalesca de Bakhtin, que inclui fenômenos linguísticos específicos, como “as grosserias blasfematórias dirigidas às divindades e que constituíam um elemento necessário dos cultos cômico-cômicos mais antigos” (idem: 15).

Um exemplo disso é a seguinte piada política:

**"Um homem que estava acostumado a contar piadas sobre o presidente foi p
ações, mas voltou ao seu hábito de contar piadas sobre o presidente. Ele foi p
não odiava o presidente, mas era apenas um hábito do qual ele não conseguia
"mas graças a Deus o presidente não está envolvido". Quando o homem foi li
presidente estava grávida e acrescentou a frase: 'Mas graças a Deus... o preside**

A piada anterior é uma representação artística do realismo grotesco de Bakhtin por meio do uso simbólico da vulgaridade em relação à esposa, que na cultura síria representa "honra" ou "dignidade". Ela insulta a persona do presidente e o despoja de sua invulnerabilidade e divindade. Portanto, o espaço do humor político se assemelha muito às vulgaridades sancionadas na esfera pública, onde a voz do povo é sempre a dominante. Isso é evidenciado pela incapacidade dos oficiais de inteligência de controlar o talentoso contador de piadas, que, cada vez que tentavam controlá-lo, ficava mais livre no espaço do humor político.

A piada política pode se assemelhar ao carnaval como um ato coletivo no qual a liberdade de expressão é promulgada. Este último, no entanto, é geralmente um evento autorizado.

Os carnavais dos tipos que Bakhtin trata eram eventos permitidos, regulares e mesmo programados. Contar piadas soviéticas na época de Bakhtin era algo privado, proibido e mesmo furtivo; um objeto de vigilância, uma licença não permitida. A analogia entre ambos é questionável (Davies, 2007: 301)



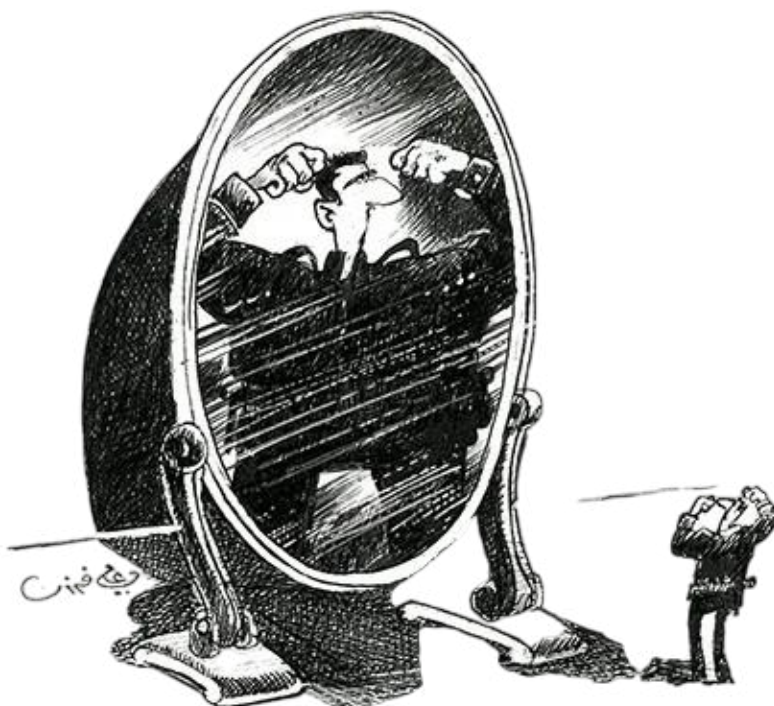
preso e torturado pela inteligência síria. Ele prometeu não repetir suas piadas preso novamente pelos agentes de segurança, e ele garantiu a eles que se livrar. Os agentes pediram que ele terminasse cada piada com a frase "bertado da detenção, ele disse a um grupo de amigos que a esposa do te não está envolvido" (Hamira, 2013).



Brueghel. *Três tolos do carnaval*

No entanto, como o carnaval, as piadas políticas também podem ser permitidas, pois alguns políticos e governantes podem permitir um grau de liberação por meio delas e torná-las não proibidas para seu povo. Isso ocorre porque as piadas políticas são inimigas do opressor, mas não são independentes da aprovação sutil do opressor para criar "belas ilusões vingativas" (Benton, 1988: 5) entre o povo. Essas ilusões são vistas como uma forma de resistência verbal, que é considerada mais fácil e melhor do que a resistência física violenta. Mas a liberação verbal criada por piadas políticas através do riso "não é forma exterior, mas uma forma interior essencial [...] liberta não apenas da censura exterior, mas antes de mais nada do grande censor interior, do medo do sagrado, da interdição autoritária, do passado, do poder" (Bakhtin, 1987: 81). O riso causado pela piada política liberta as pessoas da repressão imposta pelo governante ou qualquer poder infiltrado em suas vidas. Essa libertação do medo do reprimido, imposta pelo governante, é refletida na piada a seguir, que usa um contexto religioso para deificar o governante sírio e representar a extensão de seu domínio sagrado:

Deus pediu ao Anjo da Morte, Azrael, para descer à Terra e levar a alma de Hafez al-Assad. Azrael protestou, lembrando a Deus do poder e da crueldade de Hafez al-Assad, mas então obedeceu e desceu à Terra para cumprir a ordem. No portão do palácio, os oficiais de inteligência o detiveram, espancaram e torturaram até que ele retornasse a Deus, ensanguentado. Deus perguntou a ele o que havia acontecido, e Azrael respondeu: 'Como você vê, os oficiais de inteligência me pegaram.' Deus respondeu: 'Não diga que fui eu quem o enviou!'" (Deeb, 2019).



Caricatura de Ali Ferzat

O contador de histórias na piada política anterior tenta expressar o medo reprimido causado pelo poder do regime ao colocar o governante em uma posição muito acima da sua, uma classificação metafísica onde nenhum humano pertence. Esta piada também simboliza o título dado a Hafez al-Assad pelo povo sírio, "Al-Khalid" (o Eterno), implicando um poder sobrenatural sobre a morte. Além disso, essa piada revela o controle opressivo e autoritário do governante.

Assim, a crítica carnavalesca medieval zombeteira e bem-humorada contrasta com a crítica séria que Bakhtin (1987: 81-81) descreve como

Impregnada interiormente por elementos de medo, de fraqueza [...] Na boca do poder, a seriedade visava intimidar, exigia e proibiu; na dos súditos, pelo contrário, tremia, submetia-se, louvava, abençoava. Por essa razão ela suscitava a desconfiança do povo. Era o tom oficial, e era tratado como tudo que fosse oficial. A seriedade oprimia, aterrorizava, acorrentava; mentia e distorcia; era avara e magra. Nas praças públicas, durante as festas, diante de uma mesa abundante, lançava-se abaixo o tom sério como uma máscara, e ouvia-se então uma outra verdade que se exprimia de forma cômica.

A piada a seguir descreve a ditadura da sucessão familiar e os elogios e aplausos do povo:

"Um dia, Bashar faleceu de repente, enquanto seu filho tinha oito meses de idade. A Assembleia Popular se reuniu e decidiu emendar a constituição para que qualquer pessoa com oito meses ou mais pudesse assumir o cargo de presidente. O povo sírio então foi às ruas em apoio à decisão da Assembleia e à emenda constitucional, gritando: 'Gugudadá!'" (Hamira, 2013).

Na imagem pintada pela piada política anterior, vemos o que Bakhtin (2013: 127) descreve como a "celebração oficial", que é "simples forma de exposição da verdade já descoberta, acabada e indiscutível,". No entanto, não carrega o "tom sério" que é imaculado, e apresenta o que existe de forma zombeteira e satírica, referenciando eventos reais do passado. Quando Bashar al-Assad chegou ao poder, a constituição síria foi emendada para se adequar à sua idade, estabelecendo uma idade necessária para o governante na constituição. Assim, a piada política anterior é uma semente que combina elementos carnavalescos por meio do uso de expressões superlinguísticas e momentos oficiais de celebração, onde o povo apoia tudo o que a constituição dita.

Finalmente, a apresentação anterior neste artigo sobre piadas políticas em geral e piadas políticas sírias — embora não representem todas as piadas políticas sírias — em particular, aborda sua textualidade, que carrega significado cultural ao lado de elementos linguísticos usados para simbolismo e ocultação. Esse aspecto aumenta sua qualidade literária e individualidade, posicionando-as como um texto literário que contém um tipo narrativo particular e condensado capaz de criar um espaço livre e imaginário separado da realidade, mas emergindo da experiência vivida — especificamente a experiência de marginalização, opressão e supressão. Isso se alinha ao conceito de carnaval de Bakhtin, que abre horizontes para aqueles dentro do carnaval entrarem em espaços que nunca acessaram antes. Esses espaços representam uma rebelião performativa contra tudo o que é estabelecido.



Referências

- ديب، مصطفى. "النكتة السياسية في سوريا.. تراث مضاد للاستبداد". <https://bit.ly/2UrKihY>. Ultra Sawt. 19/01/2019
- Deeb, M. "Piadas políticas na Síria... um legado anti- (tirania حميرة فؤادل. "النكتة السورية: توثيق وانتقام". 27/06/2013. <https://bit.ly/3zHt4n5> المدن.
- (Hamira, F. "A piada síria. Documentação e Vingança كليطو، عبدالفتاح. 2006. الادب والغرابة. الدار البيضاء: دار طوبقال للنشر
- (Kletu, A. Literatura e Estranheza)
- ATTRIDGE, D. (2004). *The Singularity of Literature*. London: Routledge
- BAKHTIN, M. (2013). *Problema da Poética de Dostoiévski*. (Trad. P. Bezerra). Rio de Janeiro: Editora Forense
- _____. (2002). *Questões de Literatura e Estética: A teoria do romance*. (Trad. A. F. Bernardini et al.). São Paulo? Editora HUCITEC/Annablume.
- _____. (1987). *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. (Trad. Y. F. Vieira). São Paulo: HUCITEC.
- BENTON, G. (1988). "The Origins of the Political Joke." In: Chris Powell & George E.C. Paton (eds.). *Humour in Society: Resistance and Control*. New York: St. Martin's Press.
- BERGSON, H. (1983). *O Riso. Ensaio sobre a Significação do Cômico*. (Trad. Nathanael C. Caixeiro). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CAMPS-FEBRE, B. (2012). *Political Humor as a Confrontational Tool Against the Syrian Regime*. Barcelona: Institut Catalá Internacional per la Pau.
- DAVIES, C. (2007). "Humour and Protest : jokes under Communism". *International Review of Social History*, 52 (Supplement 15: Humour and Social Protest), 291-305.
- LOTMAN, Y. M.; PIATIGORSKY, A. M.; SHUKMAN, A. (1978). "Text and Function". *New Literary History*, 9(2), Soviet Semiotics and Criticism: An Anthology (Winter), 233-244.
- MULKAY, M. (1988). *On Humour: its Nature and its Place in Modern Society*. London: Polity press.
- SPEIER, H. (1998). "Wit and Politics: An Essay on Power and Laughter." *American Journal of Sociology*, 103(5), 1352-1401.



A piada política pode se assemelhar ao carnaval como um ato coletivo no qual a liberdade de expressão é promulgada.

CULTURA

ARTES

LETRAS

O COLAR DA POMBA DAMASCENO



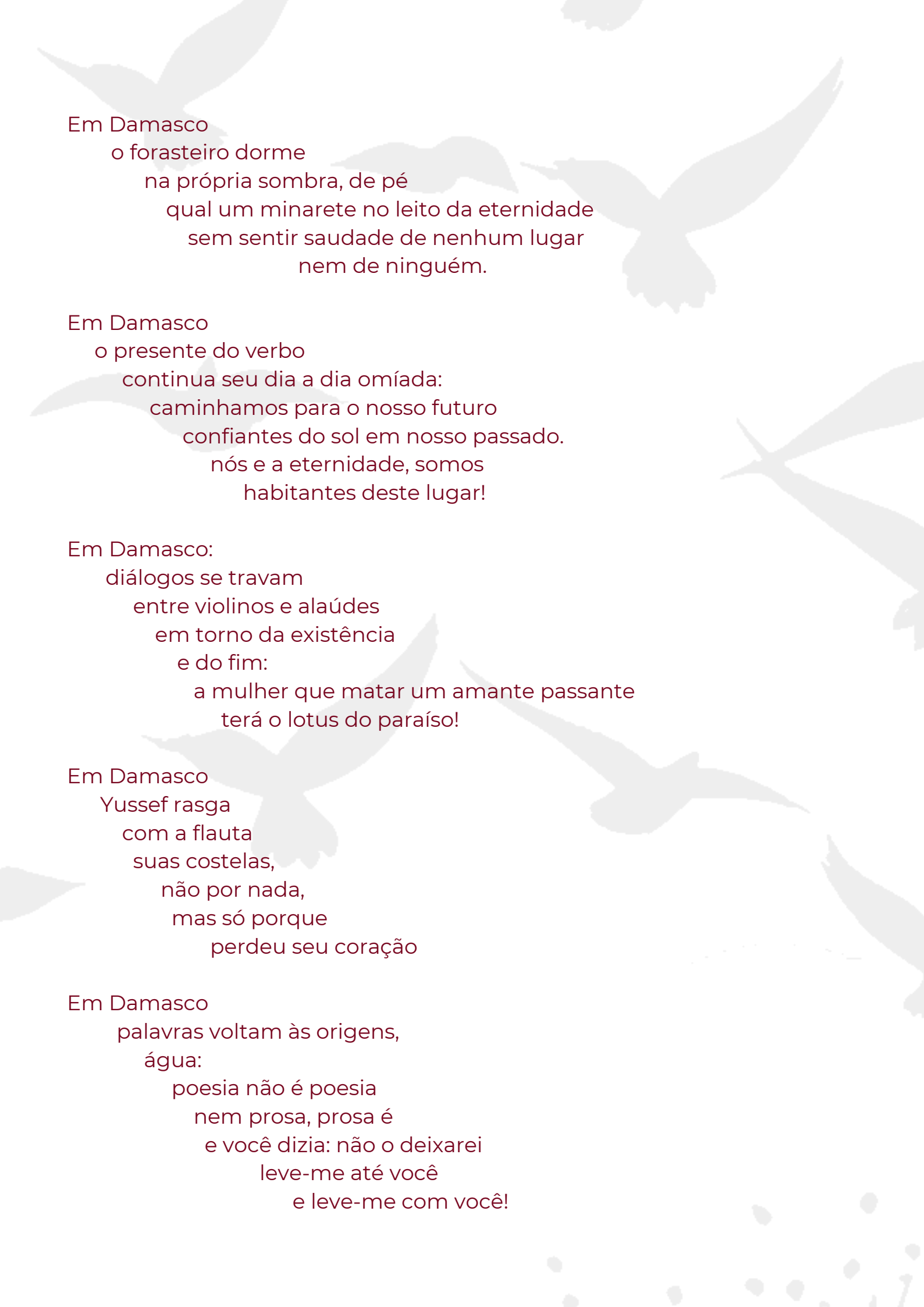
Mahmoud Darwish
Tradução de Safa Jubran

Em Damasco
as pombas voam
por trás do muro de seda
duas...
a duas...

Em Damasco
vejo minha língua inteira
escrita em um grão de trigo
com uma agulha de uma mulher
língua, que o perdiz da Mesopotâmia retoca

Em Damasco
os nomes dos cavalos árabes
-desde os tempos antigos
até o dia do juízo
ou para além-,
são bordados com fios de ouro...

Em Damasco
o céu caminha
nas antigas ruelas
descalço, descalço
de que servem aos poetas então,
inspiração
métrica
e rima?



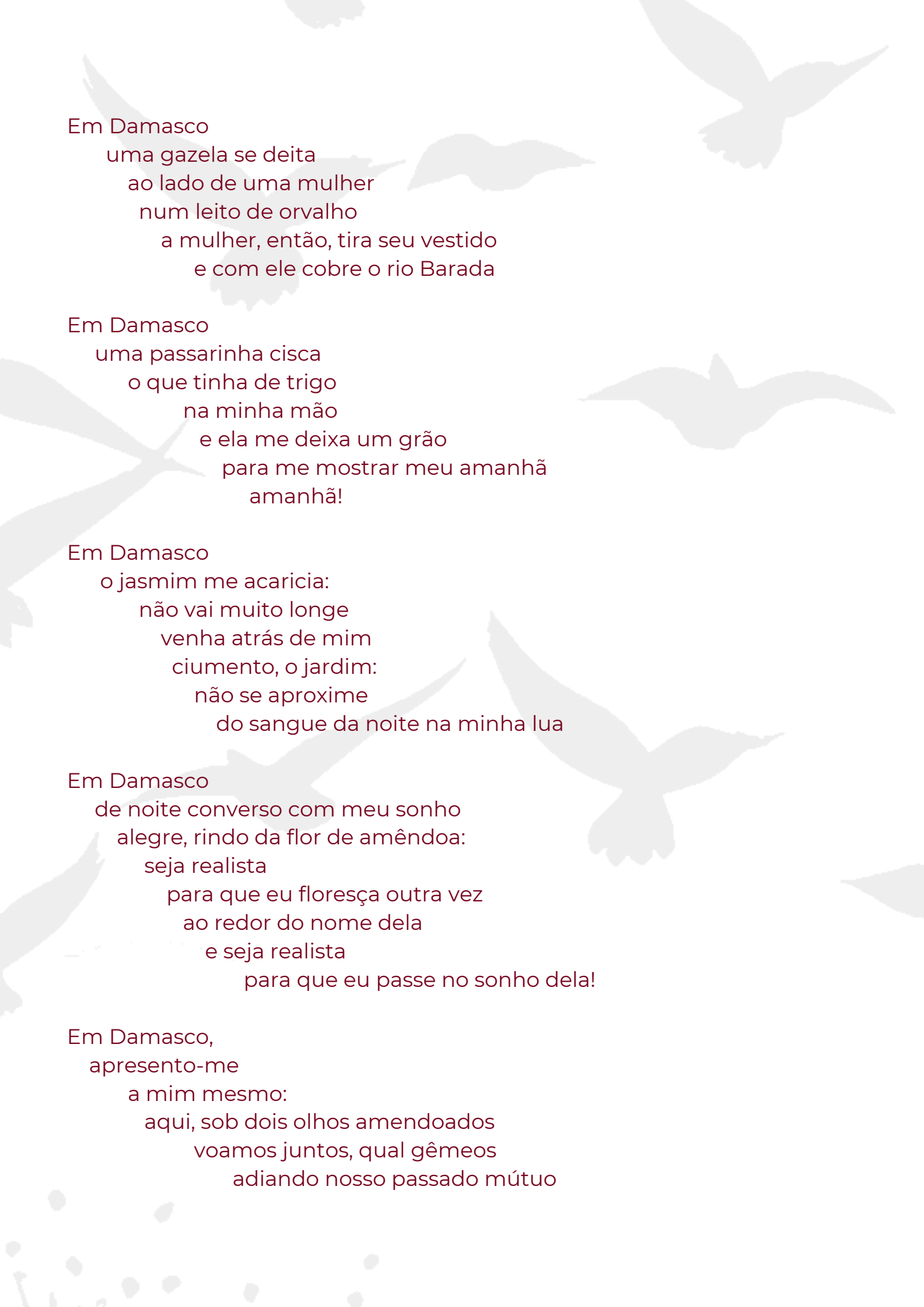
Em Damasco
o forasteiro dorme
na própria sombra, de pé
qual um minarete no leito da eternidade
sem sentir saudade de nenhum lugar
nem de ninguém.

Em Damasco
o presente do verbo
continua seu dia a dia omíada:
caminhamos para o nosso futuro
confiantes do sol em nosso passado.
nós e a eternidade, somos
habitantes deste lugar!

Em Damasco:
diálogos se travam
entre violinos e alaúdes
em torno da existência
e do fim:
a mulher que matar um amante passante
terá o lotus do paraíso!

Em Damasco
Yussef rasga
com a flauta
suas costelas,
não por nada,
mas só porque
perdeu seu coração

Em Damasco
palavras voltam às origens,
água:
poesia não é poesia
nem prosa, prosa é
e você dizia: não o deixarei
leve-me até você
e leve-me com você!



Em Damasco
uma gazela se deita
ao lado de uma mulher
num leito de orvalho
a mulher, então, tira seu vestido
e com ele cobre o rio Barada

Em Damasco
uma passarinha cisca
o que tinha de trigo
na minha mão
e ela me deixa um grão
para me mostrar meu amanhã
amanhã!

Em Damasco
o jasmim me acaricia:
não vai muito longe
venha atrás de mim
ciumento, o jardim:
não se aproxime
do sangue da noite na minha lua

Em Damasco
de noite converso com meu sonho
alegre, rindo da flor de amêndoa:
seja realista
para que eu floresça outra vez
ao redor do nome dela
e seja realista
para que eu passe no sonho dela!

Em Damasco,
apresento-me
a mim mesmo:
aqui, sob dois olhos amendoados
voamos juntos, qual gêmeos
adiando nosso passado mútuo

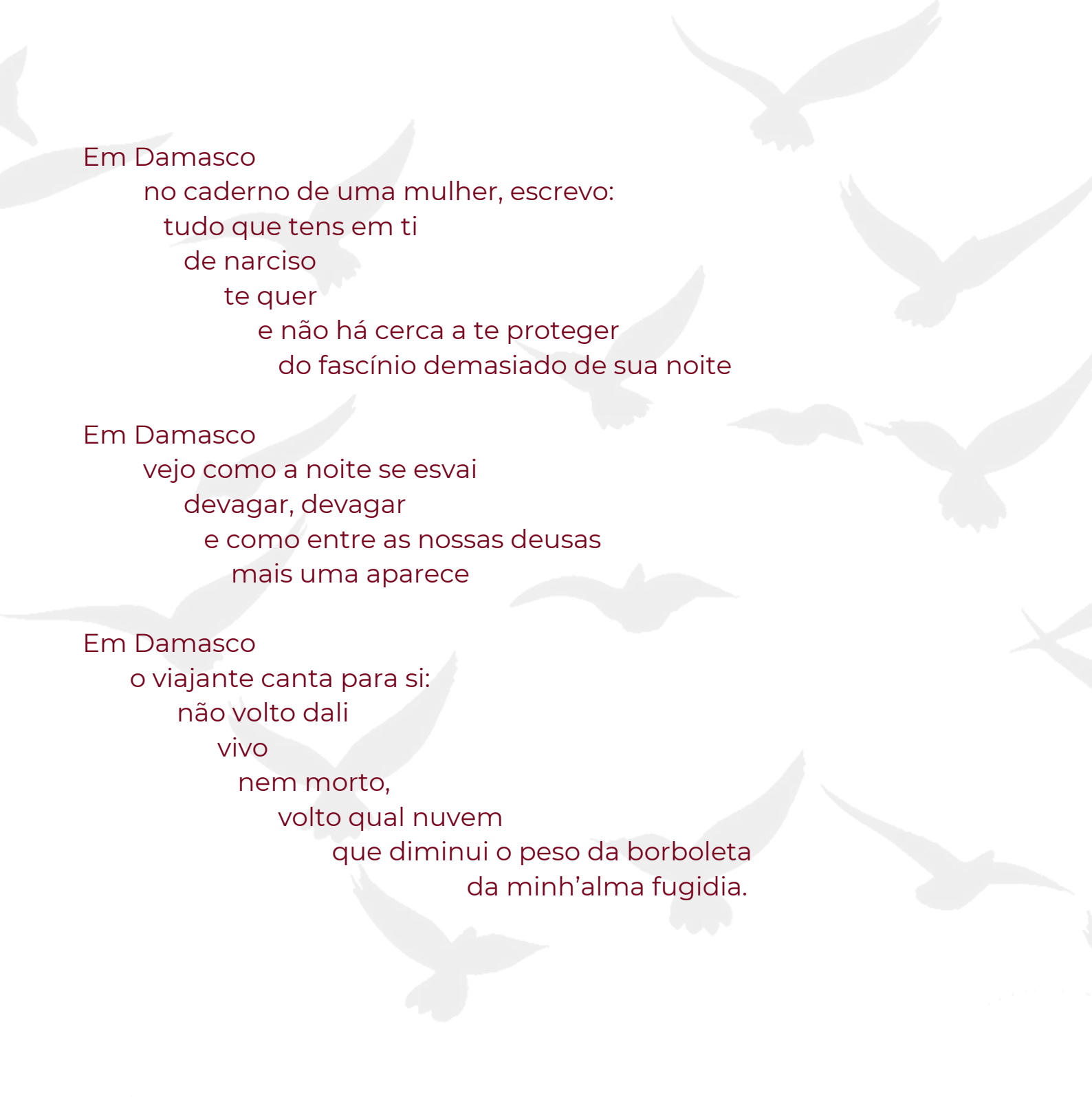
Em Damasco
a fala se afina
e eu ouço o som de sangue
nas veias do mármore:
arrebate-me do meu filho
-assim, me dizia, a prisioneira –
ou torne-se pedra comigo

Em Damasco
conto minha costelas
e devolvo meu coração a seu trotar
quem sabe, aquela que me fez entrar
na sua sombra
tivesse me matado
sem eu perceber

Em Damasco
a forasteira devolve à cáfila
a montaria e o assento
não voltarei à minha tenda,
nem pendurarei minha guitarra,
após esta noite,
na figueira da família

Em Damasco
poemas se tornam diáfanos
não são sensuais
nem intelectuais,
são o que diz o eco
para o eco...

Em Damasco
de tardezinha, a nuvem fica seca
e abre, então, um poço
para o verão dos amantes no vale qasyun
e o violino termina seu hábito
de saudade de que se sente agora
e em vão, ele chora.



Em Damasco
no caderno de uma mulher, escrevo:
tudo que tens em ti
de narciso
te quer
e não há cerca a te proteger
do fascínio demasiado de sua noite

Em Damasco
vejo como a noite se esvai
devagar, devagar
e como entre as nossas deusas
mais uma aparece

Em Damasco
o viajante canta para si:
não volto dali
vivo
nem morto,
volto qual nuvem
que diminui o peso da borboleta
da minh'alma fugidia.

Nota da tradução:

Esse poema de Mahmud Darwich faz parte do livro *Cama da forasteira*, de 1989. A tradução procurou trazer o significado, acompanhando o verso em árabe, sem observar tanto a métrica ou a rima.



Exposição

Al Jaliah

LEVANTE

Síria, 2017-2019

YAN BOECHAT

7 de dezembro de 2024: um dia antes da queda de Assad

Da última vez que estive em Aleppo, a cidade era uma mixórdia pungente de destruição e esperança. Esta cidade incrivelmente bela, rica em história, havia suportado quase cinco anos de uma guerra brutal. A destruição estava por toda parte. Cada edifício, cada parede, cada rua trazia as cicatrizes de batalhas que reclamaram vidas incontáveis.

Minha última visita a Aleppo foi em março de 2017, apenas um mês após as forças de Bashar al-Assad expulsarem os últimos combatentes que dominavam a cidade por quase meia década. Estas imagens vêm destes dias.

A tristeza pesava sobre cada um que suportara anos de um conflito bárbaro. Ainda assim, em meio à dor, havia a centelha da esperança. Naquele momento, Aleppo fazia sentir que estava à beira de um novo começo. Algumas pessoas voltavam do exílio forçado, enquanto outras temiam o regime, os russos e o Hezbollah, agora no comando. Foi então que visitei Aleppo.

A liberdade de movimento era limitada, já que agentes do regime me asseguravam que eu nunca estivesse a sós. Ainda assim, consegui capturar um vislumbre daquele momento histórico, testemunhando em primeira mão o que a guerra fizera com Aleppo, ao menos na superfície.

Em outubro de 2024 me encontrei na Síria novamente. Não em Aleppo, mas próximo. Ali, mais do que nunca, o sentimento infamiliar que arrebatava as pessoas assim que uma guerra começa podia ser sentido no ar. Todos pareciam sentir uma mudança iminente. “Alepo”, diziam, “se tornará um novo campo de batalha”. O regime, agora enfraquecido sem o suporte direto do Hezbollah, do Irã e da Rússia, estava vulnerável. Enquanto isso, guerrilheiros islâmicos sentiam o sangue no ar.

Novamente, derrama-se sangue em Aleppo. Quem saberá dizer quantas vidas não de se perder desta vez? Quanto tempo durará? Quem emergirá vitorioso? Mais uma vez, Aleppo se torna o palco da tragédia; ou da tragédia síria, outro capítulo nesta guerra sem fim.

Yan Boechat











Sara Qaed

Artista e ilustradora nascida e criada em Manama, Bahrein, Sara Qaed reside atualmente no Reino Unido.

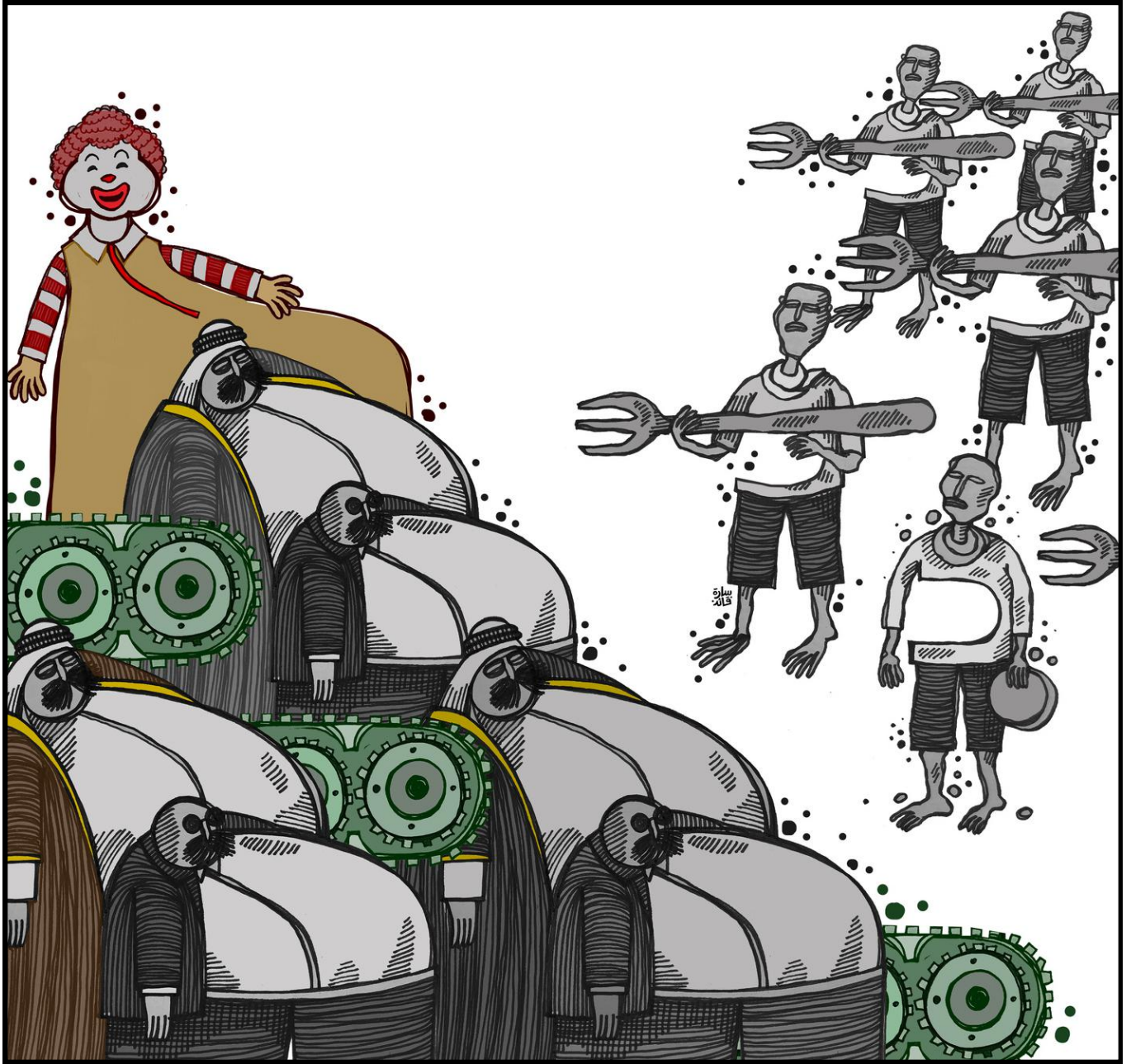
Sara iniciou sua prática artística, como o desenho, desde cedo. Foi influenciada pela televisão, que funciona como um dispositivo de conexão e desconexão ao mesmo tempo, e pelo ambiente familiar onde as conversas giravam constantemente em torno de questões políticas e sociais complexas.

Ela estudou "Design de Interiores" e começou sua carreira como professora de arte para crianças. O ambiente de onde veio e a experiência de trabalhar com crianças influenciaram, mais tarde, a abordagem de várias ideias políticas e sociais em seu trabalho. Sara continuou lecionando e desenvolvendo projetos freelance que incluíam escrita, quadrinhos e artes sociais antes de se mudar para o Reino Unido, onde aprofundou sua prática e experimentação. Durante esse período, obteve um mestrado em artes, com uma pesquisa que explorava temas como mulheres, refúgio e malas como ferramentas de migração e protesto, traduzidos em coleções de peças vestíveis.

O cartum político ocupa um lugar central na prática de Sarah Qaed, que utiliza humor ácido e uma abordagem direta para encarar as notícias do dia a dia. Seu foco recai sobre temas como ocupação, autoritarismo e poder. Com uma linguagem simples, Sarah apresenta questões políticas e sociais delicadas, abrindo espaço para o público (e para si mesma) refletir sobre temas polêmicos cercados por censura e corrupção. Além de publicações independentes, colaborou com diversos jornais e plataformas, como Al-Hudood, a revista cultural Rumman e o site Tanween. Por essa atuação, recebeu o Prêmio Ibn Rushd de Pensamento Livre (2019) e o Prêmio Mahmoud Kahil de Cartum Jornalístico (2020).

Além do trabalho com cartuns, Sara busca documentar visualmente o cotidiano de objetos e situações. Ela leva cadernos e canetas para explorar diferentes mundos. Essa prática, que acompanha Sarah desde a infância e em diversos lugares, foi posteriormente transformada em projetos mais específicos, relacionados a temas como poesia árabe, isolamento, manifestações e solidariedade coletiva. Sarah utiliza esses cadernos como superfícies para refletir mais profundamente sobre simbolismos e diversos temas.

Sua prática individual está intimamente ligada às atividades sociais que desenvolve. Sara realiza visitas para criar trabalhos colaborativos com lares de acolhimento, salas de aula e para produzir publicações. Ela vê as artes sociais e as publicações como formas de protesto silencioso e solidariedade conjunta. Recentemente, colaborou com escritórios em Gateshead, no norte do Reino Unido, para produzir trabalhos em superfícies de janelas, e também com o projeto MotherOther, na mesma região, explorando temas como genocídio, imagens, percepção infantil e o ambiente escolar.



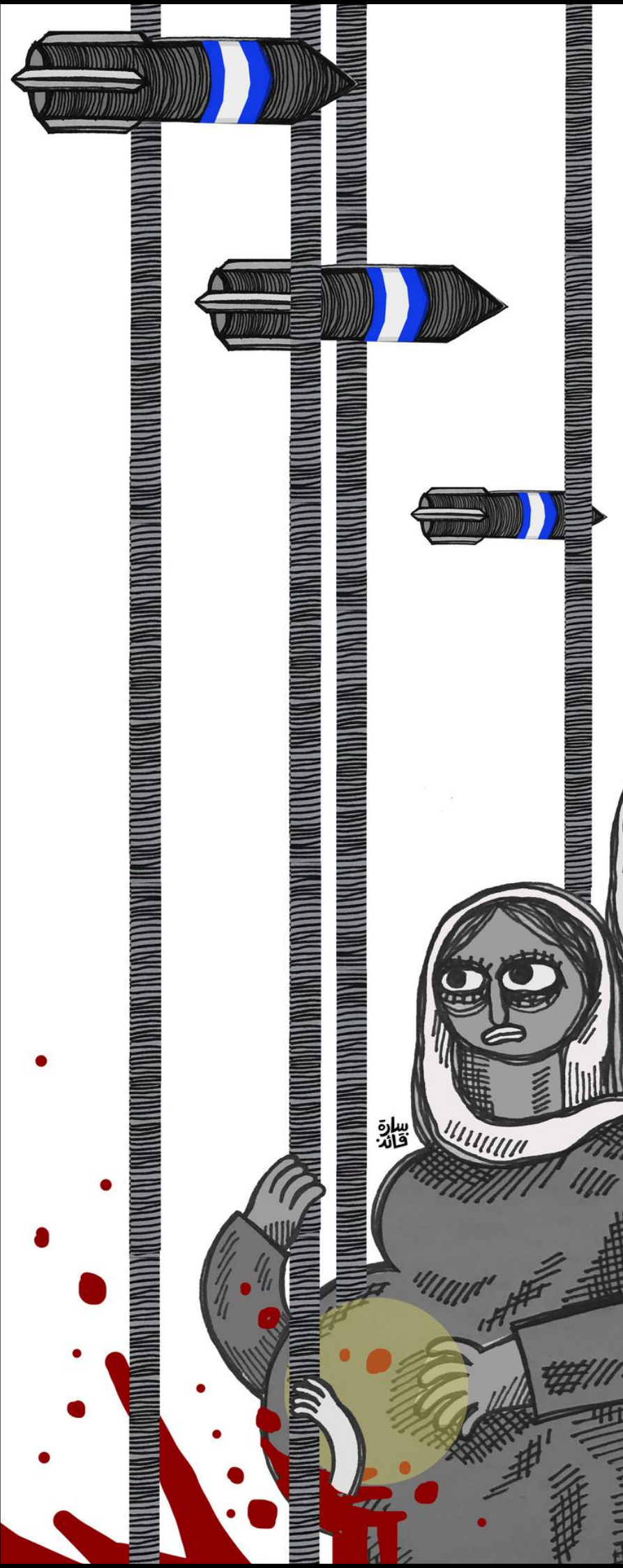


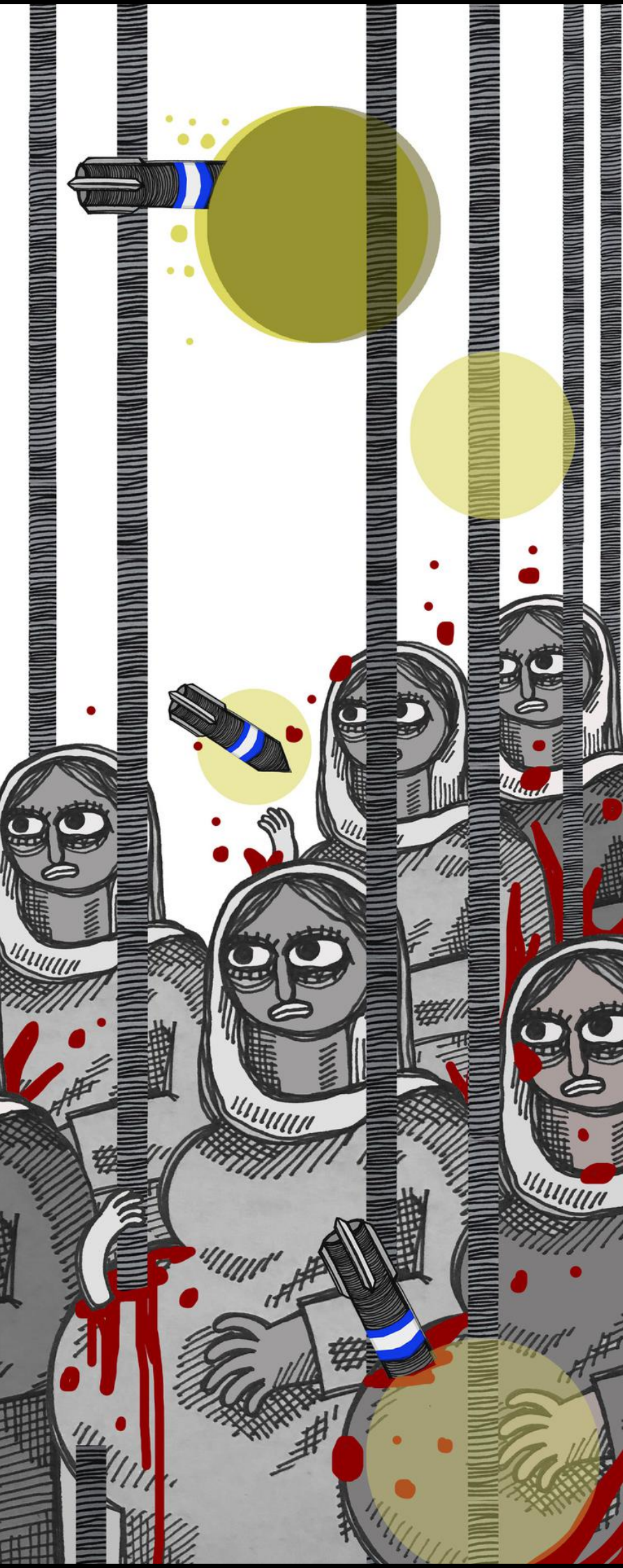




قائمه ساره

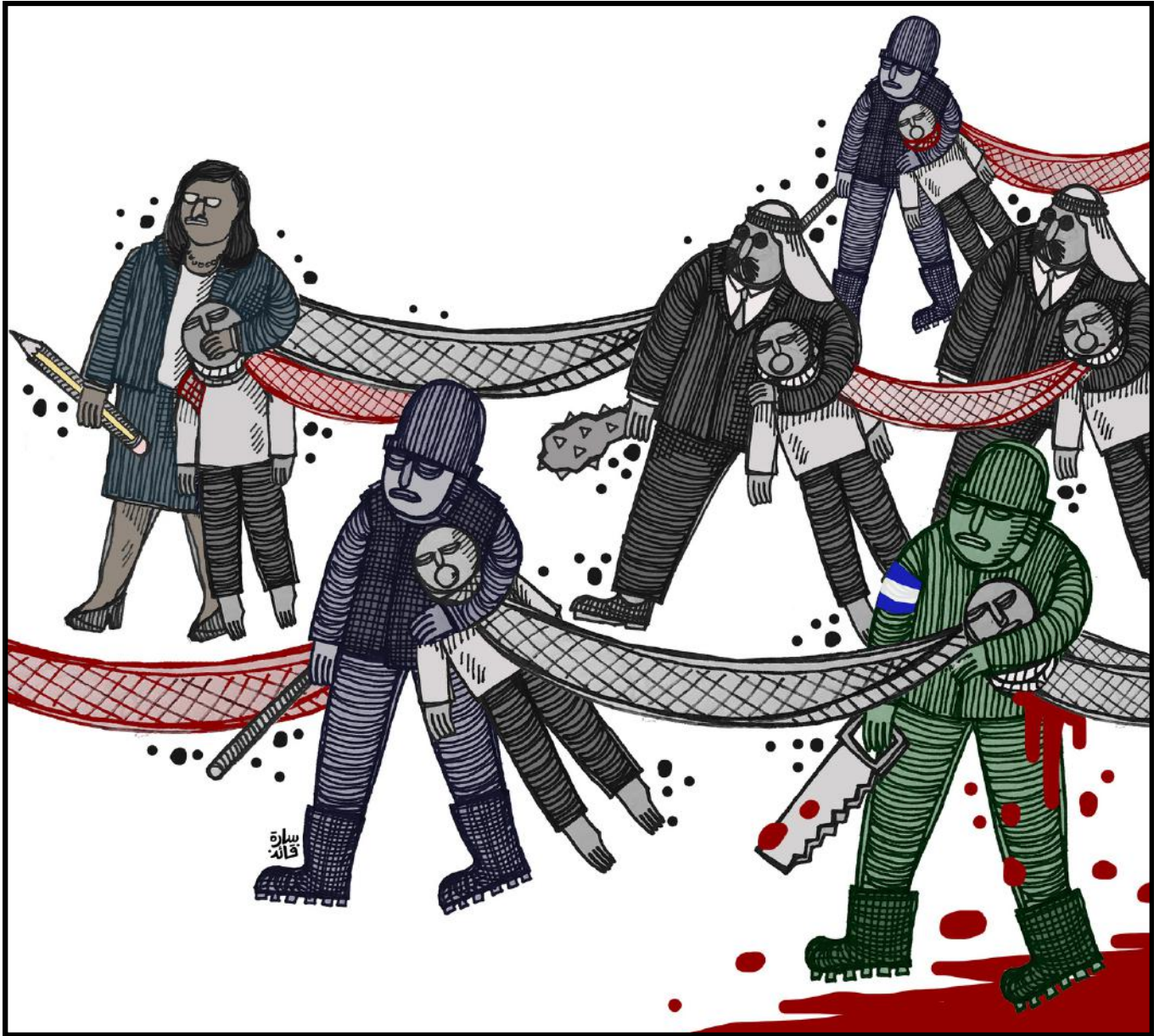


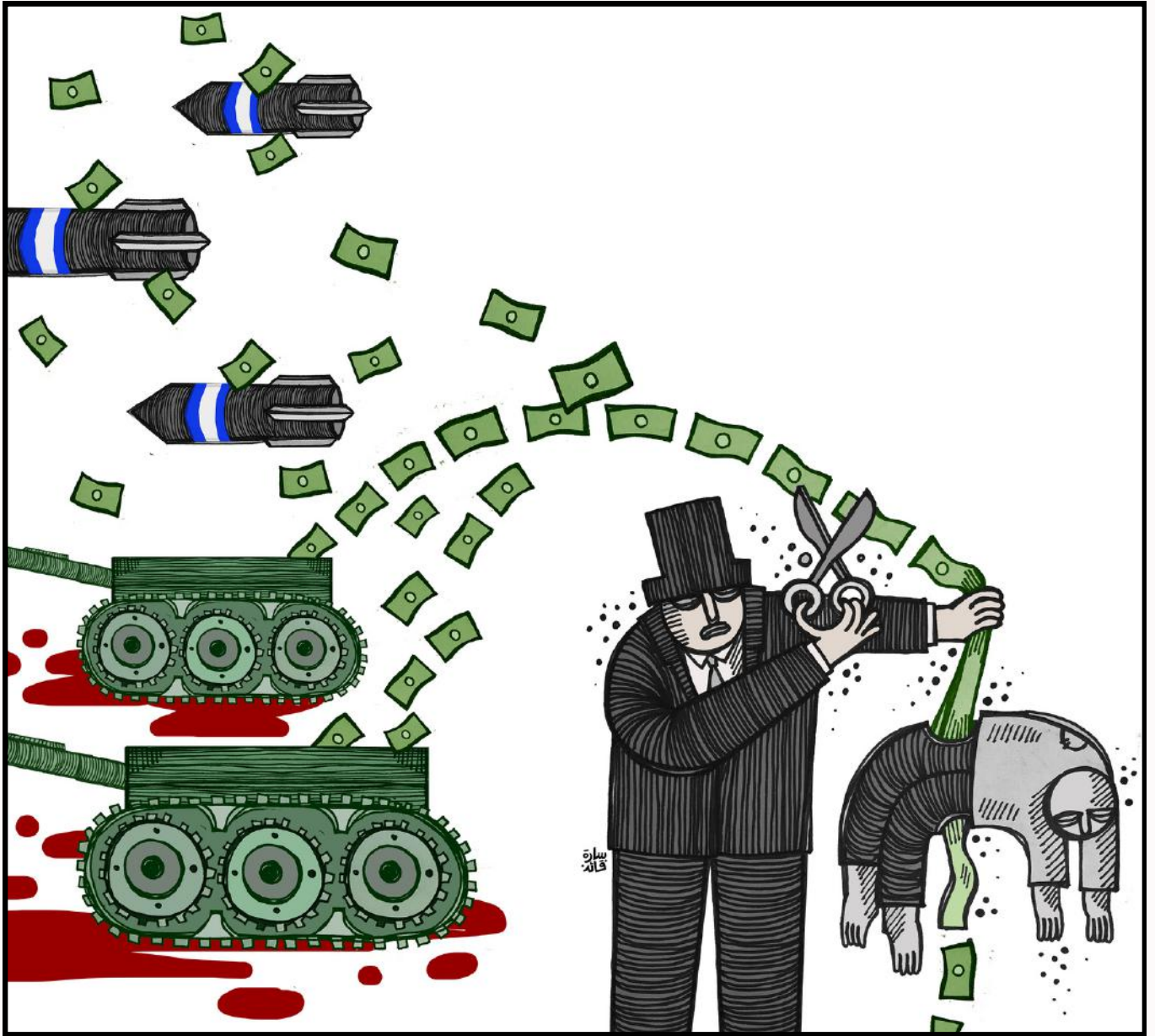






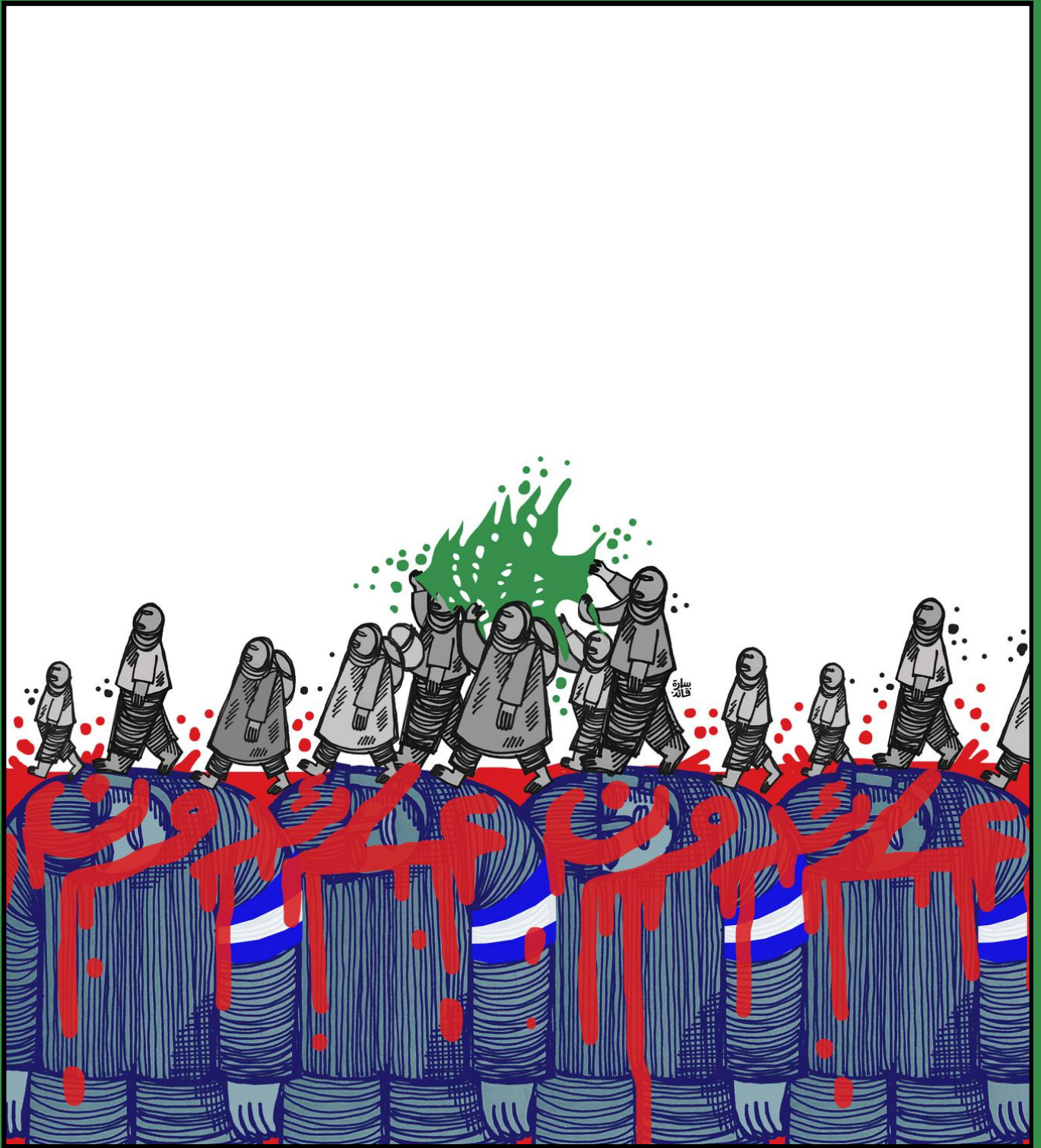














TRÊS TERRITÓRIOS DE CANÇÕES PELA CAUSA PALESTINA: UMA VISÃO PANORÂMICA

Ali Moraly

Este artigo busca oferecer uma visão panorâmica de três territórios que podem definir a trajetória evolutiva de uma produção músico-literária organicamente ligada à causa Palestina. Utilizando as coordenadas geracionais das atuais tendências classificatórias, a começar pela Geração X, o texto a seguir apresenta uma narrativa macro-histórica sobre um *corpus* que emergiu como resposta às lutas políticas da causa Palestina, moldada em forma e substância pela reverberação de seus discurso de libertação.

Ao examinar o caminho trilhado por canções em árabe que carregam mensagens de solidariedade ou apoio à causa do povo palestino, é possível distinguir três períodos que conectam os anos 1980 à atualidade. Estes se cruzaram com três marcos históricos: a Primeira (1987-1993), e Segunda (2000-2005) Intifadas e a guerra em curso em Gaza desde 2023, desencadeada após um ataque ao norte do território liderado pelo Hamas e grupos aliados em 7 de outubro.

Quando a Primeira Intifada eclodiu no final dos anos 1980, a resistência palestina voltou a ocupar o centro das atenções nos países de língua árabe, especialmente naqueles vizinhos à Palestina histórica: Jordânia, Síria, Líbano e Egito. Desde a *Nakba*, em 1948, estes países haviam acolhido uma grande parte da diáspora palestina, servindo como anfitriões geográficos e sociais do movimento.

A realidade do momento se aplicou geográfica e demograficamente a tais países, assim como à consciência popular coletiva e ao discurso ideológico oficial. Durante esse período, o Líbano desempenhou um papel fundamental na produção e disseminação de músicas comprometidas com a causa palestina, em parte devido à ocupação israelense de Beirute em 1982 – a primeira vez que uma capital árabe foi ocupada. Este evento transformou a cidade em uma frente de resistência em múltiplos níveis, incluindo o artístico.

Além disso, o Líbano abrigou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) por duas décadas (1960-1982) e ofereceu um ambiente político, econômico e cultural mais aberto do que os demais Estados vizinhos, criando uma atmosfera fértil para a criatividade e a produção musical, mesmo em meio à trágica guerra civil que assolou o país por décadas.

A canção "*Unadikum*" (Eu Vos Chamo), de Ahmad Kaabour, foi um dos produtos desse contexto que ecoaram por estações de rádio e canais de TV árabes, tornando-se uma espécie de tema de noticiários sobre cidades, aldeias e vilarejos da Palestina ocupada. As cenas exibiam as "crianças das pedras", que atiravam pedras contra blindados e tanques Sionistas. Por vezes, a popularidade da canção rivalizou a das canções *pop*; crianças e jovens abraçaram-na, ansiosos para comprar gravações em fitas cassete em Beirute, Damasco e Amã, onde eram vendidas em lojas e barracas de rua.

A letra da canção vem de um poema *mīmiyya* (um poema cujos versos terminam com a letra árabe *mīm*), escrito em 1966 pelo poeta palestino Tawfiq Ziad. Kaabour compôs a melodia em 1975, durante uma noite repleta de bombardeios nos primeiros meses da Guerra Civil Libanesa. Ele apresentou a canção pela primeira vez em um hospital de campo em Beirute, acompanhado de uma guitarra no estilo progressista da época, inspirado pelo ícone chileno da poesia e música de protesto Victor Jara (1932-1973).

O *mīmiyya* de Ziad já havia sido apresentado anteriormente em versão musicada, acompanhada pelo oud, com música composta e cantada por Sheikh Iman (1918-1995), um ícone egípcio da arte política. Entretanto, a ampla popularidade da versão de Kaabour pode ser atribuída a dois fatores: o primeiro se relacionava ao tempo, dado o momento histórico da Guerra Civil Libanesa e ao papel central dos palestinos; o segundo foi o habilidoso investimento melódico de Kaabour. Na primeira palavra da linha inicial do poema, o verbo "*Unadikum*", é transformado em um motivo prolongado e independente, separado por uma pausa musical referente ao que se segue. Tal palavra é colocada em um timbre alto, que desce gradualmente ao longo do verso, tornando o motivo, assim, em um tema que encapsulou o significado inteiro do poema.

Isto é um golpe composicional brilhante, que alia o chamamento ao lamento, fazendo do apelo um grito retumbante que amplifica a potência expressiva da canção, aprofundando seu impacto emocional instantâneo.

A Segunda Intifada irrompeu no início dos anos 2000, em meio a um cenário político e social global e regionalmente diferentes. Talvez, a diferença mais significativa afetando as canções de solidariedade à causa Palestina foi a de que a Palestina não era mais uma mera imaginação coletiva ou uma diáspora. Ela agora possuía uma entidade geográfica em sua terra nativa. A assinatura dos Acordos de Oslo em 1994, como consequência da Primeira Intifada, havia criado a Autoridade Nacional Palestina como um corpo governamental temporário que começou a administrar áreas na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, projetando o núcleo de um Estado palestino independente sob o processo de negociação política conhecido como “Solução de Dois Estados”.

Embora a promessa de Oslo tenha vacilado, seus caminhos tenham sido interrompidos até chegar a um impasse, ela mudou a consciência coletiva palestina para um estado de aterramento. Esse aterramento deu origem a uma juventude palestina — agora categorizada como *Millennials* — que cresceu em partes de sua geografia ancestral. Eles uniram as noções de "diáspora" e "pátria" com uma consciência nacional distinta que produziu canções que representam a Palestina tanto popular quanto oficialmente, seja em países de língua árabe ou em palcos internacionais.

Entre os frutos dessa fase está o cantor Mohammed Assaf, de 34 anos. Assaf cresceu e estudou em Khan Younis, no sul de Gaza. Em 2001, já após um ano da “Al-Aqsa Intifada”, aos 11 anos, Assaf apareceu em vídeo cantando a canção "*Shiddi Helek Ya Balad*" (Mantenha-se forte, meu país), escrita em árabe palestino coloquial pela





poeta Kifah Al-Ghussain, natural de Gaza, que havia sido previamente homenageada pelo Ministério da Cultura da Autoridade Palestina. Sua coletânea de poemas "*Washm 'Ala Jabeen Badawiya*" ("Uma Tatuagem na Frente do Beduíno"), havia sido publicada em 2000. Quanto à melodia, foi composta por Jamal Al-Najjar, de 67 anos, um musicista de Gaza com origens em Ramla, nascido no campo de refugiados de Rafah. Al-Najjar foi a primeira pessoa a cantar o poema de Al-Ghussain. Ele também trabalhou no corpo diplomático palestino na embaixada de seu país na Romênia, e foi homenageado em 2013, na cidade de Ramallah, por suas contribuições artísticas pelo Comitê Nacional por Jerusalém como Capital Árabe da Cultura. Além disso, ele compôs música e letra para a celebrada canção "*Ally El-Kufiyyeh*" ("Levantem o kufiyah"), de Assaf.

Na linha inicial do refrão de "*Shiddi Helek Ya Balad*", quando a palavra "*balad*" (país), é mencionada como agente do ato de excitação - expressada coloquialmente como "*shidd el-heil*" (fortaleça sua determinação) - é possível discernir uma invocação simbólica da promessa de "projeto nacional" que os Acordos de Oslo estenderam aos palestinos como o fruto amargo de suas lutas e sacrifícios.

Al-Najjar destacou-se elegendo a escala *Maqam al-Huzam* por dois motivos. O primeiro é a tensão inerente da nota raiz deste *maqam*, caracterizado por seu quarto tonal, que ressoa sensações de prontidão e embarque num caminho de construção. Naturalmente, isto demandava um arranjo melódico dentro da estrutura dinâmica e rítmica do *Dabke*. A segunda razão jaz na identidade indígena do *Maqam Al-Siga*, e seu ramo, *Al-Huzam*, profundamente enraizados no folclore musical palestino, particularmente de Gaza.

Da devastação de Gaza no começo da segunda década do terceiro milênio, a canção de solidariedade à Palestina transicionou a uma nova fase, marcada tanto pela derrota quanto pelo triunfo. A derrota é evidente no fim da solução de Oslo, suspendendo indefinidamente o sonho de construção de um Estado em solo palestino, enquanto ataques aéreos sionistas continuam a destruir o que resta de Gaza e blindados cercam aqueles deixados para trás após mais de um ano de guerra catastrófica. Esta guerra também se espalhou para o Líbano e para a Síria, trazendo características apocalípticas que subjugarão os palestinos a uma tragédia humanitária de proporções históricas.

O triunfo, porém, jaz no fato de que, após 2023, a causa palestina deixou de ser uma causa para os árabes, tornando-se uma das causas centrais do mundo, particularmente no Ocidente. Embora possa não ser verdade para a maior parte das frentes internacionais oficiais, reverbera por movimentos progressistas e interseccionais que transcendem fronteiras geográficas e institucionais. Estes movimentos encontraram apoio amplo entre a classe-média globalizada que se alinha ideologicamente aos fracos, contra os poderosos, e aos marginalizados, como os palestinos. Naturalmente, esta mudança produziu um tipo diferente de canções de solidariedade, não apenas em conteúdo, mas também relativamente às plataformas pelas quais emergem e à audiência que conseguem alcançar.

Algumas das plataformas mais significativas para a causa palestina em cidades como Beirute e Cairo são as plataformas online. Esta proeminência emerge não apenas porque as plataformas são relativamente abertas destas cidades - em contraste com alguns contratempos pós-Primavera Árabe - mas também porque os jovens elites que se transformaram em vanguarda parecem equipados com as ferramentas de um novo mundo, operando ativamente em meio à classe-média e promovendo o engajamento com a Geração Z.

É importante notar, aqui, o paradoxo de que, apesar dos legados coloniais profundos em tais cidades, como as Urbes, é uma geração que adota e propaga ativamente ideias que foram colonizadas, ao invés de ao colonizador, demonstrando interesse por estrangeiros, especialmente o inglês, junto a um pensamento tanto das esferas Oriental e Ocidental quanto igualmente.

Escrita por Mustafa Ibrahim, a letra é marcada por uma estrutura do poema é construído sobre ironia e seletividade e arrogância, expondo seus padrões musicais transparentes, minimalistas, que facilitam o conjunto de teclas de piano, linhas vocais e padrões de percussão *riq*.



central meramente
ente. Ainda que isto
profundamente entre
e quadros políticos
jovem da Geração Z,
ontra os privilegiados.
apenas em forma e
ncia que procuram



A banda egípcia Cairokee

ra a difusão de canções solidárias a
ponto, Amã, bem como os espaços
penas das atmosferas culturais
nparação à região e a despeito de
as também devido à presença de
uardas progressistas. Estes grupos
m discurso global e pós-moderno,
nédia globalizada e adepta ao

instituições educacionais e acadêmicas com legados
niversidades Americanas de Beirute e Cairo, produziram
deologias decoloniais. Esta geração escolhe se alinhar ao
strando competência científica e maestria em idiomas
profundo entendimento de estilos de vida e padrões de
ntal. Isto permite que influenciem ambas as realidades

a por uma profundidade dialética imbuída de uma carga emocional cativante. A
s contrapontuais que desafiam o humanismo Ocidental por seu reducionismo,
duplos ao ser aplicado à realidade. A arquitetura literária é envolta em uma espiral
a absorção de significados. A letra é tecida pelas cordas de um violão acústico,
isagens eletrônicas, misturadas à assinatura oriental deixada pelo instrumento de

Finalmente, como o caso palestino nos mostra por meio de nossa breve análise, pode-se considerar que qualquer música que carregue uma causa frequentemente necessita de um design musical teleológico, visando garantir que a essência da mensagem alcance seu público. O objetivo é provocar uma resposta emocional e engajamento intelectual em níveis individuais e coletivos, na esperança de influenciar a opinião pública — um fator que, em última análise, impacta as políticas estatais e as agendas das organizações internacionais.

**ESCUTE AS CANÇÕES DE
AMHAD KAABOUR,
MOHAMMAD ASSAF
E CAIROKEE**

<https://youtu.be/3XBxPX8VqFI?si=w6tuibApdHTrxZwz>

<https://youtu.be/tj5tJkkyvxg?si=XjwClwWNlGyEOHJ1>

https://youtu.be/Zf3BvhjWTKg?si=6i3YL7_3HlNvBe9w

RESENHAS

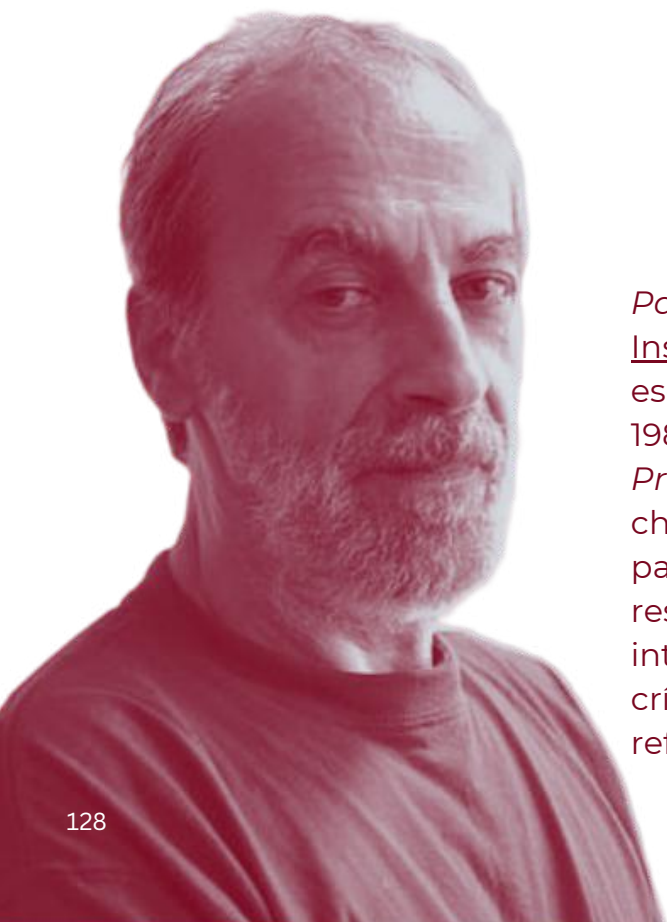


UM LIVRO CONTRA OS BONS VIZINHOS DE DACHAU

Wander Wilson

Deixemos de lado a espera, as hesitações, os sonhos de paz social, os pequenos compromissos, a ingenuidade. Deixemos de lado as grandes análises que explicam até os mínimos detalhes, os enormes livros cheios de juízo e medo. Deixemos de lado a ilusão democrática e burguesa da discussão e do diálogo, do debate e da assembleia, das iluminadas habilidades dos chefes mafiosos. Estamos certos de que de nossa luta, no aqui e agora, surgirão comunidades de prazer. E pela primeira vez a vida triunfará sobre a morte

Alfredo Bonanno



Palestina mon amour, livro publicado pela Edições Insurrectas, reúne textos sobre a questão palestina escritos por Alfredo Maria Bonanno entre os anos 1980 e 2000 para os jornais anarquistas *Provocazione* e *Canenero*. Os textos passam pela chegada dos primeiros colonos israelitas à terra palestina, a formação do Estado Colonial de Israel, a resistência do povo palestino, a solidariedade internacional, as mortes e o genocídio em curso, críticas às soluções de dois Estados e uma aguda reflexão sobre o conceito de comunidade.

Em nota prévia que antecede a publicação, Bonanno afirma que durante sua prisão na cidade de Trieste, no ano de 2004, pela primeira vez conseguiu escrever sobre sua tortura nas mãos da Mossad, serviço de inteligência israelense, em 1972. Só temos conhecimento desta história por esta breve referência, que no entanto, dá a tônica aos textos que se seguirão: a questão palestina diz mais do que o genocídio sistemático praticado pelo Estado israelense desde sua fundação. Desde uma prisão em Trieste, território dominado pelo Estado italiano, é preciso considerar que “as direções da catástrofe são a decorrência mais compreensível da conclusão” (BONANNO, 2023: 15)



Acompanhar a sequência de textos espalhados pela publicação, e a passagem dos anos, expõe uma dificuldade - tanto nesse campo chamado genericamente de esquerda, quanto no próprio anarquismo - em se posicionar decisivamente na luta contra o Estado de Israel e o extermínio palestino. Em “Um molotov em Turin” Bonanno descreve as reações que muitos grupos tiveram quando um molotov foi arremessado em uma livraria sionista em uma ação de solidariedade reivindicada por um abstrato “Gruppo Anarchichi Rivoluzionario”, cuja natureza real permenceu desconhecida. Entre muitos anarquistas a menção ao ressurgimento do racismo nazista e do antissemitismo ecoou entre os comentários sobre o ato.

Os escritos de Bonanno mostram uma sensibilidade aguda ao acompanhar as insurreições e lutas por libertação do povo palestino, sem titubear quanto ao lado a que se deveria tomar nesta questão. Bonanno, deixa claro que “a destruição de uma livraria pró-israelense não é algo que nos perturbe tanto diante daqueles fatos realmente perturbadores” (BONNANO, 2002:71). Estes fatos são descritos em um texto de 1989: “Todos os horrores do genocídio clássico foram empregados: deportação massiva, campos de concentração, massacre indiscriminado, destruição de casas individuais ou grupos inteiros de moradias (...) violência, estupro, uso de esquadrões da morte (...)” (idem: 64-65). Neste sentido, os que insistem em distinções históricas para atenuar o horror que ocorre no território palestino são como aqueles bons vizinhos do campo de Dachau que, enquanto os judeus eram exterminados, “apresentavam queixas as autoridades locais porque a fumaça das fábricas estava matando as aves que aninhavam nas árvores do entorno” (ibidem).

O que um livro como *Palestina, mon amour* nos mostra é que, embora relatos, textos e pesquisas posteriores contribuam para o entendimento da catástrofe, sua relação com os genocídios coloniais e com o fascismo, desde 1948 tudo estava ali. Não existia nada que uma sensibilidade atenta não pudesse observar, muito embora o laço entre o genocídio antissemita no interior do nazismo e a relação dos judeus na construção do Estado de Israel dessem certo nó em posicionamentos. Como enxergar o extermínio praticado por aqueles que foram vítimas de extermínio? O fascismo não havia chegado ao fim com a segunda guerra mundial?

O antissemitismo é central para compreender o extermínio praticado pelos nazistas, entretanto, uma leitura exclusivista desta história por esta questão apaga a aniquilação de ciganos, comunistas, e aqueles degenerados considerados doentes mentais. Um olhar para o horror nazista que não o reduza ao apogeu do antissemitismo logo nos revela que as primeiras esterilizações de degenerados e doentes mentais aconteceram na Lei do estado do Michigan, na autoproclamada terra da liberdade, em 1907 (CASTEL, 1979). Igualmente, no território dominado pelo Estado brasileiro, houve, em 1924, em Clevelândia, Oiapoque, um campo de concentração para anarquistas e desertores militares conhecido como “inferno verde” (SAMIS, 2019). Os cárceres se multiplicaram ao longo de cada Estado muito além do fascismo, integrando a lógica de trabalho do capitalismo tal qual os gulags soviéticos (CHRISTIE, 2017; GILMORE, 2024).

Um olhar atento mostra que o nazismo, primo do genocídio colonial (FOUCAULT, 2007: 307), foi apenas o paroxismo da normalidade instalada, e que fascismo nunca foi o oposto de Estado Democrático de Direito. O fascismo franquista que se instalou na Espanha a partir de 1939, por exemplo, ingressou nas Organizações das Nações Unidas no ano de 1955 e é requalificado ali com os atenuantes “ditadura” ou “governo autoritário”. Não há nada que um organismo internacional ou um Estado possa dizer sobre Israel que não fale sobre si mesmo. O fascismo habitou e conviveu democraticamente entre os Estados com sua própria história e lastro de morte.

A procedência colonial, derivada do império britânico, que habita os acordos que permitiram a instauração da Nakba em 1948, é sustentada, como mostra Edward Said (2012), pelo estabelecimento do conceito de civilização ocidental em relação à imagem do árabe bárbaro ou selvagem. A defesa da civilização orientará o neoliberalismo de pessoas como Wilhelm Röpke (1964) ao defender o *apartheid* na África do Sul, os documentos de fundação da sociedade de Mont Pelerin e sua influência na construção de organismos internacionais, e estará presente na construção da saúde mental no interior da OMS pela presença de psiquiatras como o brasileiro Antônio Carlos Pacheco e Silva (YI-JUI WU, 2021), defensor da superioridade de um sangue bandeirante paulista que tudo cria e um dos fundadores da UDN (TARELOW, 2018).

A defesa de um projeto civilizatório assentado na invasão colonial neste território dominado pelo Estado brasileiro é parte que sustenta o financiamento e expansão do agronegócio, do extermínio indígena, e do projeto desenvolvimentista que hoje nos intoxica com campos de gás a céu aberto derivados das queimadas na Amazônia. A catástrofe, gerenciada de forma abrandada por uma Esquerda ou intensificada por uma Direita, é a conclusão desta proposta de mundo único erguido sobre a pretensa autocivilidade dos Estados. O que a leitura de *Palestina, mon amour* joga em nossas caras é o genocídio palestino como a imagem do mundo (RACY, 2023), de um mundo que precisa ser destituído por todas aquelas pessoas que se recusam a ser como os bons vizinhos do campo de Dachau.

Referências

- CASTEL, R.; CASTEL, F.; LOVELL, A. (1979). *La Sociedad Psiquiátrica Avanzada*. Editorial Anagrama: Barcelona
- CHRISTIE, N. (2017). *Crime control as industry: towards gulags, western style*. Londres: Routledge.
- FOUCAULT, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GILMORE, R. W. (2024). *Califórnia Gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal*. (Trad. B. Xavier). São Paulo: Igrá Kniga
- RACY, G. (2023). "A palestina é o mundo". Blog da Editora Tabla. Acessível em: <<https://blog.editoratabla.com.br/a-palestina-e-o-mundo/>>
- RÖPKE, W. (1964). "South Africa: An Attempt at a Positive Appraisal." *Schweizer Monatshefte*, ano 44, n. 2
- SAID, E. (2012). *A questão Palestina*. (Trad. S. Midori). São Paulo: Editora Unesp.
- SAMIS, A. (2019). *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Intermezzo: entremares
- TARELOW, G. Q. (2018) "Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988)". Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- YI-JUI WU, H. (2021). *Mad by the millions : mental disorders and the early years of the World Health Organization*. London: MIT PRESS



*“[...] fascismo nunca foi o
oposto de Estado
Democrático de Direito”.*

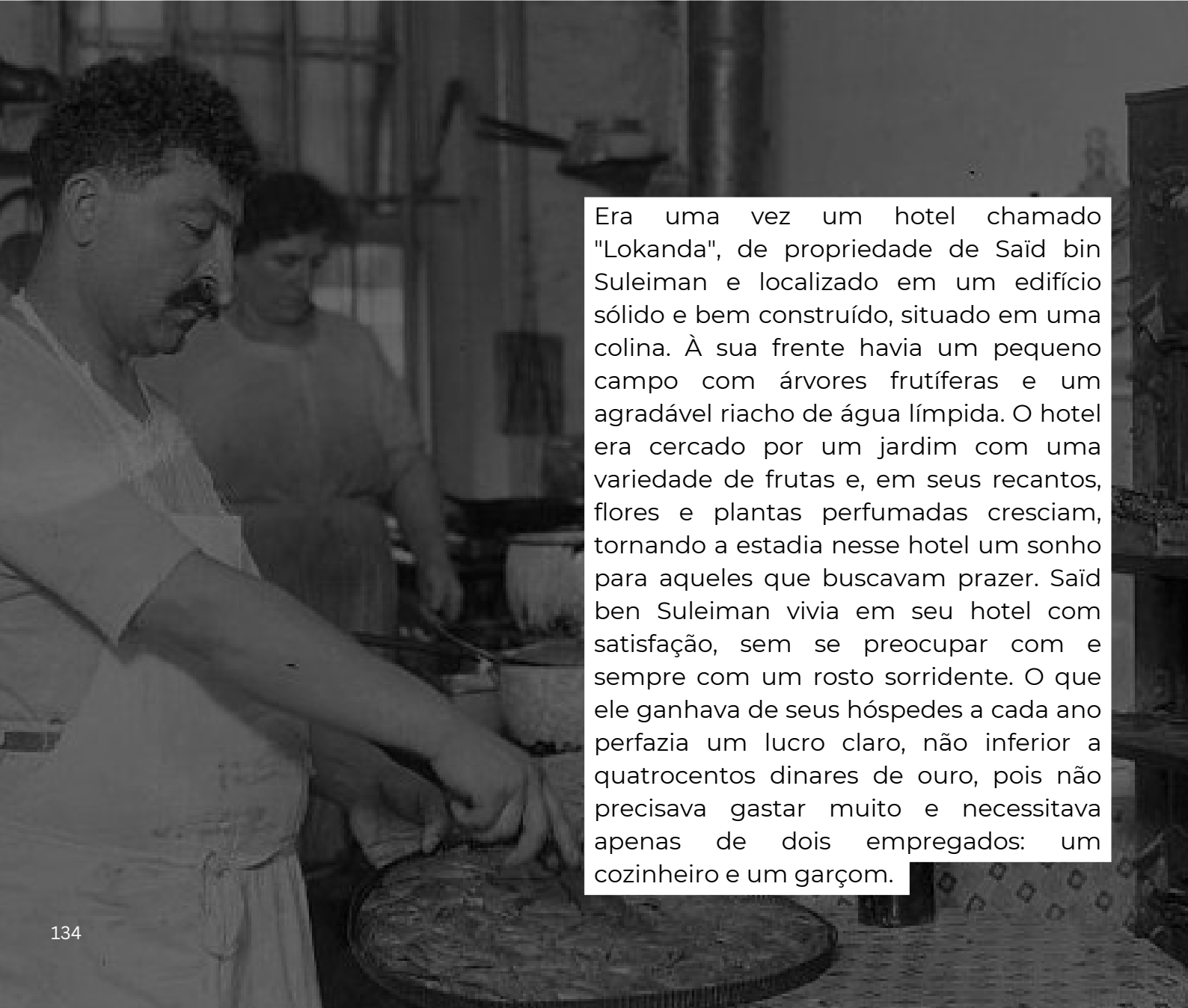


ANEDOTA

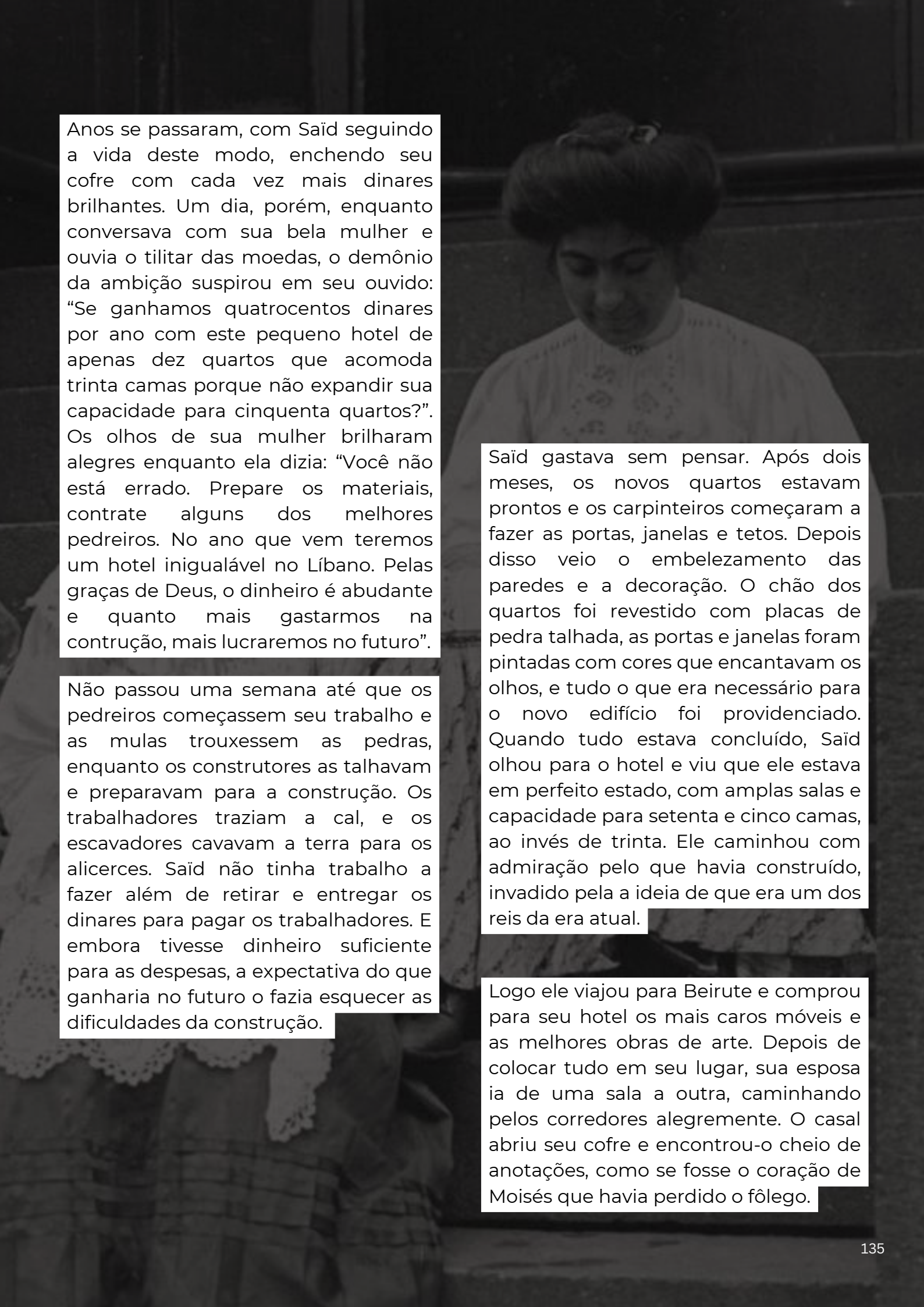
“QUE PENA QUE NÃO PERMANECEU PEQUENO” UMA HISTÓRIA ATUAL

Amin Afandi Nasser al-Din

Tradução de Yara Osman e Gustavo Racy
Publicado em *Al Jaliah*, n.51, 25/12/1923.



Era uma vez um hotel chamado "Lokanda", de propriedade de Saïd bin Suleiman e localizado em um edifício sólido e bem construído, situado em uma colina. À sua frente havia um pequeno campo com árvores frutíferas e um agradável riacho de água límpida. O hotel era cercado por um jardim com uma variedade de frutas e, em seus recantos, flores e plantas perfumadas cresciam, tornando a estadia nesse hotel um sonho para aqueles que buscavam prazer. Saïd ben Suleiman vivia em seu hotel com satisfação, sem se preocupar com e sempre com um rosto sorridente. O que ele ganhava de seus hóspedes a cada ano perfazia um lucro claro, não inferior a quatrocentos dinares de ouro, pois não precisava gastar muito e necessitava apenas de dois empregados: um cozinheiro e um garçom.



Anos se passaram, com Saïd seguindo a vida deste modo, enchendo seu cofre com cada vez mais dinares brilhantes. Um dia, porém, enquanto conversava com sua bela mulher e ouvia o tilitar das moedas, o demônio da ambição suspirou em seu ouvido: “Se ganharmos quatrocentos dinares por ano com este pequeno hotel de apenas dez quartos que acomoda trinta camas porque não expandir sua capacidade para cinquenta quartos?”. Os olhos de sua mulher brilharam alegres enquanto ela dizia: “Você não está errado. Prepare os materiais, contrate alguns dos melhores pedreiros. No ano que vem teremos um hotel inigualável no Líbano. Pelas graças de Deus, o dinheiro é abundante e quanto mais gastarmos na construção, mais lucraremos no futuro”.

Não passou uma semana até que os pedreiros comessem seu trabalho e as mulas trouxessem as pedras, enquanto os construtores as talhavam e preparavam para a construção. Os trabalhadores traziam a cal, e os escavadores cavavam a terra para os alicerces. Saïd não tinha trabalho a fazer além de retirar e entregar os dinares para pagar os trabalhadores. E embora tivesse dinheiro suficiente para as despesas, a expectativa do que ganharia no futuro o fazia esquecer as dificuldades da construção.

Saïd gastava sem pensar. Após dois meses, os novos quartos estavam prontos e os carpinteiros começaram a fazer as portas, janelas e tetos. Depois disso veio o embelezamento das paredes e a decoração. O chão dos quartos foi revestido com placas de pedra talhada, as portas e janelas foram pintadas com cores que encantavam os olhos, e tudo o que era necessário para o novo edifício foi providenciado. Quando tudo estava concluído, Saïd olhou para o hotel e viu que ele estava em perfeito estado, com amplas salas e capacidade para setenta e cinco camas, ao invés de trinta. Ele caminhou com admiração pelo que havia construído, invadido pela ideia de que era um dos reis da era atual.

Logo ele viajou para Beirute e comprou para seu hotel os mais caros móveis e as melhores obras de arte. Depois de colocar tudo em seu lugar, sua esposa ia de uma sala a outra, caminhando pelos corredores alegremente. O casal abriu seu cofre e encontrou-o cheio de anotações, como se fosse o coração de Moisés que havia perdido o fôlego.

O verão chegou e o hotel encheu-se de turistas, forçando Saïd a contratar muitos cozinheiros, garçons e criados. E as autoridades disseram que o hotel de Saïd era um atrativo sem igual, impondo-lhe, então, impostos que nunca haviam passado por sua mente. A estação passou e Saïd fez suas contas, mas descobriu que as despesas superavam a receita. Ele cobriu a face com a mão, suspirando, e sua esposa veio perguntar sobre a situação. Quando ela viu o resumo das contas, seu rosto empalideceu e o casal olhou um para o outro e disse ao mesmo tempo: "Que pena que ele não permaneceu pequeno." Os contadores começaram a contar a história de Saïd e seu hotel, e sempre que alguém a ouvia dizia:

"Quão semelhante é essa história à história do Líbano..."



SOBRE OS AUTORES

Yan Boechat



Yan Boechat é jornalista baseado em São Paulo. Trabalhou na mídia brasileira em jornais, revistas e sites informativos e foi colaborador internacional em veículos como o The New York Times, BBC, Deutsche Welle, NBC, entre outros. Seu trabalho é dedicado à cobertura do impacto humano sob grandes eventos, cobrindo assuntos humanitários na Síria, Iraque, Líbano, Turquia, Irã, Ucrânia, Congo, Afeganistão, Palestina, Angola, RDC, Egito, Tunísia, Colômbia, Etiópia, Sudão, Nepal, Venezuela e Brasil.

Natalia Nahas Carneiro Maia Calfat

É doutora em Ciências Políticas pela USP, onde é membro do Grupo de Trabalho em Oriente Médio e Mundo Islâmico (LEA-GTOMMM). É secretária-geral do Instituto de Cultura Árabe (ICArabe). Sua pesquisa tem como foco a divisão de poder religioso, o confessionalismo no Líbano, políticas identitária e estudos de caso.



Eithar Daher

Mestre em Literatura Comparada (Estudos Ocidentais e Árabes) pelo Doha Institute para Estudos Pós-graduados. Pesquisadora, atualmente realiza um segundo mestrado em Relações Afro-Árabes no Africa Institute (Shrajah, EAU). É membro do Native American and Indigenous Studies Association (NAISA).

Joseph Daher

Joseph Daher é doutor em Development Studies pela SOAS, Universidade de Londres, e professor na Universidade de Lausanne. Dentre outros, é autor de “Hezbollah: Political Economy of the Party of God” (Pluto Press, 2016) e é fundador do website [Syria Freedom Forever](#)



Amin Affandi Nasser el-Din (Kfar Matta, 1876 - 1953)



Amin Nasser el-Din foi um importante poeta, escritor, ativista e jornalista libanês. Foi editor da revista Al-Safa, criada por seu pai, e mentor de intelectuais posteriores, como Nayef Talhouk, Salman Fares Jaber e Wadih Yussef Malaeib.

Safa Alferd Abou Chahla Jubran

Professora Livre Docente do Departamento de Línguas Orientais da Universidade de São Paulo (2010), Safa Jubran é uma das mais importantes tradutoras do árabe para o português, e vice-versa, contando com inúmeras versões de escritores árabes para editoras brasileiras, bem como de obras de Milton Hatoum e Clarice Lispector para o árabe.





Ali Moraly

Ali é musicista, escritor e crítico de arte baseado em Berlim. Graduado pelo Instituto Superior para Música e Teatro de Damasco, é mestre pela Universidade de Música e Mídia de Karlsruhe. Publicou artigos e podcasts disponíveis em diversas plataformas árabes.

Nione

Brasileira, hoje residente na França, é escritora, formada em Letras pela UNESP. Se dedica à escrita de minicontos e atualmente finaliza seu primeiro romance. Com “A Vendedora de Café”, venceu o Prémio Purorelato da Casa África das Ilhas Canárias (2023).



Luciana García Oliveira

Professora no Programa de Pós-Graduação em Geopolítica da Ásia: Conflitos e Debates da PUC-PR, Mestre no Programa de Estudos Judaicos e Árabes do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo (DLO-USP) e coautora de *Diaspora and Identity – The Case of Palestine* (Dyjar, 2015).

Samira Adel Osman

Doutora em História Social pela USP (2007), é Professora Associada de História da Ásia do curso de História da UNIFESP e do Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESP. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Oral, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Mundo Árabe, do Oriente Médio, do Islamismo e suas Diásporas no Brasil.



Sara Qaed

Artista nascida e criada em Mamana, Bahrain, atualmente reside no Reino Unido. Iniciou sua carreira como professora infantil, o que influenciou sua postura social e política. Seu trabalho aborda temas como ocupação, autoritarismo e poder. Além de ter colaborado em inúmeras revistas, Sara realiza trabalhos coletivos em lares de acolhimento e salas de aula, tendo participado, também, de projetos como o MotherOther (Reino Unido). Dentre outros, recebeu o Prêmio Mahmou Kahil de Cartum Jornalístico (2020).



Gustavo Racy

Doutor em antropologia pela Universidade da Antuérpia, atualmente realiza estágio de pesquisa pós-doutoral na UNIFESP. Foi sócio fundador da sobinfluencia edições e é diretor da Al Jaliah. Publicou em diversos periódicos brasileiros e internacionais e organizou, traduziu e editou Walter Benjamin está Morto.



Sami Joaquim Racy **(Saida, 1880 - São Paulo, 1927)**

Sami Joaquim Racy foi o fundador e diretor da *Al Jaliah* original. Depois de diversas empreitadas comerciais em São Paulo, fundou a *Al Jaliah*, que lhe rendeu grande sucesso até sua morte prematura em 1927. Dentre seus diversos escritos, destaca-se o *Kitab al-Wajibat* (Livro das Incumbências), de 1911. Contribuiu com diversas reflexões, traduções, análises e anedotas ao longo dos anos à frente da *Al Jaliah*, sendo sucedido por seu irmão, Beny.



Wander Wilson

Wander Wilson é doutor em Ciências Sociais (Antropologia) pela PUC-SP. É acolhedor, redutor de danos e Educador no PROAD – UNIFESP, onde também trabalha na formação de estagiários. Pesquisador no Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre Psicoativos (NEIP).

ALJALIAH

aljaliahbr@gmail.com

Sigam-nos nas redes sociais



